

decisivo da intervenção americana na manutenção das pressões aliadas e o colapso final das potências centrais — tudo isso tem correlação estreita com a produção econômica e industrial e com as forças efetivamente mobilizadas e disponíveis a cada uma das alianças nas fases da luta.

Sem dúvida, os generais ainda tinham de orientar (ou desorientar) as suas campanhas, os soldados ainda tinham de dispor da coragem moral suportar os rigores da guerra no mar; mas a história mostra que tais qualidades e talentos existiram dos dois lados, não sendo desfrutadas em medida desproporcional por uma das coalizões. O que um dos lados desfrutou, em particular depois de 1917, foi uma acentuada superioridade das forças produtivas. Como em guerras de coalizão anteriores e prolongadas, esse fator acabou sendo decisivo.

6

O Advento de um Mundo Bipolar e a Crise das “Potências Médias”: Segunda Parte, 1919-1942

A ordem internacional de pós-guerra

Os estadistas das potências maiores e menores, reunidos em Paris em princípios de 1919 para um acordo de paz, tiveram de enfrentar problemas mais numerosos e de difícil solução do que os encontrados pelos seus antecessores em 1856, 1814-1815 e 1763.

Embora muitos itens da agenda pudessem ser solucionados e incluídos no Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919), a confusão predominante na Europa oriental, com grupos étnicos rivais lutando para criar “estados sucessores”, a guerra civil e intervenções na Rússia, e a reação nacionalista turca contra a pretensa divisão ocidental da Ásia Menor, significaram que muitas coisas não foram resolvidas até 1920 e, em certos casos, 1923. Mas para sermos breves, esse grupo de acordos será examinado como um todo, e não na ordem cronológica real de sua celebração.

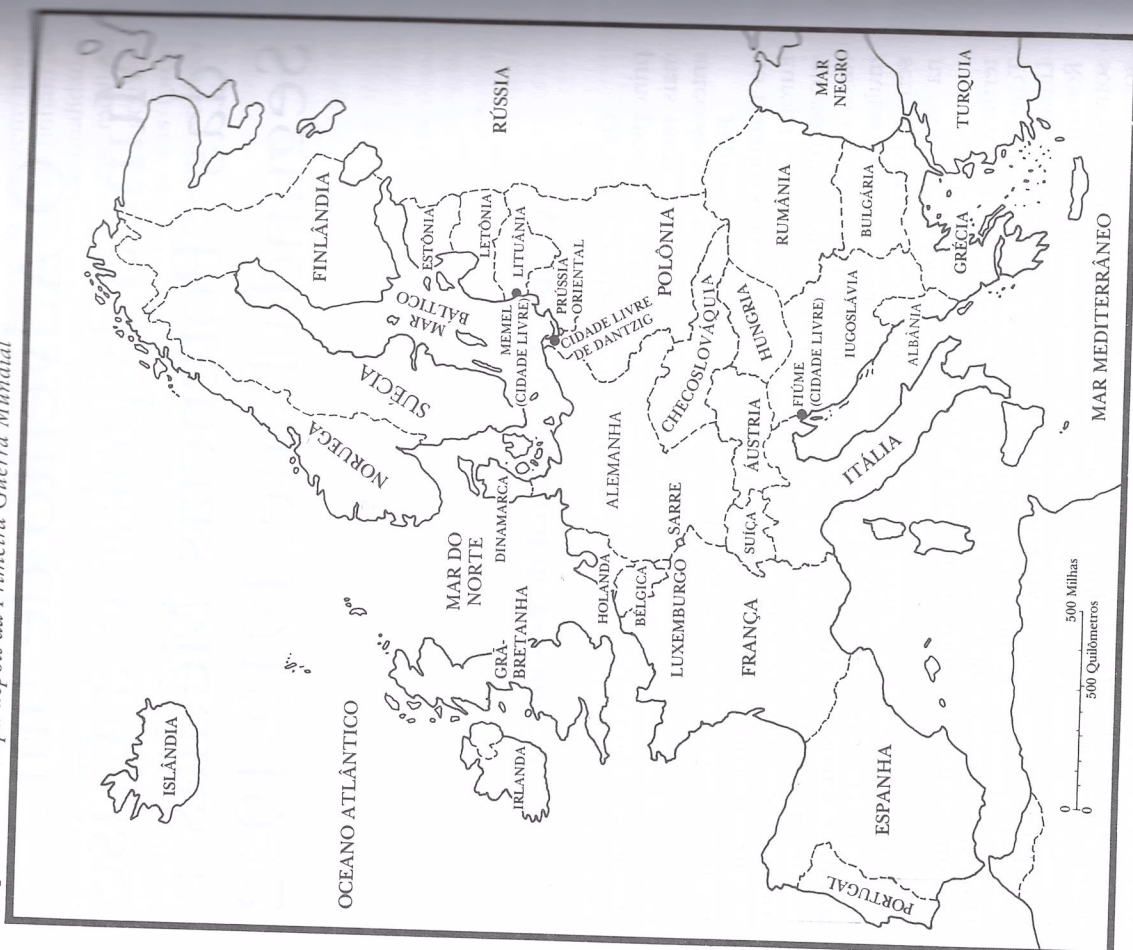
A modificação mais surpreendente na Europa, em termos jurídicos-territoriais, foi o aparecimento de uma série de estados-nações — Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria, Iugoslávia, Finlândia, Estônia, Letônia e Lituânia — no lugar de terras que eram antes parte dos impérios Habsburgo, Romanov e Hohenzollern. Embora a Alemanha, etnicamente coerente, sofresse menores perdas territoriais na Europa oriental do que a Rússia soviética ou o império Austro-Húngaro, seu poder foi atingido de outras maneiras: pela volta da Alsácia-Lorena à França e pelas retificações de fronteiras com a Bélgica e a Dinamarca; pela ocupação militar aliada da Renânia e pela exploração econômica francesa do Sarre; pelas condições de “desmilitarização” sem precedentes (minúsculos exército e marinha costeira defensivos,

nenhuma força aérea, tanques ou submarinos, abolição do estado-maior prussiano); e por uma enorme conta de indenizações. Além disso, a Alemanha perdeu também seu extenso império colonial para a Grã-Bretanha, os domínios autônomos e a França — tal como a Turquia viu seus territórios do Oriente Próximo transformados em mandatos ingleses e franceses supervisionados de longe pela nova Liga das Nações. No Extremo Oriente, o Japão herdou alguns dos antigos grupos de ilhas alemãs ao norte do Equador, embora devolvesse Chan-Tung à China em 1922. Na Conferência de Washington de 1921-1922, as potências reconheceram o *status quo* territorial no Pacífico e no Extremo Oriente, e concordaram em limitar as proporções de sua marinha naval em guerra de acordo com fórmulas relativas, sustentando com isso uma corrida naval anglo-americano-japonesa. Tanto no Oeste como no Leste, portanto, o sistema internacional parecia estabilizado, em princípios da década de 1920 — e as dificuldades que restavam (ou poderiam surgir no futuro) podiam ser agora tratadas pela Liga das Nações, que se reunia regularmente em Genebra apesar de defeção surpreendente dos Estados Unidos.¹

A súbita retirada americana para, pelo menos, um isolamento diplomático relativo depois de 1920 parecia mais uma contradição das tendências de poder mundial que, como detalhamos antes, se vinham fazendo sentir desde a década de 1890. Para os profetas da política mundial naquele período distante, era evidente que o cenário internacional passaria a ser cada vez mais influenciado, se não dominado, pelas três potências nascentes da Alemanha, Rússia e Estados Unidos. Em lugar disso, a primeira foi decisivamente derrotada, a segunda entrou em colapso com uma revolução para em seguida isolarse sob os bolcheviques, e a terceira, embora evidentemente a mais poderosa nação do mundo em 1919, também preferiu retirar-se do centro do cenário diplomático. Em consequência, os assuntos internacionais na década de 1920, e além dela, ainda pareciam centrar-se nas ações da França e Grã-Bretanha, embora as duas tivessem sofrido muito com a Primeira Guerra Mundial, ou nas deliberações da Liga, na qual os estadistas franceses e ingleses se destacavam. A Áustria-Hungria tinha desaparecido. A Itália, onde o Partido Fascista Nacional se afirmava sob a direção de Mussolini, consolidava sua posição depois de 1922, e estava relativamente tranqüila. Também o Japão parecia tranqüilo depois das decisões da Conferência de Washington de 1921-1922.

De uma maneira curiosa e artificial (como iremos ver), portanto, ainda parecia um mundo centrado na Europa. As histórias diplomáticas desse período focalizam acentuadamente a “busca de segurança” da França contra um futuro ressurgimento alemão. Tendo perdido a garantia militar especial anglo-americana, ao mesmo tempo em que o Senado dos Estados Unidos rejeitava o Tratado de Versalhes, a França procurou criar vários substitutos: estimulou a formação de um bloco de estados “anti-revisionistas” na Europa Oriental (chamado de Pequena Entente de 1921), concluiu alianças individuais com a Bélgica (1920), Polónia (1921), Tchecoslováquia (1924), Romênia (1926) e Iugoslávia (1927), manteve um grande exército e força aérea para assustar os alemães e interveio — como na crise do Ruhr de 1923 — quando sucessivos governos britânicos a daram uma nova garantia militar às fronteiras

Mapa 10: A Europa depois da Primeira Guerra Mundial



da França, o que só conseguiu indiretamente no multilateral Tratado de Locarno de 1925.² Foi também um período de intensa diplomacia financeira, já que o problema correlato das indenizações alemãs e dívidas aliadas de guerra perturbou as relações não só entre vencedores e vencidos, como também entre os Estados Unidos e seus antigos aliados europeus.³ O acordo financeiro do Plano Dawes (1924) diminuiu muito essa turbulência, e preparou, por sua vez, o caminho para o Tratado de Locarno, no ano seguinte; a isso seguiu-se a entrada da Alemanha na Liga das Nações e o acordo financeiro modificado do Plano Young (1929). Em fins da década de 1920 na verdade, com a volta da prosperidade à Europa, com a Liga aparentemente aceita como um importante elemento novo no sistema internacional, e com uma pletera de estados que concordavam solenemente (no Pacto de Paris de 1928) a não recorrer à guerra para a solução de disputas futuras, o cenário diplomático parecia ter voltado ao normal. Estadistas como Stresemann, Briand e Austen Chamberlain pareciam ser, na sua época, os equivalentes modernos de Metternich e Bismarck, reunindo-se neste ou naquele balneário europeu para resolver os assuntos do mundo.

Apesar dessas impressões superficiais, as estruturas subjacentes do sistema internacional pós-1919 eram significativamente diferentes, e muito mais frágeis, do que as estruturas que influenciaram a diplomacia meio século antes. Em primeiro lugar, as perdas populacionais e as perturbações econômicas provocadas por quatro anos de guerra “total” foram imensas. Cerca de 8 milhões de homens foram mortos na luta, enquanto outros 7 milhões ficaram permanentemente incapacitados, e mais 15 milhões “feridos com maior ou menor seriedade”⁴ — estando a grande maioria deles em pleno auge de sua vida produtiva. Além disso, a Europa, *exclusive* a Rússia, tinha sofrido provavelmente mais de 5 milhões de baixas entre civis, provocadas pelas chamadas “causas resultantes da guerra” — “doenças, fome e privações em consequência da guerra, bem como as provocadas diretamente pelo conflito militar”.⁵ O total russo, agravado pelas pesadas perdas na guerra civil, era muito maior. O “déficit de nascimentos” do tempo de guerra (provocado pela ausência de tantos homens que iam para a frente de batalha, impedindo portanto a renovação das populações no ritmo normal de antes do conflito), foi também muito alto. Finalmente, mesmo quando as grandes batalhas chegaram ao fim, lutas e massacres ocorreram durante os choques de fronteiras no pós-guerra, como por exemplo na Europa oriental, Armênia e Polônia. E nenhuma dessas regiões enfraquecidas pela guerra escapou da terrível epidemia de gripe de 1918-1919, que ceifou a vida de outros milhões. Assim, a lista final de mortos desse longo período poderia se ter elevado a 60 milhões de pessoas, ocorrendo cerca de metade delas na Rússia, e com a França, Alemanha e Itália também muito atingidas. Não há como calcular a angústia pessoal e os choques psicológicos implícitos a uma tal catástrofe humana, mas é fácil ver por que os participantes — estadistas tanto quanto camponeses — foram tão profundamente afetados por ela.

Os custos materiais da guerra também não tinham precedentes, e pareciam aos que viam as paisagens devastadas do norte da França, Polônia e Sérvia, ainda mais chocantes: centenas de milhares de casas destruídas, fazendas incendiadas, rodovias e ferrovias e linhas telegráficas explodidas,

rebanhos dizimados, florestas pulverizadas e vastas áreas inutilizadas para a agricultura devido a obuses e minas não detonados. Quando as perdas em navios, os custos direto e indireto da mobilização e o dinheiro tomado de empréstimo pelos beligerantes são adicionados à lista, o custo total torna-se tão grande que passa a ser virtualmente incompreensível: de fato, cerca de 260 bilhões de dólares, que, segundo um cálculo, “representavam cerca de seis vezes e meia a soma de toda a dívida nacional do mundo, de fins do século XVIII até a véspera da Primeira Guerra Mundial”.⁶ Depois de décadas de crescimento, a produção mundial de manufaturados caiu abruptamente; em 1920 ainda era 7% inferior a 1913, a produção agrícola era de um terço abaixo do normal, e o volume de exportações era de apenas metade do que havia sido no período imediatamente anterior à guerra. Enquanto o crescimento da economia européia como um todo tivesse sido retardado, talvez em nada menos de oito anos,* os países individuais foram muito mais seriamente afetados. Como era previsível, a Rússia das comissões de 1920 registrou a mais baixa produção, igual a apenas 13% do número de 1913; mas na Alemanha, França, Bélgica e grande parte da Europa oriental, a produção industrial foi pelo menos 30% inferior ao que era antes do conflito.⁷

Se algumas sociedades foram mais pesadamente afetadas pela guerra, outras escaparam quase ilesas, e outras ainda melhoraram sua posição. Pois o fato era que a guerra moderna, e a produtividade industrial por ela gerada, também tiveram efeitos positivos. Em termos estritamente econômicos e tecnológicos, aqueles anos viram muitos progressos: na produção de automóveis e caminhões, na aviação, no refino do petróleo, nos produtos químicos e nas indústrias elétricas, de corantes e ligas de aço, na refrigeração e enlatamento, e em toda uma grande série de outras indústrias.⁸ Foi mais fácil, naturalmente, desenvolver e usar comercialmente esses progressos quando a economia nacional estava distante das perturbações de uma linha de frente; por isso, os Estados Unidos, como também o Canadá, Austrália, África do Sul, Índia e partes da América do Sul tiveram suas economias estimuladas pela demanda industrial e de matérias-primas e alimentos de uma Europa convulsionada por uma guerra de atrito. Como nos conflitos mercantilistas anteriores, o prejuízo de um país era com frequência o lucro de outro — desde que esse outro evitasse os custos da guerra, ou estivesse pelo menos protegido contra o impacto total das batalhas.

Esses números sobre a produção mundial de manufaturados são muito instrutivos sobre esse aspecto, já que registram as proporções nas quais a Europa (e especialmente a URSS) foi atingida pela guerra, enquanto outras regiões lucraram substancialmente. Até certo ponto, é claro, a difusão da industrialização da Europa para as Américas, Japão, Índia e Australásia, e a crescente parcela desses últimos territórios no comércio mundial, foram simplesmente a continuação de tendências econômicas que se vinham evidenciando desde fins do século XIX. Assim, de acordo com um cálculo misterioso já mencionado, o crescimento dos Estados Unidos antes de 1914

* Isto é, sua produção em 1929 totalizou o que provavelmente teria sido alcançado em 1921, sem guerra, e com a continuação das taxas de crescimento pré-1913.

Quadro 26. Índices mundiais de produção manufatureira, 1913-1925*

	1913	1920	1925
Mundo	100	93,6	121,6
Europa*	100	77,3	103,5
U.R.S.S.	100	12,8	70,1
Estados Unidos	100	122,2	148,0
Resto do Mundo	100	109,5	138,1

*Reino Unido, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Suíça, Áustria, Itália, Tchecoslováquia, Hungria, Polónia, Romênia, Grécia e Espanha.

era de tal ordem que provavelmente eles teriam alcançado a Europa no total da produção em 1925,¹⁰ a guerra apenas encurtou esse prazo em seis anos, para 1919. Por outro lado, ao contrário das mudanças de 1880-1913, essas oscilações do equilíbrio econômico global *não* estavam ocorrendo em tempos de paz, num período de várias décadas e de acordo com as forças do mercado. Em lugar disso, guerra e bloqueio criaram suas próprias demandas forçadas, deformando maciçamente os padrões naturais de produção e comércio no mundo. Por exemplo, a capacidade de construção de navios (em especial nos Estados Unidos) foi enormemente aumentada em meados da guerra para neutralizar os afundamentos pelos submarinos; mas depois de 1919-1920 houve excesso de espaço em navios em todo o mundo. A produção das indústrias de aço da Europa continental tinha caído durante a guerra, ao ponto que a dos Estados Unidos e Grã-Bretanha aumentou acentuadamente; mas quando os produtores europeus de aço se recuperaram, a capacidade ociosa foi terrível. Esse problema afetou também um setor ainda maior da economia — a agricultura. Durante a guerra, a produção agrícola na Europa continental diminuiu e o comércio de exportação de cereais russos de antes da guerra desapareceu, ao passo que nas Américas do Norte e do Sul e na Austrália houve grandes aumentos, tendo sido os seus agricultores os beneficiários claros (embora por acaso) da morte do arquiduque. Mas quando a Europa se recuperou, em fins da década de 1920, os produtores de todo o mundo enfrentaram uma queda na demanda, e os preços baixaram muito.¹¹ Essas deformações estruturais afetaram muito todas as regiões, mas muito mais seriamente a Europa centro-oriental, onde os frágeis “estados sucessores” lutavam com as novas fronteiras, os mercados deslocados, e comunicações deformadas. Celebrar a paz em Versalhes e redesenhar o mapa da Europa segundo linhas (aproximadas) étnicas não constituiu, em si mesmo, garantia do restabelecimento da estabilidade econômica.

Finalmente, o financiamento da guerra tinha provocado problemas econômicos — e mais tarde, políticos — de complexidades sem precedentes. Poucos dos beligerantes (a Grã-Bretanha e os Estados Unidos estavam entre as exceções) tinham tentado enfrentar os custos do conflito aumentando os impostos; em lugar disso, a maioria dos estados recorreu quase que totalmente aos empréstimos, supondo que o inimigo derrotado seria forçado a pagar a

conta — como ocorreu com a França em 1871. As dívidas públicas, não mais cobertas pelo ouro, aumentaram rapidamente; o papel-moeda, saindo de todos os tesouros dos estados, provocou enormes aumentos de preços.¹² Dada a devastação econômica e os deslocamentos territoriais provocados pela guerra, nenhum país europeu estava preparado para acompanhar os Estados Unidos na volta ao padrão ouro, em 1919. Políticas monetárias e fiscais pouco firmes fizeram com que a inflação continuasse aumentando, com resultados desastrosos na Europa central e oriental. Depreciações competitivas da moeda nacional, realizadas numa tentativa desesperada de estimular as exportações, simplesmente criaram maior instabilidade financeira — bem como rivalidade política. Tudo isso foi agravado pelos insolúveis problemas correlatos dos empréstimos entre os Aliados e a exigência dos vencedores (em especial a França) de substanciais indenizações alemãs. Todos os aliados europeus deviam à Grã-Bretanha, e em menores proporções à França; e estas duas tinham pesadas dívidas com os Estados Unidos. Com os bolcheviques repudiando os empréstimos feitos maciçamente pela Rússia, de 3,6 bilhões, com os americanos pedindo seu dinheiro de volta, com a França, Itália e outros países recusando-se a pagar suas dívidas enquanto não recebessem indenizações da Alemanha, e com os alemães declarando que lhes era impossível pagar as somas exigidas, a cena estava preparada para anos de disputas amargas, que aumentaram muito as distâncias nas simpatias políticas entre a Europa ocidental e os Estados Unidos descontentes.¹³

Se é certo que tais descentendimentos foram aparentemente amenizados pelo Plano Dawes de 1924, as consequências políticas e sociais dessa turbulência foram imensas, especialmente durante a hiperinflação alemã do ano anterior. Igualmente alarmante, embora menos compreendido na época, foi o fato de que a aparente estabilização financeira e comercial da economia mundial em meados da década de 1920 repousava em bases muito mais precárias do que as existentes antes da Primeira Guerra Mundial. Embora o padrão ouro estivesse restabelecido na maioria dos países, o mecanismo sutil (e quase auto-equilibrador) de comércio internacional e dos fluxos monetários pré-1914, baseado na City de Londres, não foi restabelecido. Londres tinha, na verdade, feito tentativas desesperadas para recuperar esse papel — inclusive a fixação em 1925 da taxa de convertibilidade do esterlino no nível pré-guerra de 4,86 libras, o que prejudicava muito os exportadores britânicos; e também reiniciou os empréstimos em grande escala a países de além-mar. Não obstante, a verdade era que o centro das finanças mundiais transferira-se naturalmente para o outro lado do Atlântico entre 1914 e 1919, quando as dívidas internacionais da Europa aumentaram e os Estados Unidos tornaram-se a maior nação credora. Por outro lado, a estrutura bastante diferente da economia americana — menos dependente do comércio exterior e muito menos integrada na economia mundial, com inclinações protecionistas (especialmente na agricultura) e não partidária do livre comércio, sem um equivalente perfeito do Banco da Inglaterra, fluando muito mais instavelmente entre surtos de prosperidade e recessões, com políticos influenciados muito mais por grupos de pressão internos — significava que o sistema financeiro e comercial internacional girava em torno de um ponto central volátil e falho. Não havia agora nenhum “emprestador de última instância”

real, oferecendo empréstimos a longo prazo para o desenvolvimento infra-estrutural da economia mundial e estabilizando os desajustes temporários das contas internacionais.¹⁴

Essas inadequações estruturais não se evidenciaram em fins da década de 1920, quando vastas quantidades de dólares saíram dos Estados Unidos na forma de empréstimos a curto prazo para governos e municipalidades européias, todos dispostos a oferecer altos juros para utilizar esses recursos — nem sempre com prudência — tanto para desenvolvimento como para fechar os buracos em seus balanços de pagamentos. Com o dinheiro a curto prazo sendo empregado dessa forma em projetos de longo prazo, com consideráveis volumes de investimentos (especialmente na Europa central e oriental) ainda destinados à agricultura, aumentando com isso as pressões depreciativas dos preços agrícolas, com os custos do serviço dessas dívidas aumentando de maneira alarmante, e como não podiam ser pagos pelas exportações, sendo mantidos apenas com novos empréstimos, o sistema já estava desmoronando no verão de 1928, quando o surto de prosperidade interna americano (e o aumento relativo das taxas de juros pelo Federal Reserve) reduziram drasticamente a saída de capital.

O fim daquele surto no “*crash* de Wall Street” de outubro de 1929 e a nova redução dos empréstimos americanos provocaram então uma reação em cadeia que parecia incontrolável: a falta de crédito fácil reduziu tanto o investimento como o consumo; a recessão da demanda entre os países industrializados atingiu produtores de alimentos e matérias-primas, que reagiram desesperadamente aumentando a oferta e testemunhando, em seguida, o colapso quase total dos preços — o que tornava impossível, por sua vez, a compra de produtos manufaturados. Deflação, abandono do padrão ouro e desvalorização da moeda, medidas restritivas sobre o comércio e o capital, e não pagamento de dívidas internacionais, foram os vários expedientes da época; e cada um deles representou novo golpe no sistema global de comércio e crédito. A arquioprotecionista Tarifa Smoot-Hawley, aprovada pelo único país (no cálculo dos agricultores americanos) com um substancial excedente comercial, tornou ainda mais difícil aos outros países ganharem dólares — e levou a represálias inevitáveis, que devastaram as exportações dos E.U.A. No verão de 1932 a produção industrial de muitos países era apenas a metade do que fora em 1928 e o comércio mundial diminuíra em um terço. O valor do comércio europeu (58 bilhões de dólares em 1928) ainda estava em apenas 20,8 bilhões em 1935 — declínio que por sua vez prejudicou o transporte marítimo, a indústria naval, os seguros, e assim por diante.¹⁵

Dada a severidade dessa depressão mundial, e o desemprego maciço por ela provocado, não havia como a política internacional pudesse escapar de seus sombrios efeitos. A feroz competição em manufaturados, matérias-primas e produtos agrícolas aumentou os ressentimentos nacionais e levou muitos políticos, cónscios da insatisfação de seus eleitores, a tentar fazer com que o estrangeiro pagasse; grupos mais extremados, especialmente da direita, aproveitaram-se do deslocamento econômico para atacar todo o sistema liberal-capitalista e pedir políticas “nacionais” afirmativas, apoiadas pela espada, se necessário. As democracias mais frágeis, em especial na Alemanha de Weimar, mas também na Espanha, Romênia e outros lugares, dobraram-

no a essas pressões político-econômicas. Os conservadores cautelosos que governavam o Japão foram afastados pelos nacionalistas e militaristas. Se as democracias do Ocidente enfrentaram melhor essas tempestades, seus estadistas foram porém forçados a se concentrar na administração econômica interna, impregnada cada vez mais de uma atitude de aproveitar-se da situação do vizinho. Nem os Estados Unidos, nem a França, os principais países com excedente de ouro, estavam dispostos a assistir os estados devedores; na verdade, a França inclinava-se, cada vez mais, a usar sua força financeira para tentar controlar o comportamento da Alemanha (o que apenas aumentava os ressentimentos do outro lado do Reno) e para ajudar a sua própria diplomacia européia. Da mesma forma, a “*moratória Hoover*” para as indenizações alemãs, que irritou os franceses, não podia ser separada da questão das reduções (e, em última análise, falta de pagamento) das dívidas de guerra, que amargurava os americanos. As desvalorizações competitivas de moedas, e discordâncias na Conferência Econômica Mundial de 1933 sobre a taxa dólar-esterlino, completavam esse quadro sombrio.

Naquela época, a ordem mundial cosmopolita dissolvera-se em várias subunidades rivais: um bloco do esterlino, baseado nos padrões comerciais britânicos e estimulado pelas “preferências imperiais” da Conferência de Ottawa de 1932; um bloco do ouro, liderado pela França; um bloco do iene, dependente do Japão, no Extremo Oriente; um bloco do dólar liderado pelos Estados Unidos (depois que Roosevelt também deixou o padrão ouro); e totalmente afastada dessas convulsões, uma U.R.S.S. que continuava a construir o “socialismo num só país”. A tendência para a autarquia desenvolvia-se fortemente antes mesmo de Adolf Hitler começar seu programa de criar um Reich auto-suficiente, de mil anos, no qual o comércio exterior era reduzido a transações especiais e a acordos de “trocas”. Com a França opondo-se repetidamente às potências anglo-saxônicas no tratamento das indenizações alemãs, com Roosevelt alegando que os Estados Unidos saíam sempre prejudicados em transações com os ingleses, e com Neville Chamberlain já convencido da observação que manifestaria posteriormente, de que a política americana era de “palavras” apenas,¹⁶ as democracias não se achavam num estado de espírito de cooperar no enfrentamento das pressões que se acumulavam em favor de modificações territoriais na imperfeita ordem mundial de 1919.

Os estadistas do Velho Mundo e os ministérios do exterior sempre tiveram dificuldades em compreender, ou em tratar, as questões econômicas. Mas uma característica talvez ainda mais perturbadora, para os que viam com saudade a diplomacia de gabinete do século XIX, era a influência crescente da opinião pública de massa sobre as questões internacionais, nas décadas de 1920 e 1930. Sob certos aspectos isso era inevitável, é claro. Antes mesmo da primeira Guerra Mundial grupos políticos em toda a Europa vinham criticando os métodos obscuros, secretos e os preconceitos elitistas da “velha diplomacia”, e pedindo em lugar dela um sistema reformado, em que os negócios de estado fossem abertos ao exame do povo e de seus representantes.¹⁷ Essas exigências aumentaram muito com o conflito de 1914-1918, em parte porque a liderança que pedia a mobilização total da sociedade compreendeu que esta, por sua vez, exigiria compensações pelos seus sacrifícios e uma participação

na paz; em parte porque a guerra, que os propagandistas aliados gostavam de considerar uma luta pela democracia e autodeterminação, realmente esmagou os impérios autocráticos da Europa centro-oriental; em parte porque a vigorosa e atraente figura de Woodrow Wilson manteve as pressões em favor de uma ordem mundial nova e esclarecida, mesmo quando Clemenceau e Lloyd George proclamavam a necessidade de vitória total.¹⁸

Mas o problema com a “opinião pública” depois de 1919 foi que muitas partes dela *não* correspondiam àquela visão tão ao agrado de Gladstone e Wilson, de um povo liberal, educado, justo, imbuído de idéias internacionalistas, de pressupostos utilitaristas e de respeito pelo império da lei. Como Arno Mayer mostrou, “a velha diplomacia” que (como se pretendia geralmente) tinha causado a guerra mundial, estava sendo questionada depois de 1917 não só pelo reformismo wilsoniano, mas também pela crítica muito mais sistemática, feita pelos bolcheviques, à ordem existente — uma crítica de considerável atração para as classes trabalhadoras organizadas em *ambos* os campos beligerantes.¹⁹ Enquanto isso fazia com que políticos flexíveis como Lloyd George criassem seus próprios “pacotes” de políticas interna e externa progressistas para neutralizar a atração de Wilson e conter a tendência dos trabalhadores para o socialismo,²⁰ o impacto sobre figuras mais conservadoras e nacionalistas no campo aliado foi bastante diferente. Em sua opinião, os princípios wilsonianos tinham de ser firmemente rejeitados no interesse da “segurança” nacional, que só podia ser medida na moeda forte dos ajustes de fronteiras, aquisições coloniais e indenizações; ao mesmo tempo, a ameaça de Lenin, muito mais assustadora, tinha de ser impiedosamente esmagada, em sua pátria bolchevique e (em especial) nas imitações dos soviets que surgiram no Ocidente. A política e a diplomacia da criação da paz,²¹ em outras palavras, estava carregada de elementos ideológicos e de política interna, num grau desconhecido nos congressos de 1856 e 1878.

E havia mais. Nas democracias ocidentais, as imagens da Primeira Guerra Mundial que predominavam em fins da década de 1920 eram de morte, destruição, horror, desperdício e da futilidade de tudo aquilo. A “paz cartaginesa” de 1919, a falta dos benefícios prometidos pelos políticos de guerra em troca dos sacrifícios do povo, os milhões de veteranos inválidos e de viúvas de guerra, as perturbações econômicas de 1920, a perda de fé e o colapso das relações vitorianas e pessoais, tudo isso foi atribuído à insensatez das decisões de julho de 1914.²² Mas esse recuo público generalizado em relação à guerra e ao militarismo, combinado em muitos círculos com a esperança de que a Liga das Nações tornaria impossível qualquer repetição daquele desastre, não era partilhado por todos os que participaram do conflito — mesmo que a literatura anglo-americana dê essa impressão.²³ Para centenas de milhares de antigos *Frontsoldaten* em todo o continente da Europa, desiludidos pelo desemprego, pela inflação e tédio da ordem de pós-guerra dominada pela burguesia, o conflito tinha representado algo que deixava marca mais positiva: valores marciais, a camaradagem dos soldados, a emoção da violência e da ação. Para esses grupos, em especial nas nações derrotadas, como a Alemanha e Hungria, e na nação vitoriosa e amargamente descontente que era a Itália, mas também entre a direita francesa, as idéias dos novos movimentos fascistas — de ordem, disciplina e glória nacional, do esmagamento

dos judeus, bolcheviques, intelectuais decadentes e de classe média liberal satisfeita consigo mesma — tinham grande atrativo. Aos seus olhos (e aos olhos de seus equivalentes no Japão), era a luta e a força e o heroísmo que constituíam as características duradouras, e os princípios do internacionalismo wilsoniano eram falsos e ultrapassados.²⁴

Isso significou que as relações internacionais na década de 1920 e 1930 continuaram a ser complicadas pela ideologia e pela fragmentação constante da sociedade mundial em blocos políticos que só parcialmente correspondiam às subdivisões econômicas mencionadas antes. De um lado estavam as democracias ocidentais, especialmente o mundo de língua inglesa, recuando ante o horror da Primeira Guerra Mundial, concentrando-se nas questões internas (sobretudo as socioeconômicas) e reduzindo maciçamente suas organizações de defesa; e embora a liderança francesa mantivesse consideráveis exércitos e aviação com medo do ressurgimento da Alemanha, era evidente que grande parte do público da França partilhava desse ódio à guerra e do desejo de reconstrução social. Do outro lado, estava a União Soviética, isolada sob tantos aspectos do sistema político-econômico mundial, mas ainda assim atraindo admiradores no Ocidente porque oferecia, supostamente, uma “nova civilização” que *inter alia* escapou à Grande Depressão,²⁵ embora a U.R.S.S. também fosse amplamente detestada. Finalmente, havia, pelo menos na década de 1930, os estados fascistas “revisionistas” da Alemanha, Japão e Itália, que não eram apenas violentamente antibolcheviques, mas também denunciavam o *status quo* liberal-capitalista restabelecido em 1919. Tudo isso tornava a direção da política externa excepcionalmente difícil para os estadistas democráticos, que pouco compreendiam do estado de espírito fascista ou bolchevique, e ansiavam apenas pela volta àquela estado de “normalidade” eduardiana que a guerra tinha destruído de forma tão completa.

Em comparação com esses problemas, os desafios pós-1919 ao mundo eurocêntrico que começavam a surgir nos trópicos eram menos ameaçadores — mas ainda assim importantes. Também nesse caso podemos detectar precedentes anteriores a 1914, como a revolta de Arabi Pasha no Egito, o aparecimento dos jovens turcos depois de 1908, as tentativas de Tilak de radicalizar o movimento do Congresso Indiano, e a campanha de Sun Yat-sen contra o domínio ocidental na China. Da mesma forma, os historiadores observaram como acontecimentos como a derrota da Rússia pelos japoneses em 1905 e a abortada revolução russa daquele mesmo ano fascinaram e eletrizaram as forças protonacionalistas em outros lugares da Ásia e do Oriente Médio.²⁶ Ironicamente, mas de maneira previsível, quanto mais o colonialismo penetrava nas sociedades subdesenvolvidas, arrastando-as para uma rede global de comércio, e colocando-as em contato com as idéias ocidentais, mais isso provocava uma reação indígena; quer essa reação se manifestasse na forma de insatisfação tribal contra as restrições aos seus padrões tradicionais de vida e trocas ou, mais significativamente, na forma de advogados e intelectuais educados no Ocidente, que buscavam criar partidos de massa e faziam campanha pela autodeterminação nacional, o resultado era um desafio crescente aos controles europeus.

A Primeira Guerra Mundial acelerou essas tendências sob todos os aspectos. Em primeiro lugar, a intensificada exploração econômica das

matérias-primas nos trópicos e as tentativas de fazer com que as colônias contribuíssem — com força de trabalho e com impostos — para o esforço de guerra das metrópoles inevitavelmente provocou perguntas sobre as “compensações”, tal como acontecia entre as classes trabalhadoras da Europa.²⁷ Além disso, as campanhas no oeste, sudoeste e leste da África, no Oriente Próximo e no Pacífico, provocaram dúvidas sobre a viabilidade e permanência dos impérios coloniais em geral — tendência reforçada pela propaganda aliada sobre “autodeterminação nacional” e “democracia”, e pela contra-propaganda alemã no Magreb, Irlanda, Egito e Índia. Em 1919, enquanto as potências europeias estavam criando os seus mandatos da Liga das Nações — escondendo seus interesses imperiais atrás de folhas de parreira cada vez mais elaboradas, como A.J.P. Taylor disse — o Congresso Pan-Africano reunia-se em Paris para expressar sua opinião, o Partido Wafd em fundado no Egito, o Movimento Quatro de Maio atuava na China, Kemal Atatürk surgia como o fundador da moderna Turquia, o Partido Destour reformulava suas táticas na Tunísia, o Sarehat Islam alcançava os 2,5 milhões de membros na Indonésia, e Gandhi catalisava os muitos diferentes ramos da oposição ao domínio britânico na Índia.²⁸

Mais importante ainda, essa “revolta contra o Ocidente” já não encontraria as grandes potências unidas na suposição de que, quaisquer que fossem as suas discordâncias, havia uma grande distância entre elas e os povos menos desenvolvidos do globo; também isso era muito diferente do que acontecia na época da Conferência de Berlim sobre a África Ocidental. Essa unidade já se tinha tornado redundante pela entrada dos japoneses no clube das grandes potências, e alguns dos pensadores dessas potências começavam a manifestar idéias de uma “esfera de co-prosperidade” leste asiática, já em 1919.²⁹ E foi totalmente superada pelo aparecimento das duas versões da “nova diplomacia” proposta por Lenin e Wilson — pois apesar das diferenças políticas entre esses líderes carismáticos, tinham em comum a aversão pela velha ordem colonial europeia e o desejo de transformá-la em alguma coisa. Nenhum deles, por várias razões, podia impedir a maior extensão daquela ordem colonial sob os mandatos da Liga; sua retórica e influência, porém, faziam-se sentir por sobre as zonas de demarcação imperial e interagiam com a mobilização dos nacionalistas indígenas. Isso era evidente na China em fins da década de 1920, quando a velha ordem europeia de privilégios concedidos por tratados, penetração comercial e ocasionais ações das belonaves, começava a perder terreno para as “ordens” alternativas e concorrentes propostas pela Rússia, pelos Estados Unidos e pelo Japão, e a desaparecer ante o ressurgente nacionalismo chinês.³⁰

Isso não significava que o colonialismo ocidental estivesse em vias de desmoronar. A firme resposta britânica em Amritsar em 1919, a detenção de Sukarno e outros líderes nacionalistas indonésios, bom como o desmantelamento dos sindicatos em fins da década de 1920 pela Holanda, a decidida reação francesa às agitações em Tonquim contra a intensa exploração do arroz e da borracha, tudo isso testemunhou o poder residual dos exércitos europeus e seu arsenal.³¹ E o mesmo se poderia dizer, é claro, da tardia incursão imperial da Itália na Abissínia, em meados da década de 1930. Só os choques muito mais intensos provocados pela Segunda Guerra Mundial realmente afrouxariam

os controles imperiais. Ainda assim, essa inquietação colonial teve alguma importância nas relações internacionais na década de 1920, e em especial na de 1930. Em primeiro lugar, desviou a atenção (e os recursos) de algumas das grandes potências de suas preocupações com o equilíbrio europeu de forças. Foi o que ocorreu destacadamente com a Grã-Bretanha, cujos líderes preocuparam-se muito mais com a Palestina, Índia e Cingapura do que com os Sudetos ou Dantzig — refletindo-se essas prioridades em sua política de defesa “imperial” pós-1919.³² Os acontecimentos na África envolveram também, até certo ponto, a França, e naturalmente distraíram a atenção dos militares italianos. Além disso, em certos casos o reaparecimento das questões extra-européias e coloniais interferia diretamente na antiga estrutura das alianças de 1914-1918. A questão do imperialismo tornou os americanos mais desconfiados das políticas anglo-francesas, e acontecimentos como a invasão italiana da Abissínia e a agressão japonesa à China continental dividiram Roma e o Quão a partir de Londres e Paris na década de 1930 — oferecendo possíveis aliados aos revisionistas alemães. Mais uma vez os problemas internacionais se tinham tornado um pouco mais difíceis de resolver de acordo com as receitas da “velha diplomacia”.

A principal causa final da instabilidade de pós-guerra foi o fato constrangedor de não ter a “questão alemã” sido resolvida, mas sim transformada num problema ainda insolúvel e intenso. O rápido colapso da Alemanha em outubro de 1918, quando seus exércitos ainda controlavam a Europa, desde a Bélgica até a Ucrânia, foi um grande choque para as forças nacionalistas de direita, que tendiam a culpar uma “traição interna” pela rendição humilhante. Quando as condições do acordo de Paris provocaram humilhação ainda maior, grande número de alemães denunciaram tanto o “tratado escravo” como os políticos democráticos de Weimar, que concordaram com tais condições. A questão das indenizações, e a hiperinflação correlata de 1923, encheram o cálice do descontentamento alemão. Poucos, entre os insatisfeitos, eram tão extremados quanto os nacional-socialistas, que pareciam, durante grande parte da década de 1920, ser um movimento alucinado, demagógico e marginal. Poucos alemães, porém, *não* eram revisionistas, de uma ou de outra forma. As indenizações, o corredor polonês, as restrições às forças armadas, a separação de regiões de língua alemã da Pátria, não seriam tolerados para sempre. As únicas dúvidas eram a rapidez com que essas restrições poderiam ser abolidas, até que ponto a diplomacia seria preferível à força para modificar o *status quo*. Quanto a isso, a subida de Hitler ao poder em 1933 simplesmente intensificou o esforço alemão em favor do revisionismo.³³

O problema de determinar o lugar “adequado” da Alemanha na Europa foi agravado pela curiosa e desequilibrada distribuição do poder internacional depois da Primeira Guerra Mundial. Apesar de suas perdas territoriais, das restrições militares e da instabilidade econômica, a Alemanha depois de 1919 ainda era *potencialmente* uma grande potência muito forte. Uma análise mais detalhada de seus pontos fortes e fracos será feita mais adiante, mas vale a pena assinalar, aqui, que a Alemanha ainda tinha uma população muito maior do que a França, e uma capacidade em ferro e aço que era cerca de três vezes a francesa. Sua rede de comunicações internas estava intacta, como também suas usinas químicas e elétricas, suas universidades e institutos técnicos. “No

momento, em 1919, a Alemanha estava vencida e batida. O problema imediato era a fraqueza alemã; mas se tivesse alguns anos de vida 'normal', o problema voltaria a ser a força alemã.³⁴ Além disso, como Taylor observa, o velho equilíbrio de forças no continente europeu, que tinha ajudado a conter a expansão alemã, já não existia. "A Rússia se afastara; a Áustria-Hungria desaparecera. Só restavam França e Itália, ambas inferiores em potencial humano e ainda mais em recursos econômicos, ambas esgotadas pela guerra."³⁵ E, com o passar do tempo, primeiro os Estados Unidos, e em seguida a Grã-Bretanha, mostraram crescente aversão pelas intervenções na Europa, e uma crescente desaprovção dos esforços franceses para manter a Alemanha sob controle. E foi precisamente essa compreensão de que a França não estava segura que levou Paris a tentar sustar um ressurgimento do poderio alemão por todos os meios possíveis: insistindo no pagamento total das indenizações, mantendo suas grandes e onerosas forças armadas, tentando transformar a Liga das Nações Unidas numa organização dedicada à preservação do *status quo*, e resistindo a todas as sugestões para permitir que a Alemanha se armasse até o nível da França³⁶ — e tudo isso, previsivelmente, alimentou o ressentimento alemão e ajudou as agitações dos extremistas da direita.

O outro recurso da bateria de armas diplomáticas e políticas da França era a sua ligação com os "estados sucessores" do leste europeu. Aparentemente, seu apoio à Polónia, Tchecoslováquia e outros beneficiários dos acordos de 1919-1921 naquela região era uma estratégia plausível e promissora.³⁷ Com ela, o expansionismo alemão seria contido em cada flanco. Na realidade, o esquema estava cheio de dificuldades. Devido à dispersão geográfica das várias populações sob os antigos impérios multinacionais, não fora possível criar, em 1919, uma solução territorial etnicamente coerente; portanto, grandes grupos minoritários viviam no lado errado das fronteiras de todos os Estados, constituindo uma fonte não só de debilidade interna como também de ressentimentos externos. Em outras palavras, a Alemanha não era a única a desejar uma revisão dos tratados de Paris; e mesmo que a França insistisse na manutenção do *status quo*, sabia que nem a Grã-Bretanha, nem os Estados Unidos, tinham qualquer compromisso com as fronteiras irregulares, fixadas apressadamente, naquela região. Como Londres deixou claro em 1925, não haveria garantias do tipo de Locarno na Europa oriental.³⁸

O cenário econômico na Europa central e oriental tornava as coisas ainda piores, já que a criação de barreiras aduaneiras e tarifárias em torno desses países aumentava as rivalidades regionais e dificultava o desenvolvimento geral. Havia agora 27 moedas distintas na Europa, em lugar das 14 de antes da guerra, e mais cerca de 20 mil quilômetros de fronteiras; muitas destas separavam fábricas de suas matérias-primas, siderurgias dos seus campos carboníferos, fazendas dos seus mercados. E o que era mais, embora empresas e banqueiros franceses e ingleses se instalassem nos estados sucessores depois de 1919, um parceiro comercial muito mais "natural" para eles era a Alemanha, só estava mais próxima, era melhor ligada por estradas e ferrovias ao mercado da Europa oriental, como também podia absorver facilmente os excedentes agrícolas da área, de uma maneira que a França (com seus próprios excedentes agrícolas) e a Grã-Bretanha (com suas preferências imperiais) não podiam,

oferecendo em troca do trigo húngaro e do petróleo romeno as máquinas de que muito necessitavam e (mais tarde) armamentos. Além disso, esses países, como a própria Alemanha, tinham problemas monetários e por isso achavam mais fácil comerciar na base de trocas. Economicamente, portanto, a *Mitteleuropa* poderia tornar-se novamente uma zona de dominação alemã.³⁹

Muitos dos participantes das negociações de 1919 em Paris tinham consciência de alguns (embora evidentemente não de todos) dos problemas acima. Mas achavam, como Lloyd George, que a recém-criada Liga da Nações poderia "remediar, reparar, e fazer justiça... [Ela] existirá como um Tribunal de Recursos para reajustar imperfeições, irregularidades, injustiças."⁴⁰ Sem dúvida, qualquer descentimento político ou econômico importante entre estados poderia agora ser resolvido por homens sensatos, reunidos em volta de uma mesa em Genebra. Isso parecia uma suposição razoável em 1919, mas que a dura realidade desmentiria. Os Estados Unidos não entraram para a Liga. A União Soviética foi tratada como um estado pária e impedida de participar. O mesmo aconteceu com as potências derrotadas, pelo menos nos primeiros anos. Quando os estados revisionistas começaram suas agressões na década de 1930, deixaram a Liga logo depois.

Além disso, devido às discordâncias anteriores entre as versões francesa e inglesa do que deveria ser a Liga — um policial ou um conciliador — o órgão não tinha poder de impor suas decisões, nem qualquer mecanismo real de segurança coletiva. Ironicamente, portanto, a contribuição real da Liga acabou sendo não a dissuasão dos agressores, mas a confusão das democracias. Era imensamente popular com o público cansado da guerra no Ocidente, mas sua criação justificou o argumento de muitos de que as forças de defesa nacional não eram necessárias, pois a Liga impediria, de alguma forma, as guerras futuras. Em consequência, a sua existência fez com que gabinetes e ministros do Exterior hesitassem entre a "velha" e a "nova" diplomacia, em geral sem conseguir as vantagens de nenhuma das duas, como os casos da Manchúria e Abissínia demonstram amplamente.

À luz de todas as dificuldades acima, e do fato esmagador de que a Europa mergulhou em outra guerra apenas 20 anos depois de assinar o Tratado de Versalhes, não é de surpreender que os historiadores tenham visto esse período como uma "trégua de 20 anos", retratando-o como uma época sombria e acidentada — cheia de crises, engodos, brutalidades, desonra. Mas com títulos de livros como *Um Mundo Em Pedações*, *A Paz Perdida*, e *A Crise de 20 Anos*, descrevendo essas duas décadas,⁴¹ corre-se o risco de que as grandes diferenças entre as décadas de 1920 e 1930 não sejam percebidas. Repetindo uma observação feita antes, em fins da década de 1920, os Tratados de Locarno e Kellogg-Briand (Pacto de Paris), a solução de muitos descentimentos franco-alemães, as reuniões da Liga e a volta geral da prosperidade pareciam indicar que a Primeira Guerra Mundial estava por fim terminada, no que dizia respeito às relações internacionais. Dentro de mais um ou dois anos, porém, um devastador colapso financeiro e industrial abalava essa harmonia e começava a interagir com os desafios à ordem existente, que seriam feitos pelos nacionalistas japoneses e alemães (e italianos, mais tarde). Num prazo notavelmente exíguo, as nuvens da guerra voltaram. O sistema foi ameaçado de maneira fundamental no momento exato em que as democracias estavam

menos preparadas, psicológica e militarmente, para enfrentar essa ameaça, exatamente quando estavam menos coordenadas do que em qualquer outro momento, desde o acordo de 1919. Quaisquer que tenham sido as deficiências e loucuras de um “apaziguador” qualquer, na infeliz década de 1930, portanto, é bom lembrar as complexidades sem precedentes que os estadistas daquela década tinham de enfrentar.

Antes de vermos como as crises internacionais desse período evoluíram para a guerra, é importante, mais uma vez, examinarmos os pontos fortes e fracos específicos de cada uma das grandes potências, todas elas afetadas não só pelo conflito de 1914-1918, como também pelos acontecimentos militares e econômicos dos anos entre as guerras. Sob esse aspecto, os Quadros 12-18 *supra*, mostrando as oscilações nos equilíbrios produtivos entre as potências, serão mencionados repetidamente. Duas outras observações preliminares sobre a economia do rearmamento devem ser feitas, a esta altura. A primeira relaciona-se com as taxas diferenciais de crescimento, muito mais acentuadas na década de 1930 do que, digamos, na década anterior a 1914; o deslocamento da economia mundial em vários blocos e as maneiras notavelmente diferentes pelas quais a política econômica nacional foi adotada (de planos quadrienais e *new deals* até os orçamentos deflacionários clássicos) significaram que a produção e a riqueza podiam estar aumentando num país, e baixando dramaticamente em outro. Segundo, os acontecimentos entre as duas guerras, em tecnologia militar, tornaram as forças armadas mais dependentes do que nunca da capacidade produtiva de seus países. Sem uma base industrial florescente e, o que é mais importante ainda, sem uma ampla e avançada comunidade científica que pudesse ser mobilizada pelo estado para acompanhar os novos progressos em armas, a vitória numa outra grande guerra era inconcebível. Se o futuro estava (na frase de Stalin) nas mãos dos grandes batalhões, estes por sua vez dependiam cada vez da tecnologia moderna e da produção em massa.

Os contendores

A vulnerabilidade econômica de uma grande potência, por mais ativa e ambiciosa que fosse a sua liderança nacional, evidenciava-se mais claramente no caso da Itália na década de 1930 do que em qualquer outro. Aparentemente, o regime fascista de Mussolini tinha levado o país às primeiras filas do mundo diplomático. Com a Grã-Bretanha, era um dos fiadores externos do acordo de Locarno de 1925; com a Grã-Bretanha, França e Alemanha, era também signatário do acordo de 1938 de Munique. A pretensão italiana ao primado no Mediterrâneo tinha sido afirmada pelo ataque a Corfu (1923), pela intensificação da “pacificação” da Líbia, e pela grande intervenção (de 500 mil soldados italianos) na Guerra Civil Espanhola. Entre 1935 e 1937, Mussolini vingou a derrota de Adowa pela sua impiedosa conquista da Abissínia, desafiando ousadamente as sanções da Liga e a opinião ocidental hostil. Em outras ocasiões, ele apoiou o *status quo*, transferindo tropas para o Brenner em 1934 para impedir que Hitler tomasse a Áustria, e firmando prontamente um acordo

anti-alemão em Stresa em 1935. Suas tiradas contra o bolchevismo grangearam-lhe a admiração de muitos estrangeiros (inclusive Churchill) na década de 1920, e ele foi cortejado por todos os lados na década seguinte — com Chamberlain viajando para Roma ainda em janeiro de 1939 numa tentativa de impedir que a Itália ingressasse totalmente no campo alemão.⁴²

Mas a projeção diplomática não era a única medida da nova grandeza da Itália. O estado fascista, com sua eliminação da política partidária facciosa, seu planejamento “corporativista” para a economia em lugar das disputas entre o capital e o trabalho, seu empenho na ação governamental, parecia oferecer um novo modelo a uma desencantada sociedade europeia de pós-guerra — e atraiante para os que temiam o “modelo” alternativo oferecido pelos bolcheviques. Devido aos investimentos aliados, a industrialização se tinha processado em ritmo intenso de 1915 a 1918, pelo menos nas indústrias pesadas relacionadas com a produção de armas. Com Mussolini, o estado empenhou-se num ambicioso programa de modernização, que ia das drenagens do pântano de Pontine até o desenvolvimento impressionante da hidroeletricidade, às melhorias do sistema ferroviário. A indústria eletroquímica foi estimulada, e raíom e outras fibras artificiais foram aperfeiçoadas. A produção de automóveis aumentou e a indústria aeronáutica italiana parece saltar-se entre as mais inovadoras do mundo, seus aviões batendo uma série de recordes de velocidade e altitude.⁴³

Também o poderio militar parecia dar boas indicações da ascendente posição da Itália. Embora ele não tivesse gasto muito com as forças armadas na década de 1920, Mussolini acreditava na força e na conquista, e seu crescente desejo de expandir a Itália territorialmente levou a significativos aumentos na despesa com a defesa, na década de 1930. Na verdade, pouco mais de 10% da receita nacional e um terço da receita governamental eram dedicados às forças armadas em meados da década de 1930, o que em números absolutos era mais do que a Grã-Bretanha e a França gastavam, e muito mais do que os totais americanos. Belos navios de guerra novos eram lançados ao mar, para rivalizar com a marinha francesa e a esquadra britânica do Mediterrâneo, e para apoiar a pretensão de Mussolini de que o Mediterrâneo era realmente *mare nostrum*. Quando a Itália entrou na guerra tinha 113 submarinos — “a maior força submarina do mundo, exceto talvez a União Soviética”.⁴⁴ Somas cada vez maiores estavam sendo destinadas à força aérea, a Regia Aeronautica, nos anos até 1940, de acordo talvez com a ênfase inicial do fascismo na modernidade, ciência, rapidez e elegância. Tanto na Abissínia como ainda mais na Espanha, os italianos demonstraram o uso do poderio aéreo e convenceram-se — e a muitos observadores estrangeiros — de que tinham a mais avançada força aérea do mundo. Esse crescimento da marinha e da aviação deixou menos recursos para o exército italiano, mas suas 30 divisões estavam sendo substancialmente reestruturadas em fins da década de 1930, e novos tanques e artilharia estavam sendo planejados. Além disso, pensava Mussolini, havia as massas de *squadristi* fascistas e grupos treinados, de modo que em outra guerra total a nação bem poderia contar com as alegadas “8 milhões de baionetas”. Tudo isso prenunciava êxito para a criação do segundo Império Romano.

Infelizmente para tais sonhos, a Itália fascista era, em termos de poder

político, espetacularmente fraca. O problema chave era que, mesmo "ao término da Primeira Guerra Mundial a Itália, economicamente falando, era um país semidesenvolvido".⁴⁵ Sua renda *per capita* em 1920 era provavelmente igual à alcançada pela Grã-Bretanha e Estados Unidos em princípios do século XIX, e pela França algumas décadas depois. Os dados sobre a renda nacional ocultavam o fato de que a renda *per capita* no norte era 20% acima, e no sul 30% abaixo, da média; e a distância entre eles ampliava-se. Graças a um fluxo constante de emigrantes, a população italiana nos anos entre as guerras aumentou de apenas cerca de 1% ao ano; como o produto interno bruto cresceu a 2% ao ano, a média *per capita* aumentou em apenas 1% ao ano, o que não era desastroso, mas não poderia ser considerado um milagre econômico. Na raiz da debilidade italiana, estava a continuada dependência de uma agricultura de pequena escala, que em 1920 representava 40% do PNB e absorvia 50% da população trabalhadora total.⁴⁶ Um outro indício desse atraso econômico era o fato de que ainda em 1938 mais da metade das despesas de uma família era com a alimentação. Longe de reduzir essas proporções, o fascismo, com sua grande ênfase nas virtudes da vida rural, esforçou-se para apoiar a agricultura com numerosas medidas, inclusive tarifas protetoras, recuperação de terras generalizada, e, finalmente, completo controle do mercado de trigo. Foi importante, nos cálculos do regime, o desejo de reduzir a dependência dos produtores estrangeiros de alimentos e impedir um novo êxodo dos camponeses para as cidades, onde aumentariam o total de desempregados e agravariam o problema social. A consequência foi um acentuado *subemprego* no campo, com todas as características dele consequentes: baixa produtividade, analfabetismo, imensas disparidades regionais.

Dada a natureza relativamente atrasada da economia italiana e a disposição do estado de gastar dinheiro tanto em armas como na preservação da agricultura de aldeia, não é de surpreender que o volume de poupança para investimento empresarial fosse baixo. Se a Primeira Guerra Mundial já tinha reduzido o estoque de capital interno, a depressão econômica e a adoção do protecionismo constituíram novos golpes. É certo que as companhias estimuladas pelas encomendas do governo, de aviões ou caminhões, podiam ter bom lucro, mas é improvável que o desenvolvimento industrial da Itália se beneficiasse (no conjunto) das tentativas de autarquia; as tarifas simplesmente davam proteção a produtores ineficientes, enquanto o neomercantilismo geral da época reduzia o fluxo de investimentos que tanto contribuía para estimular a industrialização italiana, antes. Em 1938 a Itália ainda possuía apenas 2,8% da produção mundial de manufaturados, produzia 2,1% do seu aço, 1,0% de seu ferro-gusa, 0,7% de seu minério de ferro, e 0,1% de seu carvão, e consumia energia produzida por fontes modernas numa taxa muito abaixo de qualquer outra das grandes potências. Finalmente, à luz da evidente pressa de Mussolini de ir à guerra contra a França, e por vezes mesmo contra a França e Grã-Bretanha combinadas, vale notar que a Itália continuava constrangedoramente dependente de fertilizantes, carvão, petróleo, sucata, borraça, cobre importados, bem como outras matérias-primas vitais — 80% das quais tinham de passar por Gibraltar ou Suez, e grande parte das quais era transportada por navios ingleses. Foi típico do regime o fato de que não foram preparados planos para a eventualidade de serem tais importações suspensas, e que uma

política de criação de estoques desses materiais estratégicos era impossível, já que em fins da década de 1930 a Itália não dispunha de divisas estrangeiras para cobrir suas necessidades do momento. Essa crônica escassez de divisas também ajuda a explicar por que os italianos não puderam pagar pelas máquinas operatrizes alemãs, tão vitais para a produção de aviões, tanques, canhões e navios dos mais modernos, que estavam sendo criados nos anos posteriores a 1935, aproximadamente.⁴⁷

O atraso econômico também explica por que, apesar de toda a atenção e recursos que o regime de Mussolini dedicou às forças armadas, seu desempenho prático e sua condição foram precários — e pioraram. A marinha era talvez a melhor equipada das três forças armadas, mas provavelmente muito fraca para expulsar a marinha inglesa do Mediterrâneo. Não tinha porta-aviões — Mussolini proibiu sua construção — e dependia então da Regia Aeronautica, uma solução insatisfatória, devido à falta de cooperação entre as forças armadas. Seus cruzadores eram navios para bom tempo, e sua grande força de submarinos mostrou-se um pesado investimento em obsolescência: "Os submarinos não tinham computadores de ataque, seus sistemas de ar condicionado soltavam gases venenosos quando a tubulação se rompia ao impacto de bombas de profundidade, e mergulhavam com relativa lentidão, o que representava um problema quando a aviação inimiga se aproximava."⁴⁸ Sinais semelhantes de obsolescência podiam ser vistos na força aérea italiana, que se mostrava capaz de bombardear (embora nem sempre de atingir) tribos abissínicas, e impressionara muitos observadores pelo seu desempenho na Guerra Civil Espanhola. Mas em fins da década de 1930 o biplano Fiat CR42 foi totalmente obscurecido pelos novos monoplanos ingleses e alemães, e até mesmo a força de bombardeio sofreu por dispor apenas de aparelhos leves e médios, com motores fracos e bombas espetacularmente ineficientes. Não obstante, ambas as forças tinham obtido parcelas cada vez maiores do orçamento de defesa. O exército, em contraste, viu sua participação cair de 58,2% em 1935-1936 para 44,5% em 1938-1939, e isso numa época em que precisava desesperadamente de tanques, artilharia, caminhões e sistemas de comunicação modernos. O "principal tanque de batalha" do exército italiano, quando entrou na Segunda Guerra Mundial, era o Fiat L.3, de três toneladas e meia, sem rádio, pouca visibilidade, e apenas duas metralhadoras — isso numa época em que os mais recentes tanques alemães e franceses eram de mais de 20 toneladas e tinham armas muito mais pesadas.

Tendo em vista as debilidades quase irremediáveis da economia italiana sob o fascismo, seria imprudente sugerir que ela poderia ter ganho uma guerra contra outra das grandes potências; e suas perspectivas tornaram-se ainda mais sombrias pelo fato de que suas forças armadas foram vítimas de um rearmamento prematuro — e da obsolescência rápida. Como esse problema era comum na década de 1930, afetando a França e a Rússia quase que nas mesmas proporções, é importante examinar o problema um pouco mais detalhadamente, antes de voltar à nossa análise específica das debilidades italianas.

O principal fator era a intensa aplicação da ciência e tecnologia a fins militares, nesse período, e que estava transformando os sistemas de armamentos em todas as forças. Os aviões de caça, por exemplo, estavam passando rapidamente de manobráveis biplanos (mas de armas leves e cobertos de lona)

Quadro 27. Despesas com a defesa pelas grandes potências, 1930-1938⁵⁰
(Milhões de dólares correntes)

	Japão	Itália	Alemanha	U.R.S.S.	Reino Unido	França	EUA
1930	218	266	162	722	512	498	699
1933	183 (356) [387]	351 (361)	452 (620)	707 (303)	333 (500)	524 (805)	570 (792)
1934	292 (384) [427]	455 (427)	709 (914)	3479 (980)	540 (558)	707 (731)	803 (708)
1935	300 (900) [463]	966 (966)	1.607 (2.025)	5.517 (1.607)	646 (671)	867 (849)	806 (933)
1936	313 (440) [488]	1.149 (1.252)	2.332 (3.266)	2.933 (2.903)	892 (911)	995 (980)	932 (1.119)
1937	940 (1.621) [1.064]	1.235 (1.015)	3.298 (4.769)	3.446 (3.430)	1.245 (1.283)	890 (862)	1.032 (1.079)
1938	1.740 (2.489) [1.706]	746 (818)	7.415 (5.807)	5.429 (4.527)	1.863 (1.915)	919 (1.014)	1.131 (1.131)

tar ou à indústria de armamentos. Pelo contrário, as aventuras da Abissínia e da Espanha enfraqueceram gravemente a Itália, não só devido às perdas no campo de batalha, como também porque quanto mais tempo ela lutava, mais linha de importar — e pagar por elas — matérias-primas estratégicas, fazendo com que as reservas do Banco de Itália se reduzissem a quase nada em 1939. Incapaz de comprar as máquinas operatrizes e outros equipamentos necessários à modernização da força aérea e do exército, o país provavelmente se estava tornando *mais fraco* nos dois ou três anos anteriores a 1940. O exército não foi melhorado pela sua reorganização, já que o recurso de criar mais de 50% de divisões simplesmente reduzindo cada divisão de três para dois regimentos levou a muitas promoções de oficiais, mas não a um aumento real de eficiência. A força aérea, apoiada (se essa é a expressão correta) por uma indústria que era *menos* produtiva do que em 1915-1918, alegava dispor de mais de 8.500 aviões; melhores investigações reduziram esse total para 454 bombardeiros e 129 caças, dos quais poucos seriam considerados como de primeira classe em outras forças aéreas.⁵¹ Sem tanques ou canhões antiaéreos adequados, ou caças rápidos ou bombas decentes, ou porta-aviões, ou divisas estrangeiras, ou logística adequada, Mussolini lançou seu país, em 1940, em outra guerra de grandes potências, supondo que ela já estava ganha. Na verdade, só um milagre, ou os alemães, podiam impedir um colapso de proporções épicas.

Toda esta ênfase em armamentos e números não leva em conta, é claro, os elementos de liderança, qualidade do pessoal e inclinação nacional pelo combate. O triste fato, porém, era que longe de compensar as deficiências

que podiam fazer cerca de 200 mph, por "aviões de duralumínio monoplanos carregados de metralhadoras múltiplas e canhão, cabinas blindadas, tanques de combustível de vedação automática",⁴⁹ que voavam a até 400 mph e exigiam motores muito mais poderosos. Os bombardeiros se estavam transformando — nos países que podiam fazê-lo — de aparelhos médios de curto alcance, de dois motores, para os tipos maciços de quatro motores, capazes de transportar grandes cargas de bombas e com um raio de ação de mais de 3 mil quilômetros. Os encouraçados posteriores ao Tratado de Washington (por exemplo, o *King George V*, o *Bismarck* e o *North Carolina*, entre outros) eram muito mais rápidos, com melhor blindagem e equipados com defesas antiaéreas muito mais pesadas do que seus antecessores. Os porta-aviões mais novos eram do tipo grande, bem desenhado, com uma capacidade ofensiva muito maior do que os navios transportadores de aviões e cruzadores convertidos da década de 1920. Os planejadores de tanques estavam criando apressadamente modelos mais pesados, melhor armados e melhor blindados que exigiam motores muito mais poderosos do que os usados nos protótipos experimentais leves dos anos anteriores a 1935. Além disso, todos esses sistemas de armas estavam apenas começando a ser afetados pelas modificações nas comunicações elétricas, pelos aperfeiçoamentos dos instrumentos de navegação e equipamento de detecção anti-submarino, pelo começo do radar e pelo melhor equipamento de rádio — que não só tornavam as armas mais novas muito mais caras, como também complicavam o processo de sua obtenção. Tinha o país novas máquinas operatrizes, e outros meios para passar a esses modelos aperfeiçoados? Podiam as fábricas de armas e os fornecedores elétricos atender à crescente demanda? Dispunha de fábricas e engenheiros preparados em número suficiente? Ousaria suspender a produção de material já comprovado, mas talvez obsoleto, para esperar que os tipos mais novos fossem testados e então construídos? Por fim — e um aspecto de importância crítica — qual a relação entre esses desesperados esforços de rearmamento e o estado da economia nacional, seu acesso a recursos externos, bem como internos, sua capacidade de custear essas inovações? Não eram, decerto, dilemas novos — mas pressionavam os responsáveis pelas decisões na década de 1930 com muito mais intensidade do que nunca.

Nesse contexto econômico-tecnológico (bem como no contexto diplomático) é que os diferentes padrões de rearmamento pelas grandes potências, na década de 1930, podem ser compreendidos. Há muitas disparidades na compilação dos totais anuais reais das despesas com a defesa pelas nações individualmente, nessa década, mas o Quadro 27 pode servir como um bom guia para o que estava acontecendo.

À luz dessas comparações, o problema italiano torna-se mais claro. A Itália não foi uma grande investidora em armamentos em termos absolutos na primeira metade da década de 1930, embora mesmo então lhe tenha sido necessário dedicar às suas forças armadas uma proporção maior de sua renda nacional do que provavelmente todos os outros estados, com exceção da U.R.S.S. A prolongada campanha da Abissínia, porém, simultaneamente com a intervenção na Espanha, levou a maior aumento com esses gastos entre 1935 e 1937. Assim, parte do dispêndio italiano com a defesa, naqueles anos, foi dedicado a operações que estavam em processo, e não ao fortalecimento mili-

materiais da Itália, tais elementos simplesmente contribuíam para a sua fraqueza relativa. Apesar da superficial doutrinação fascista, nada na sociedade e na cultura política italiana se tinha modificado entre 1900 e 1930 para fazer do exército uma carreira mais atraente aos homens talentosos e ambiciosos. Pelo contrário, a ineficiência coletiva, a falta de iniciativa e preocupação com as carreiras pessoais eram espantosas — e surpreendiam os adidos militares alemães e outros observadores. O exército não era o instrumento dócil de Mussolini; podia impedir, e com frequência o fez, seus desejos, apresentando numerosas razões pelas quais não podiam ser atendidos. Seu destino foi o de ser lançado, muitas vezes sem consulta prévia, em conflitos onde alguma coisa tinha de ser feita. Dominado por seus oficiais superiores cautelosos e mal preparados, e sem a espinha dorsal de suboficiais experientes, a sorte do exército no caso de uma guerra de grandes potências era desesperadora; e a marinha (com exceção dos ativos mini-submarinos) não estava muito melhor. Se os oficiais e as tripulações da Regia Aeronautica eram melhor educados e treinados, isso de pouco lhes valia, pois usavam aviões obsoletos, cujos motores não resistiam às areias do deserto, cujas bombas eram ineficientes e cujo poder de fogo era patético. Talvez não seja preciso dizer que não havia um estado-maior conjunto para coordenar os planos entre as forças armadas ou discutir (para não falarmos de estabelecer) as prioridades de defesa.

Finalmente, havia o próprio Mussolini, um peso-morto estratégico de primeira grandeza. Ele não era, já se disse, o chefe todo-poderoso ao estilo de Hitler, como procurava aparentar. O rei Vitor Emanuel III lutou para preservar suas prerrogativas, e conseguiu conservar a fidelidade de grande parte da burocracia e do corpo de oficiais. O papado também era um centro de autoridade independente e rival para muitos italianos. Nem os grandes industriais, nem os recalcitrantes camponeses, tinham entusiasmo pelo regime na década de 1930, e o próprio Partido Nacional Fascista ou pelo menos seus chefes regionais, pareciam mais preocupados com a distribuição de cargos do que com a busca de glória nacional.⁵² Mesmo, porém, que o domínio de Mussolini fosse absoluto, a posição da Itália não seria melhor, dada a inclinação de Il Duce pela auto-ilusão, seu uso da linguagem bombástica e as bravatas, a mentira congênita e a incapacidade de agir e de pensar com eficiência, e a incompetência governamental.⁵³

Em 1939 e 1940 os Aliados ocidentais examinaram com frequência os prós e contras da entrada da Itália na guerra ao lado da Alemanha, em lugar de permanecer neutra. No todo, os chefes de estado-maior britânicos preferiam que a Itália ficasse fora da guerra, de modo a preservar a paz no Mediterrâneo e Oriente Próximo, mas havia fortes argumentos contra, que retrospectivamente parecem ter sido corretos.⁵⁴ Raramente na história dos conflitos humanos se tem dito que a entrada de mais um país num bloco de países em guerra seria mais prejudicial do que útil a esse bloco, mas a Itália de Mussolini parece ter sido um desses casos excepcionais.

O desafio do Japão ao *status quo* também foi muito individual, mas teve de ser levado muito mais a sério pelas potências consolidadas. No mundo das décadas de 1920 e 1930, pesadamente coloridas por preconceitos racistas e

culturais, muitos no Ocidente tendiam a rejeitar os japoneses como "homenzinhos amarelos". Só durante os devastadores ataques a Pearl Harbor, Malásia e Filipinas foi esse grosseiro estereótipo de um povo míope, atrofiado, avesso à mecânica, desmentido.⁵⁵ A marinha japonesa estava bem treinada para o combate, tanto diurno como noturno; seus adidos navais enviaram uma torrente constante de informações aos planejadores e desenhistas de navios em Tóquio. Tanto o exército como a força aérea naval estavam bem treinados, com grande reserva de pilotos competentes e tripulantes dedicados.⁵⁶ Quanto ao exército propriamente dito, seu corpo de oficiais dispostos e excessivamente patriotas estava à frente de uma força imbuída do espírito do *bushido*: eram soldados formidáveis tanto na guerra ofensiva como na defensiva. O zelo fanático que levou ao assassinato de ministros (supostamente) fracos, podia ser facilmente transformado em eficiência no campo de luta. Enquanto outros exércitos apenas falavam de lutar até o último homem, os soldados japoneses tomavam essa frase literalmente e assim faziam.

Mas o que distinguia os japoneses dos, digamos, guerreiros zulus era que nesse período os primeiros tinham superioridade militar e técnica, além da bravura. O processo de industrialização pré-1914 tinha sido muito estimulado pela Primeira Guerra Mundial, em parte devido aos contratos aliados de munições e a acentuada procura de transporte marítimo japonês, e em parte porque os exportadores japoneses podiam penetrar em mercados asiáticos que o Ocidente não tinha mais condições de abastecer.⁵⁷ As importações e exportações triplicaram durante a guerra; a produção de aço e cimento mais do que duplicou, e houve grandes progressos nas indústrias química e elétrica. Como aconteceu com os Estados Unidos, as dívidas externas do Japão foram liquidadas durante a guerra, e ele passou a ser credor. Tornou-se também um grande construtor de navios, lançando 650 mil toneladas em 1919, em comparação com apenas 85 mil toneladas em 1914. Como o *World Economic Survey* da Liga das Nações mostrava, a guerra tinha estimulado sua produção de manufaturados ainda mais do que os Estados Unidos, e a continuação desse crescimento no período 1919-1938 significou que o Japão perdeu apenas para a União Soviética em índice geral de expansão (Quadro 28).

Em 1938 o Japão não só se tinha tornado muito mais forte do que a Itália, economicamente, como também tinha alcançado a França em todos os índices de produção de manufaturados e industrial (ver Quadros 14-18, *supra*). Se seus líderes militares não tivessem ido à guerra com a China em 1937 e, mais desastrosamente, no Pacífico em 1941, somos tentados a concluir que ele teria alcançado também a produção britânica bem antes da data em que realmente o fez, em meados da década de 1960.

Isso não significava que o Japão tivesse superado sem dificuldades todos os seus problemas econômicos, mas apenas que se estava tomando acidentalmente mais forte. Devido ao seu primitivo sistema bancário, não lhe foi fácil adaptar-se à posição de nação credora durante a Primeira Guerra Mundial, e a maneira pela qual administrou a oferta de dinheiro provocou grande inflação para não falarmos dos "motins do arroz" de 1919.⁵⁹ Quando a Europa retomou sua produção de paz de têxteis, navios mercantes e outros artigos, o Japão sentiu a pressão da volta da concorrência; o custo de seus manufaturados, àquela altura, ainda era geralmente maior do que no Ocidente. Além disso,

Quadro 28. Índices anuais de produção manufatureira, 1913-1938⁵⁸
(1913 = 100)

	Mundo	E.U.A.	Alemanha	Reino Unido	França	U.R.S.S.	Índia	Japão
1913	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1920	93,2	122,2	59,0	92,6	70,4	12,8	95,2	176,0
1921	81,1	98,0	74,7	55,1	61,4	23,3	98,4	167,1
1922	99,5	125,8	81,8	73,5	87,8	28,9	108,1	197,9
1923	104,5	141,4	55,4	79,1	95,2	35,4	119,3	206,4
1924	111,0	133,2	81,8	87,8	117,9	47,5	140,7	223,3
1925	120,7	148,0	94,9	86,3	114,3	70,2	156,8	221,8
1926	126,5	156,1	90,9	78,8	129,8	100,3	162,8	264,9
1927	134,5	154,5	122,1	96,0	115,6	114,5	161,2	270,0
1928	41,8	162,8	118,3	95,1	134,4	143,5	175,2	300,2
1929	153,3	180,8	117,3	100,3	142,7	181,4	181,0	324,0
1930	137,5	148,0	101,6	91,3	139,9	235,5	164,0	294,9
1931	122,5	121,6	85,1	82,4	122,6	293,9	145,1	288,1
1932	108,4	93,7	70,2	82,5	105,4	326,1	123,3	309,1
1933	121,7	111,8	79,4	83,3	119,8	363,2	133,2	360,7
1934	136,4	121,6	101,8	100,2	111,4	437,0	134,7	413,5
1935	154,5	140,3	116,7	107,9	109,1	533,7	162,2	457,8
1936	178,1	171,0	127,5	119,1	116,3	693,3	169,2	483,9
1937	195,8	185,8	138,1	127,8	123,8	772,2	194,5	551,0
1938	182,7	143,0	149,3	117,6	114,6	857,3	195,2	552,0

uma grande proporção da população japonesa continuava na agricultura de pequenas propriedades, e esses grupos sofreram não só com o aumento das importações de arroz de Taiwan e Coreia, mas também do colapso da vital exportação da seda quando a procura americana desapareceu, depois de 1930. Tentar aliviar essas misérias pela expansão imperial era sempre uma tentativa para os políticos japoneses, preocupados ou ambiciosos — a conquista da Manchúria, por exemplo, significava vantagens econômicas, bem como militares. Por outro lado, quando a indústria e o comércio japoneses se recuperaram na década de 1930, em parte pelo rearmamento e em parte pela exploração dos mercados cativos do leste asiático, também aumentou a sua dependência das matérias-primas importadas (sob esse aspecto, pelo menos, ele se parecia com a Itália). Com a expansão da indústria japonesa do aço eram-lhe necessárias maiores quantidades de ferro-gusa e minérios da China e Malásia. Os fornecimentos internos de carvão e cobre também eram inadequados às necessidades da indústria; mas até mesmo isso, porém, era menos crítico do que a dependência quase total de combustíveis de petróleo de todos os tipos. A busca de “segurança econômica” pelo Japão⁶⁰ — o que era um bem evidente por si mesmo, aos olhos de seus fervorosos nacionalistas e dos governantes militares — o levava cada mais para a frente, mas com resultados mistos.

Apesar de suas dificuldades econômicas — e, de certa forma, devido a elas — o Ministério das Finanças, com Takahashi, estava disposto a tomar empréstimos temerariamente em princípios da década de 1930, a fim de destinar mais recursos às forças armadas, cuja parcela do dispêndio governa-

mental passou de 31% em 1931-1932 para 47% em 1936-1937.⁶¹ Quando o ministro finalmente alarmou-se com as consequências econômicas e procurou restringir novos aumentos, foi imediatamente assassinado pelos militaristas, e os gastos com armamentos aumentaram ainda mais. No ano seguinte, as forças armadas ficavam com 70% do dispêndio governamental e o Japão gastava, portanto, em termos absolutos, mais do que qualquer uma das democracias, muito mais ricas. Assim, as forças armadas japonesas estavam em posição muito melhor que as italianas em fins da década de 1930, e possivelmente também melhor do que as francesas e britânicas. A Marinha Imperial Japonesa, legalmente limitada pelo Tratado de Washington a pouco mais da metade do tamanho da marinha britânica ou da marinha americana, era na realidade muito mais poderosa do que isso. Enquanto as duas principais potências navais economizavam na década de 1920 e princípios da década de 1930, o Japão aumentava sua marinha até os limites do tratado — e, na verdade, secretamente ia além deles. Seus cruzadores pesados, por exemplo, deslocavam até 14 mil toneladas e não as 8 mil toneladas fixadas pelo tratado. Todos os principais navios de guerra japoneses eram rápidos e muito bem armados; seus velhos couraçados tinham sido modernizados e em fins da década de 1930 ele estava lançando ao mar os gigantes navios da classe dos *Yamato*, os maiores do mundo. O elemento mais importante de tudo isso, embora os almirantes dos couraçados não o percebessem, era a poderosa e eficiente força aérea naval japonesa, com 3 mil aviões e 3.500 pilotos, baseados nos dez porta-aviões da frota, mas que incluía também bombardeiros e esquadrões com torpedos, mortalmente eficientes, baseados em terra. Os torpedos japoneses eram os de maior poder e melhor qualidade. Finalmente, o país também tinha a terceira marinha mercante do mundo, embora (curiosamente) a armada praticamente não tomasse conhecimento da guerra anti-submarina.⁶²

Devido ao recrutamento obrigatório, o exército japonês tinha fácil acesso às reservas humanas e podia integrar os recrutas em suas tradições de obediência absoluta e máximo esforço conjunto. Embora mantivesse as proporções do exército dentro de certos limites, nos primeiros anos, seu programa de expansão viu as 24 divisões e 54 esquadrões aéreos de 1937 crescerem para 51 divisões de serviço ativo e 133 esquadrões aéreos, em 1941. Além disso, havia 10 divisões de reserva (para treinamento) e grande número de brigadas e tropas de guarnição independentes, provavelmente equivalentes a outras 30 divisões. Às vésperas da guerra, portanto, o Japão tinha um exército de mais de 1 milhão de homens, apoiado por cerca de 2 milhões de reservistas treinados. Não era forte em tanques, para os quais nem o terreno, nem as pontes de madeira de grande parte do leste asiático eram adequados, mas tinha uma boa artilharia móvel e estava bem preparado para operações na selva, travessia de rios e desembarques anfíbios. Os 2 mil aviões de primeira linha (como os da marinha) incluíam o formidável caça Zero, mais rápido e fácil de manobrar do que qualquer coisa semelhante que se produzia na Europa, na época.⁶³

A eficiência militar do Japão era, portanto, muito alta, mas ele não estava isento de debilidades. O processo pelo qual as decisões governamentais eram tomadas na década de 1930 era errático e, por vezes, incoerente, devido aos choques entre as várias facções, pelas disputas entre militares e civis, e pelos

assassinatos. Além disso, havia falta de colaboração adequada entre o exército e a marinha — situação que nada tinha de singular, mas que no caso do Japão tornava-se mais perigoso, já que cada uma das forças armadas tinha em mente um inimigo e uma área de operações muito diferentes. Enquanto a marinha previa uma guerra com a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos, os olhos do exército estavam fixados exclusivamente no continente asiático e na ameaça que para os seus interesses ali representava a União Soviética. Como o exército era muito mais influente na política japonesa e também dominava o quartel-general imperial, suas opiniões geralmente prevaleciam. Não havia oposição efetiva, seja da marinha ou do ministério do Exterior, embora ambos relutassem, quando em 1937 o exército insistiu em nova ação contra a China, depois do forjado incidente da ponte Marco Polo. Apesar da invasão em grande escala do norte da China, partindo da Manchúria, e de desembarques ao longo da costa chinesa, o exército japonês não conseguiu uma vitória decisiva. Embora perdendo grande número de soldados, Chiang Kai-shek sustentou a luta e recuou mais para o interior, perseguido pela colunas avançadas e pela aviação japonesas. O problema do quartel-general imperial não eram tanto as perdas impostas pela campanha — o exército provavelmente só sofreu 70 mil baixas — mas o enorme custo dessa guerra inconclusiva e numa ampla frente. Em fins de 1937 havia 700 mil soldados japoneses na China, número que aumentava constantemente (embora o número de Willmott, de 1,5 milhão em 1938, pareça excessivo)⁶⁴ sem conseguir forçar os chineses à rendição. O “incidente chinês”, como Tóquio dizia, custava agora 5 milhões de dólares por dia e provocava um aumento ainda maior nos gastos com a defesa. O racionamento foi adotado em 1938, bem como toda uma série de medidas que praticamente colocaram o Japão numa mobilização de “guerra total”. A dívida nacional aumentou em ritmo alarmante enquanto o governo tomava cada vez mais empréstimos para custear as enormes despesas com a defesa.⁶⁵

O que tornava ainda mais difícil a manutenção dessa estratégia eram as decrescentes reservas japonesas de divisas estrangeiras e matérias-primas, e sua crescente dependência de importações dos americanos, ingleses e holandeses, que não aprovavam a sua política. Depois que suas forças aéreas consumiram grande volume de combustível na campanha da China, “as fábricas receberam ordens de reduzir gastos de combustível em 37%, os navios em 15% e os automóveis em 65%”.⁶⁶ Essa situação era ainda mais insuportável para os japoneses por acreditarem que as forças de Chiang Kai-shek só conseguiam manter a resistência graças ao fluxo de abastecimentos ocidentais, via Estrada da Birmânia, Indochina francesa ou outras rotas. Lógica e inexoravelmente, cresceu a convicção de que o Japão teria de atacar ao sul, para isolar a China e conseguir um controle firme do petróleo e outras matérias-primas do sudeste da Ásia, das Índias Orientais holandesas e de Bornéu. Era essa, evidentemente, a direção que a marinha japonesa sempre preferira; e até mesmo o exército, apesar de sua preocupação anterior com a União Soviética e de suas amplas operações na China, foi forçado a reconhecer, lentamente, que a ação meridional era necessária para assegurar a segurança econômica do país.

Isso levou ao mais grave de todos os problemas. Levando em conta a

força armada que tinham acumulado em fins da década de 1930, os japoneses podiam varrer facilmente os franceses da Indochina, os holandeses das Índias Orientais. Mesmo os ingleses teriam dificuldade em resistir aos japoneses, como os planejadores estratégicos em Whitehall admitiam secretamente na década de 1930. E quando a guerra foi deflagrada na Europa, o empenho total dos recursos britânicos no Extremo Oriente era impossível. Mas ir à guerra contra a Rússia ou os Estados Unidos era, para o Japão, uma coisa completamente diferente. Nos prolongados e sangrentos choques de fronteira com o Exército Vermelho em torno de Nomonhan, entre maio e agosto de 1939, por exemplo, o quartel-general imperial alarrou-se com a evidente superioridade da artilharia e da aviação soviéticas, e com o poder de fogo dos tanques russos, muito maiores.⁶⁷ Com o exército de Kwantung (Manchúria) dispondo apenas de metade das divisões colocadas pelos russos na Mongólia e Sibéria, e com forças cada vez mais consideráveis ocupadas na China, até mesmo os mais extremados oficiais do exército reconheceram que a guerra contra a U.R.S.S. tinha de ser evitada — pelo menos até que as circunstâncias internacionais fossem mais favoráveis.

Mas se uma campanha ao norte revelaria as limitações do Japão, não ocorreria o mesmo com uma guerra ao sul, se encerrasse o risco de envolver os Estados Unidos? E permaneceria impassível o governo Roosevelt, que desaprovava tão fortemente as ações japonesas na China, enquanto Tóquio dominasse as Índias Orientais holandesas e a Malásia, escapando com isso à pressão econômica americana? O “embargo moral” sobre a exportação de material aeronáutico, em julho de 1938, a revogação do tratado de comércio americano-japonês no ano seguinte, e o que é mais importante, a proibição britânico-holandesa-americana de exportações de petróleo e minério de ferro, depois da ocupação japonesa da Indochina em julho de 1941, deixou claro que a “segurança econômica” só podia ser conseguida ao preço da guerra com os Estados Unidos. Estes, porém, tinham quase duas vezes a população do Japão, e *dezessete* vezes a sua renda nacional, produziam cinco vezes mais aço e sete vezes mais carvão, e fabricavam 80 vezes mais veículos motorizados por ano. Seu potencial industrial, mesmo num ano ruim como 1938, era sete vezes maior que o do Japão;⁶⁸ e dentro de pouco tempo poderia ser nove ou dez vezes maior. Mesmo levando em conta o alto nível de fervor patriótico japonês e a lembrança de seus espantosos êxitos contra adversários muito maiores, em 1895 (China) e 1905 (Rússia), o que ele agora planejava raiava pelo incrível — e o absurdo. Na verdade, para um estrategista ponderado como o almirante Yamamoto um ataque a um país tão poderoso quanto os Estados Unidos parecia uma loucura, especialmente quando se tornou claro que a maior parte do exército japonês permaneceria na China; e não atacar os Estados Unidos depois de julho de 1941 seria deixar o Japão exposto às chantagens econômicas ocidentais, o que também era uma idéia intolerável. Incapazes de recuar, os líderes militares japoneses prepararam-se para o mergulho.⁶⁹

Na década de 1920, a Alemanha parecia, de longe, a mais fraca e conturbada das grandes potências descontentes com os acordos territoriais e econômicos de pós-guerra. Acorrentada às estipulações militares do Tratado de Versalhes, onerada pela necessidade de pagar indenizações, limitada

estrategicamente pela transferência das regiões de fronteira para a França e a Polónia, e agitada internamente pela inflação, tensões de classe e a correspondente volatilidade e confusão do eleitorado e dos partidos, a Alemanha não dispunha da liberdade de ação nos assuntos externos de que gozavam a Itália e o Japão. Embora sua situação tivesse melhorado muito em fins da década de 1920, em consequência da prosperidade geral e dos sucessos de Stresemann em amenizar a posição do país pela diplomacia, este ainda era uma grande potência "semilivre", politicamente agitada quando as crises financeira e comercial de 1929-1933 devastaram a sua economia precária e a sua democracia de Weimar, vista com geral aversão.⁷⁰

Se o advento de Hitler transformou a posição da Alemanha na Europa dentro de anos, é importante lembrar as observações feitas antes: que praticamente todo alemão era "reviscionista" em maior ou menor grau e que grande parte do programa inicial de política externa do nazismo representou uma *continuidade* com as ambições passadas dos nacionalistas e das forças armadas suprimidas; e que os acordos de 1919-1922 sobre as fronteiras na Europa centro-oriental eram considerados insatisfatórios por muitas outras nações e grupos étnicos, que pressionavam pelas modificações muito antes dos nazistas tomarem o poder, e estavam dispostos a colaborar com Berlim na campanha para isso; que a Alemanha, apesar de suas perdas de território, população e matérias-primas, conservava o potencial industrial de ser a maior potência europeia; e que o equilíbrio internacional necessário para conter o ressurgimento alemão era agora muito mais dispar e menos coordenado do que antes de 1914. Não há dúvidas de que Hitler obteve imediato êxito na melhoria da posição diplomática e militar da Alemanha; mas é claro também que muitas das circunstâncias favoreceram a sua impiedosa exploração das oportunidades.⁷¹

Os aspectos "especiais" de Hitler, no que se relaciona com os temas defendidos neste livro, estão em duas áreas. O primeiro foi a natureza peculiarmente intensa e maníaca da Alemanha nacional-socialista que ele pretendeu criar: uma sociedade racialmente "purificada" pela eliminação dos judeus, ciganos e quaisquer outros elementos supostamente não-teutônicos; um povo cuja mente e alma estavam dedicadas ao apoio inquestionado ao regime, que o colocava em lugar das antigas lealdades de classe, religião, região e família; uma economia mobilizada e controlada com o objetivo de expandir o *Deutschum* sempre e onde o líder decretasse que isso era necessário, e contra não importa quantas grandes potências; uma ideologia de força, luta e ódio, que se comprazia em esmagar os inimigos e desprezava a idéia de concessões.⁷² Dadas as proporções e complexidade da sociedade alemã do século XX, não será necessário observar que tal visão era irreal: havia "limites ao poder de Hitler"⁷³ através do país; houve indivíduos, e grupos de interesse, que o apoiaram em 1932-1933, e até mesmo em 1938-1939, mas com um entusiasmo cada vez menor. E sem dúvida, para todos os que se opunham abertamente ao regime havia muitos outros que desenvolveram uma resistência mentalmente internalizada. Apesar dessas exceções, também não havia dúvidas de que o regime nacional socialista era imensamente popular e — o que era mais importante — absolutamente inquestionado quanto à utilização dos recursos nacionais. Com uma cultura política favorável à guerra e à

conquista, e uma economia política deformada a tal ponto que em 1938 nada menos de 52% das despesas governamentais, e mais 17% do PNB eram destinados aos armamentos, a Alemanha entrara para uma liga diferente da liga de que participavam quaisquer outros estados europeus. Realmente, no ano de Munique, a Alemanha estava gastando mais com armas do que a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos juntos. Na medida em que a máquina estatal podia concentrá-las, as energias nacionais alemãs estavam sendo mobilizadas para a renovação da luta.⁷⁴

A segunda característica importante do rearmamento alemão foi o estado terrivelmente precário da economia nacional, quando de seu aquecimento durante essa expansão. Como disse acima, tanto a economia italiana como a japonesa tiveram problemas semelhantes em fins da década de 1930 — e o mesmo aconteceu à França e à Grã-Bretanha, quando buscaram reagir ao ritmo fantástico dos aumentos de armas. Mas em nenhum desses países foi o fortalecimento das forças armadas tão súbito quanto na Alemanha. Em janeiro de 1933 seu exército não deveria ter, legalmente, mais de 100 mil homens, embora muito antes da ascensão de Hitler os militares tivessem planos secretos para expandi-lo de 7 para 21 divisões — tal como se tinham preparado privadamente para o restabelecimento de uma força aérea, de formações de tanques e outros elementos proibidos pelo Tratado de Versalhes. A instrução geral de Hitler, de fevereiro de 1933, a von Fritsch, para "criar um exército da maior força possível"⁷⁵ foi simplesmente considerada pelos planejadores como a autorização para colocar o plano em efeito, livres finalmente das restrições financeiras e quanto aos efetivos. Em 1935, porém, foi anunciado o recrutamento e o teto do exército elevado para 36 divisões. A aquisição das unidades austríacas em 1938, a incorporação da polícia militar da Renânia, a criação de divisões blindadas, e a reorganização da Landwehr elevaram ainda mais esse número. No período de crise de fins de 1938, o exército tinha 42 divisões na ativa, 8 na reserva e 21 na Landwehr; no verão seguinte, quando a guerra começou, a ordem de operações de batalha do exército ativo alemão relacionava 103 divisões — um aumento de 32, no prazo de um ano.⁷⁶ A expansão da Luftwaffe foi ainda maior e mais rápida. A produção alemã de aviões, de apenas 36 unidades em 1932, elevou-se para 1.938 em 1934, e 5.112 em 1936, e os 26 esquadrões da força aérea (julho de 1933) elevaram-se para 302, com mais de 4 mil aviões prontos para a ação, no início da guerra.⁷⁷ Se a marinha tinha proporções menos impressionantes, isso devia-se em grande parte ao fato de que (como Tirpitz descobriu logo) a criação de uma poderosa esquadra de combate exigia pelo menos uma ou duas décadas. Não obstante, em 1939 o almirante Raeder comandava vários navios de guerra rápidos e modernos, a marinha tinha cinco vezes o número de homens de que dispunha em 1932, e estava gastando 12 vezes mais do que antes da subida de Hitler ao poder.⁷⁸ No mar, bem como em terra e no ar, o programa de rearmamento alemão visava a modificar o equilíbrio de forças o mais depressa possível.

Embora tudo isso parecesse impressionante, visto de fora, por dentro a estrutura parecia pouco firme. Os golpes que a economia alemã sofreu com as disposições territoriais do Tratado de Versalhes, a grande inflação de 1923, o pagamento de indenizações e a dificuldade de recuperar os mercados externos de antes de 1914 significou que só em 1927-1928 a produção da

Alemanha igualava os níveis anteriores à Primeira Guerra Mundial. Essa recuperação, porém, foi logo prejudicada pela grande crise econômica dos anos seguintes, que atingiu a Alemanha mais severamente do que a maioria dos outros países; em 1932 a produção industrial era de apenas 58% de 1928, as exportações e importações estavam reduzidas a menos da metade, o produto nacional bruto tinha caído de 89 bilhões para 57 bilhões de reichsmarks, e o desemprego crescera de 1,4 para 5,6 milhões de pessoas.⁷⁹ Grande parte da popularidade inicial de Hitler nasceu do fato de que os amplos programas de construção de estradas, eletrificação e investimento industrial reduziram em muito os totais do desemprego, antes mesmo que o recrutamento contribuísse para isso.⁸⁰ Em 1936, porém, a recuperação econômica estava sendo cada vez mais afetada pelos gastos fantásticos em armamentos. A curto prazo, esse dispêndio representava mais um impulso governamental quase-keynesiano ao investimento de capital e crescimento industrial. A médio prazo, para não falarmos do longo prazo, as consequências econômicas foram apavorantes. Provavelmente, só a economia dos Estados Unidos podia, sem maior dificuldade, ter suportado o peso desse nível de despesa com armas: a economia alemã, certamente não.

O primeiro problema sério, pouco percebido pelos observadores estrangeiros na época, foi a estrutura bastante caótica do processo de decisão nacional-socialista, o que Hitler parece ter estimulado a fim de conservar a autoridade final. Apesar dos pronunciamentos do Plano Quadrienal, não havia um programa nacional coerente para relacionar a produção de armas com a capacidade econômica do país, e determinar as prioridades entre as forças armadas. Goering, nominalmente encarregado do plano, era um administrador inepto. Cada setor das forças armadas realizava a sua expansão a toque de caixa, fixando novas (e com frequência absurdas) metas, e em seguida competindo pelas necessárias verbas de investimento de capital e especialmente de matérias-primas. Na verdade, a situação teria sido ainda mais caótica se o governo não tivesse imposto controles severos ao trabalho, obrigado a indústria privada a reinvestir seus lucros nas indústrias aprovadas pelo estado e, através de uma alta tributação, empréstimo deficitário, controle dos salários e do consumo pessoal, também forçasse a transferência de um volume crescente do produto nacional em investimento de capital na indústria de armas. Mas mesmo quando os gastos governamentais aumentaram a 33% do PNB em 1938 (e muito investimento “privado” era então feito realmente a pedido do estado), não houve recursos suficientes para atender às exigências redundantes e por vezes megalomaniacas das forças armadas. O Plano Z de construção de uma frota para a marinha alemã teria exigido 6 milhões de toneladas de óleo combustível (o equivalente a todo o consumo do país em 1938); o plano da Luftwaffe de ter 19 mil (!) aviões em ação e em reserva em 1942 exigiria “85% da produção mundial de petróleo existente”.⁸¹ Enquanto isso, cada um dos ramos das forças armadas lutava por uma parcela maior da mão-de-obra especializada, do aço, dos rolamentos, do petróleo e outros materiais estratégicos vitais.

Finalmente, essa frenética acumulação de armas entrou em choque com a dependência alemã de matérias-primas importadas. Rico apenas em carvão, o Reich precisava de enormes quantidades de minério de ferro, cobre, bauxita, níquel, petróleo, borracha e muitos outros itens dos quais a indústria moderna

depende — e os sistemas de armas modernas.⁸² Em contraste, os Estados Unidos, o Império Britânico e a União Soviética eram bem dotados sob todos esses aspectos. Antes de 1914, a Alemanha pagava tais importações com sua florescente exportação de manufaturados: na década de 1930 isso já não era possível, pois a sua indústria estava sendo redirecionada para a produção de tanques, canhões e aviões para consumo da Wehrmacht. Além disso, os custos da Primeira Guerra Mundial e das indenizações que a ela se seguiram, juntamente com o colapso dos tradicionais ramos de exportação, tinham esgotado praticamente todas as divisas estrangeiras da Alemanha. Em 1938 ela tinha apenas 1% das reservas mundiais de ouro e finanças, em comparação com os 54% dos Estados Unidos, e os 11% cada uma da França e Inglaterra.⁸³ Daí o rigoroso regime de controle da moeda estrangeira, acordos de troca e outras “transações” especiais instituídas pelas agências do Reich a fim de pagar as importações vitais sem transferência de ouro ou moeda. Daí, também, os propalados esforços para fugir a essa dependência pela produção de sintéticos (petróleo, fertilizantes etc.) realizados pelo Plano Quadrienal. Cada um desses recursos ajudou; mas nenhum deles, e nem mesmo todos eles juntos, poderiam equilibrar as exigências feitas pela acumulação de armas. Isso explica as repetidas crises dentro da indústria alemã de armamentos, quando os estoques de matérias-primas se esgotavam e acabavam os recursos para custear novos fornecimentos. Em 1937 Raeder advertiu que toda a construção naval teria de ser suspensa se não fossem conseguidos mais fornecimentos de material. E em janeiro de 1939 o próprio Hitler ordenou reduções maciças nas quantidades de aço, cobre, borracha e outros materiais destinados à Wehrmacht, enquanto a economia travava uma “batalha das exportações” para conseguir divisas estrangeiras.⁸⁴

A situação acima descrita teve três consequências para o poder e as políticas da Alemanha. A primeira foi que o país não estava militarmente tão forte, em 1938-1939, quanto Hitler gostava de afirmar e as democracias ocidentais temiam. O exército da ativa, que dizia dispor de 2,75 milhões de homens no início da guerra, tinha pequeno número de divisões móveis, bem armadas, e uma lista muito longa de divisões de reserva mal equipadas; oficiais e suboficiais experientes eram quase que totalmente absorvidos pela necessidade de treinar essa massa de soldados novos. Os estoques de munições eram pequenos. Até mesmo as famosas unidades panzer tinham menos tanques do que os totais anglo-franceses ao início das hostilidades. A marinha, que planejava uma guerra em meados de 1940, descrevia-se como “armada de maneira totalmente inadequada para o grande conflito com a Grã-Bretanha”⁸⁵ — um resumo justo da situação relativa a navios de guerra de superfície, mesmo que os submarinos fossem ajudar a restabelecer o equilíbrio. Quanto à Luftwaffe, era forte principalmente porque seus inimigos eram cronicamente fracos — mas sofreu da falta de reservas e serviços de apoio. Nas crises internacionais de fins de 1930 ela nunca foi tão poderosa quanto seus adversários imaginavam — e tanto a sua indústria de aviões como suas tripulações tiveram muitas dificuldades em se adaptarem à “segunda geração” de aviões. Por exemplo, o número de tripulações de aviões “totalmente operacionais” era menor do que as definidas como “de linha de frente” durante a crise de Munique — e a simples idéia de bombardear Londres até a aniquilação era absurda.⁸⁶

Ainda assim, talvez fosse imprudência concordar plenamente com a recente literatura revisionista sobre a falta de preparo da Alemanha para a guerra, em 1939. Afinal de contas, a eficiência militar era relativa. A insatisfação das forças armadas era geral, ou quase; e as debilidades alemãs tinham de ser medidas em comparação com as fragilidades de seus inimigos. Feito tudo isso, o quadro parece muito mais favorável a Berlim, especialmente devido à eficiência de suas forças armadas em *doutrina operacional*: o exército estava preparado para concentrar as forças de tanques e, em seguida, dar-lhes a iniciativa no campo de batalha, mantendo contato pelo rádio; a força aérea, apesar das tendências para missões “estratégicas”, era treinada para prestar assistência aos avanços; os submarinos, embora não muito numerosos, constituíam uma força flexível no que se relaciona com a tática. Tudo isso era uma compensação importante para, digamos, os reduzidos estoques de borracha.⁸⁷

Isso nos leva à segunda consequência. Como as forças armadas alemãs se tinham rearmado tão rapidamente que isso representou uma tensão séria para a economia, havia uma grande tentação para Hitler de recorrer à guerra para aliviar essas dificuldades econômicas. Como ele sabia muito bem, a anexação da Áustria representou não apenas mais cinco divisões de tropas, algum minério de ferro e campos petrolíferos e uma considerável indústria metalúrgica, mas também 200 milhões de dólares em ouro e reservas de divisas estrangeiras.⁸⁸ Os Sudetos foram economicamente menos úteis (embora tivessem jazidas de carvão), e em princípios de 1939 a posição do Reich em moedas estrangeiras era crítica. Não é de surpreender, portanto, que Hitler olhasse com cobiça o resto da Tchecoslováquia e corresse a Praga, em março de 1939, para examinar o butim, uma vez feita a ocupação. Além das reservas de ouro e moeda do banco nacional tcheco, os alemães apoderaram-se também de grandes estoques de minérios e metais, que foram logo usados para ajudar a indústria alemã; ao mesmo tempo, a grande e lucrativa indústria tcheca de armas podia agora ser explorada para obter divisas para a Alemanha, vendendo (ou trocando) seus produtos aos clientes balcânicos. Os aviões, tanques e armas do substancial exército tcheco também foram confiscados, em parte para equipar novas divisões alemãs, e em parte para serem vendidos em troca de divisas. Tudo isso, junto com a produção industrial da Tchecoslováquia, foi um grande estímulo para o poderio alemão na Europa, e permitiu a continuação do febril (embora um tanto imediatista) programa de rearmamento de Hitler — até a crise seguinte. Como observou Tim Mason, “a única ‘solução’ aberta a esse regime da tensão industrial e crises provocadas pela ditadura e rearmamento era mais ditadura e crises provocadas pela de saque de mão-de-obra e materiais enquadrava-se perfeitamente na lógica temível do desenvolvimento econômico alemão sob o nacional-socialismo.”⁸⁹

A terceira consequência — e problema — era esta: até quando poderia a Alemanha manter essa política de conquista e saque sem exceder-se nela? Uma vez iniciado o rearmamento alemão, e equipadas as duas forças com armas modernas, a política de dominar vizinhos fracos e conquistar novos territórios, matérias-primas e moedas parecia constituir um fim em si mesma: em abril/maio de 1939, era evidente que a Polônia seria o alvo seguinte. Mesmo, porém, que fosse possível a rápida conquista desse país, seria a

Alemanha capaz de enfrentar a França e a Grã-Bretanha — isto é, travar uma guerra que seria muito mais desafiadora de uma economia da Grande Alemanha, ainda acentuadamente dependente de matérias-primas importadas? Os indícios são de que embora estivesse disposto a correr o risco de lutar contra as democracias ocidentais em 1939, Hitler tinha a esperança de que elas mais uma vez recuassem e lhe permitissem mais uma guerra limitada de saque contra a Polônia sozinha. E isso, por sua vez, ajudaria a economia alemã a preparar-se para a sua primeira guerra de grandes potências, lá para meados da década de 1940.⁹⁰ Tendo em vista o enfraquecido poder econômico e estratégico da França e Inglaterra, e as hesitações de sua liderança política em 1939, mesmo uma luta prematura contra elas poderia ter parecido um risco que valia a pena — apesar da probabilidade de que, se as operações militares caíssem no mesmo impasse das linhas da guerra de 1914-1918, a vitória inicial da Alemanha em armas modernas desapareceria aos poucos. A vitória para o Führer e seu regime seria, porém, muito mais problemática se os Estados Unidos auxiliassem os Aliados, ou se as operações se estendessem à Rússia, que pelo seu tamanho exigiria uma luta prolongada, em frentes amplas, que dependia do vigor econômico.

Por outro lado, como o regime nazista vivia da conquista, e Hitler foi levado de uma aquisição a outra, como e onde poderia fazer alto? A lógica de sua megalomania sugere que nenhum outro estado deveria constituir-se num desafio para a Alemanha na Europa, e possivelmente no mundo. Só assim seriam seus inimigos esmagados, o “problema judaico” resolvido, e o Reich dos Mil Anos estabelecido em bases firmes.⁹¹ Apesar de todas as linhas de continuidade, o Führer era muito diferente de seus antepassados fredericianos e bismarckianos, em seus esquemas fantásticos de poder mundial e sua indiferença final por todos os obstáculos que se opunham a eles. Impelido tanto por essas ambições maníacas, a longo prazo, quanto pela necessidade de escapar das crises a curto prazo, Hitler, como os japoneses, estava obrigado a modificar a ordem internacional o mais depressa possível.

França e Grã-Bretanha

A posição da França e Grã-Bretanha frente a essa tempestade iminente era de grande e crescente dificuldade. Embora houvesse muitas diferenças importantes entre elas, ambas eram democracias capitalistas-liberais que tinham sido severamente castigadas pela guerra, que eram incapazes (apesar de seus esforços) de recuperar de maneira continuada a rósea economia política eduardiana de que se lembravam, que estavam sob uma considerável pressão, cada vez maior, dos seus movimentos trabalhistas, e que tinham uma opinião pública ansiosa de evitar outro conflito e esmagadoramente preocupada com as questões internas, “sociais”, e não com a política externa. Isso não quer dizer que a diplomacia de Londres e Paris fosse idêntica; devido às suas diferentes posições geográfico-estratégicas, e as diferentes pressões que se faziam sentir sobre seus respectivos governos, as duas democracias freqüentemente discordavam da maneira pela qual o “problema alemão” devia ser tratado.⁹² Mas embora brigassem quanto aos meios, estavam de acordo quanto ao fim: nos agitados anos pós-1919, França e Grã-Bretanha eram indiscutivelmente potências a favor do *status quo*.

No início da década de 1930 era a França que parecia mais forte e mais influente, pelo menos no cenário europeu, tão importante. Naqueles anos ela dispunha do segundo maior exército entre as grandes potências (depois da União Soviética) e também da segunda força aérea (também nesse caso os totais russos eram maiores). Na diplomacia, era muito influente, em especial em Genebra e na Europa oriental. Tinha sofrido severa turbulência econômica nos anos imediatamente posteriores a 1919, quando o franco teve de se reajustar aos fatos constrangedores de que já não podia esperar subsídios anglo-americanos e que as indenizações alemãs seriam muito inferiores ao esperado. Mas a estabilização da moeda por Poincaré, em 1926, encontrou a indústria francesa em meio a um notável surto de prosperidade: a produção de ferro-gusa aumentou de 3,4 milhões de toneladas em 1920 para 10,3 milhões em 1929, a produção do aço de 3 para 9,7 milhões, os automóveis de 40 mil unidades para 254 mil; produtos químicos, corantes e produtos elétricos se tinham livrado da dominação alemã de antes da guerra. A fixação de um câmbio favorável para o franco ajudou ao comércio francês, e as grandes reservas de ouro do Banco da França deram-lhe influência em toda a Europa central e oriental. Mesmo quando ocorreu o “Grande *Crash*”, a França pareceu a menos afetada — em parte devido às suas reservas de ouro e posição vantajosa de sua moeda, e em parte por ser a economia francesa muito menos dependente do mercado internacional do que, digamos, a britânica.⁹³

Depois de 1933, porém, a economia francesa começou a entrar num colapso continuado, sistemático, assustador. As inúteis tentativas de evitar uma desvalorização do franco, quando todos os outros principais países comerciantes tinham deixado o padrão ouro, significou que as exportações francesas se tornaram cada vez menos competitivas, e seu comércio exterior decaiu: “as importações baixaram 60% e as exportações, 70%”.⁹⁴ Depois de alguns anos de paralisia, a decisão de deflacionar intensivamente representou um golpe para o oscilante setor industrial francês, novamente atingido quando, em 1936, o governo da Frente Popular impôs uma semana de trabalho de 40 horas e um aumento nos salários. Essa medida, e a maciça desvalorização da moeda em outubro de 1936, aceleraram o já enorme êxodo do ouro da França, prejudicando muito o seu crédito internacional. No setor agrícola, que ainda empregava metade da nação francesa e cujas rendas ainda eram as menos eficientes na Europa ocidental, o excedente de produção mantinha os preços baixos e agravava a renda *per capita*, já baixa, tendência essa acelerada pelo retorno ao campo dos que perdiam seus empregos na indústria; a única vantagem (muito duvidosa) desse retorno à terra era que, como na Itália, disfarçava o verdadeiro nível do desemprego. A construção de casas caiu dramaticamente. As indústrias mais novas, como automóveis, estagnaram na França exatamente quando se recuperavam em outros países. Em 1938 o franco tinha apenas 36% do seu valor de 1928, a produção industrial francesa era de apenas 83% da produção de uma década anterior, a produção de aço era apenas 64%, a construção, 61%. Talvez o número mais terrível — tendo em vista as implicações para o *poderio* francês — foi o de sua renda nacional, que no ano de Munique era de 18% menos do que em 1929;⁹⁵ e isso frente a uma Alemanha fantasticamente mais perigosa, e num momento em que o rearmamento maciço era vital.

Seria fácil, portanto, explicar o colapso da eficiência militar francesa na década de 1930 apenas em termos econômicos. Ajudada pela prosperidade relativa de fins da década de 1920 e preocupada com o clandestino rearmamento alemão, a França tinha aumentado acentuadamente os seus gastos com a defesa (em especial, com o exército) nos anos fiscais de 1929-1930 e 1930-1931. Infelizmente, as falsas esperanças colocadas nas conversações de desarmamento de Genebra, seguidas dos efeitos da depressão, tiveram suas consequências. Em 1934, as despesas com a defesa ainda representavam os 4,3% da renda nacional que haviam representado em 1930-1931, mas a soma absoluta era superior a 4 milhões de francos, já que a economia se aprofundava rapidamente.⁹⁶ Embora o governo da Frente Popular de Léon Blum procurasse modificar esse declínio nas despesas com armamentos, só em 1937 as estimativas da defesa de 1930 foram ultrapassadas — e maior parte do aumento destinou-se à reparação das deficiências mais óbvias no exército, e a novas fortificações. Naqueles anos críticos, portanto, os alemães continuaram avançando, tanto econômica como militarmente:

A França ficara atrás da Grã-Bretanha e Alemanha na produção de automóveis; caíra para o quarto lugar na indústria de aviões: do primeiro para o quarto em menos de uma década; sua produção de aço tinha aumentado uns míseros 30% entre 1932 e 1937, em comparação com o aumento de 300% registrado pela indústria alemã; sua produção de carvão evidenciava significativo declínio no mesmo período de cinco anos, fato em grande parte explicado pela devolução dos campos carboníferos do Sarre em princípios de 1935 e o conseqüente aumento na produção alemã.⁹⁷

Com essa economia que se enfraquecia rapidamente, e com as contas da dívida e o dispênio com as pensões da guerra de 1914-1918 representando *metade* da despesa pública total, era impossível à França reequipar satisfatoriamente as suas três forças armadas, mesmo quando, como em 1937 e 1938, gastou mais de 30% de seu orçamento com a defesa. Ironicamente, a ingrata marinha francesa foi provavelmente a mais bem atendida, e tinha em 1939 uma frota moderna e bem equilibrada — o que de pouco adiantava na defesa de um golpe alemão desfechado por terra. De todas as armas, a mais prejudicada foi a força aérea, que tinha deficiência crônica de recursos e era atendida por uma indústria aeronáutica dispersa, de pequena escala, produzindo apenas 50 ou 70 aviões por mês entre 1933 e 1937, cerca de um décimo do total alemão. Em 1937, por exemplo, a Alemanha construiu 5.606 aviões, ao passo que a França produziu apenas 370 (ou 743, dependendo da fonte usada).⁹⁸ Só em 1938 o governo começou a destinar recursos para a indústria aeronáutica, produzindo com isso os inevitáveis congestionamentos que ocorrem com uma expansão súbita, para não falarmos da dificuldade de projetar — e fazer voar — provocadas pela adoção de aviões mais novos, de muito melhor desempenho. Os primeiros 80 dos promissores caças Dewoitine 520 só foram aceitos pela força aérea em janeiro-abril de 1940, por exemplo, e seus pilotos estavam começando a praticar o seu uso quando a Blitzkrieg foi lançada.⁹⁹

Por trás dessas dificuldades econômicas e de produção, como admitem a maioria dos historiadores, estavam problemas sociais e políticos profundos. Chocada com as perdas da Grande Guerra, deprimida por repetidos golpes e

decepções econômicas, dividida por preocupações de classe e ideológicas que se intensificavam com a inutilidade da luta dos políticos contra a desvalorização, deflação, semana de 40 horas de trabalho, impostos mais altos e rearmamento, a sociedade francesa testemunha um sério colapso no moral público e na coesão, com o alcançar dos anos 30. Longe de produzir uma *union sacré*, a ascensão do fascismo na Europa tinha causado — pelo menos à época da Guerra Civil Espanhola — uma maior divisão da opinião pública francesa, com a extrema direita preferindo (como cantavam pelas ruas) Hitler a Blum, e com muitos, entre a esquerda, avessos a um aumento nos gastos com armas e à proposta de revogação da semana de 40 horas. Esses choques ideológicos interagiam com a volatilidade dos partidos e a instabilidade crônica dos governos franceses entre as duas guerras (24 modificações entre 1930 e 1940), dando a impressão de uma sociedade que por vezes chegava à beira da guerra civil. Ser-lhe-ia no mínimo difícil enfrentar os atos ousados de Hitler e as manobras de diversão de Mussolini.¹⁰⁰

Com a mesma frequência de antes na política francesa, tudo isso afetou as relações entre civis e militares e a posição do exército na sociedade.¹⁰¹ Mas além da atmosfera geral de suspeita e desalento em que os líderes franceses tinham de atuar, havia toda uma série de debilidades específicas. Não havia nenhum órgão — como o Comitê de Defesa Imperial, ou a Subcomissão dos Chefes de Estado-Maior na Grã-Bretanha — para reunir os setores militar e não-militar do governo para um planejamento estratégico sistemático, ou mesmo para coordenar as opiniões das forças armadas. As principais figuras do exército, Gamelin, Georges, Weygand e (em segundo plano) Pétain, tinham seus 60 e 70 anos, um espírito voltado para a defesa, eram cautelosos, desinteressados das inovações táticas. Embora rejeitando totalmente a proposta de De Gaulle, de um exército menor, modernizado, apoiado em tanques, não examinaram nenhuma alternativa no uso das armas de guerra mais novas. A política de uma ação coordenada das várias forças armadas não era praticada. Os problemas de controle na batalha e comunicação (pelo rádio, por exemplo) não eram levados em conta. O papel da aviação era diminuído. Embora o serviço de informações francês produzisse muito material sobre o que pensavam os alemães, tudo isso era ignorado; havia uma descrença aberta na eficácia do uso em grande escala de formações blindadas, como os alemães estavam fazendo em suas manobras; e todos os exemplares das traduções do *Achtung Panzer* de Guderian, mandados às bibliotecas de todos os quartéis na França, não foram lidos.¹⁰² Isso significava que mesmo que a indústria francesa fosse convencida a produzir quantidades consideráveis de tanques — muitos, como o SOMUA -35 de muito boa qualidade — não havia uma doutrina adequada ao seu uso.¹⁰³ Levando-se em conta essas falhas no comando e treinamento, seria extraordinariamente difícil para o exército francês com pensar o mal-estar sociopolítico do país, e o declínio econômico, na hipótese de outra grande guerra.

Nem poderiam tais debilidades ser superadas, como aconteceu antes de 1914, pelos êxitos da diplomacia francesa e por uma vantajosa estratégia de alianças. Pelo contrário, com o avançar da década de 1930, as contradições da política externa francesa tornaram-se mais claras. A primeira delas sempre existiu, é claro, na impossibilidade de reconciliar a adoção, depois de Locarno,

da defesa estratégica atrás da Linha Maginot, com o desejo de conter a expansão alemã na Europa oriental, se necessário indo em auxílio dos aliados continentais da França, tal como estipulavam os tratados. A recuperação do Sarre pela Alemanha, em 1935, e a recuperação por Hitler da zona desmilitarizada da Renânia tornaram menos possível um avanço francês, mesmo que seus líderes militares estivessem dispostos a pensar em operações ofensivas. Mas isso nada foi em comparação com os golpes sofridos pela posição diplomática e estratégica da França em 1936; a briga com a Itália sobre a crise da Abissínia, que a transformou de aliado em potencial contra a Alemanha num inimigo potencial; o início da Guerra Civil Espanhola, com sua perspectiva de um outro regime fascista ser estabelecido na retaguarda francesa; o recuo da Bélgica para a neutralidade, com suas implicações estratégicas. No final daquele ano calamitoso, a França já não se podia concentrar apenas na sua fronteira nordeste, e a idéia de invadir a Renânia para ajudar um aliado oriental tornava-se remota. Na época da crise de Munique, portanto, muitos líderes franceses estavam petrificados com a perspectiva de terem de cumprir suas obrigações para com a Tchecoslováquia.¹⁰⁴ Finalmente, quando o acordo de Munique foi assinado, Paris verificou estar a U.R.S.S. muito mais hostil à colaboração com o Ocidente, e pouco disposta a levar a sério o pacto franco-russo de 1935.

Nessas sombrias circunstâncias diplomáticas, militares e econômicas, não era surpreendente que a estratégia francesa se baseasse, essencialmente, em conseguir o apoio total da Grã-Bretanha em qualquer guerra futura com a Alemanha. Havia óbvias razões econômicas para isso. A França dependia muito da importação de carvão (30%), cobre (100%), petróleo (99%) e outras matérias-primas vitais, muitas das quais vinham do Império Britânico e eram transportadas pela frota mercante britânica. Se houvesse “guerra total”, o debilitado franco poderia necessitar novamente da ajuda do Banco da Inglaterra para andar pelo mundo; na verdade, em 1936-1937 a França já se sentia muito dependente do apoio financeiro anglo-americano.¹⁰⁵ Inversamente, só com a ajuda da marinha inglesa poderia a Alemanha ser mais uma vez isolada de seus fornecedores de além-mar. Em fins da década de 1930, a assistência da Royal Air Force, a força aérea inglesa, era também necessária — bem como o envio de uma força expedicionária britânica. Sob todos esses aspectos, já se disse, havia uma lógica a longo prazo na política francesa de passivismo estratégico; supondo que qualquer ataque alemão pelo oeste poderia ser detido como em 1914, os recursos superiores dos impérios anglo-francês acabariam se impondo — e sem dúvida também forçariam à recuperação dos territórios tcheco e polonês, temporariamente perdidos no leste.¹⁰⁶

Ainda assim, dificilmente se poderia dizer que essa estratégia francesa de “esperar pela Grã-Bretanha” não tivesse inconvenientes. É evidente que ela deixava a iniciativa a Hitler, que depois de 1934 mostrou várias vezes que sabia tomá-la. Além disso, atava as mãos da França (embora existam muitos indícios de que homens como Bonnet e Gamelin preferiam isso). Desde 1919 os ingleses vinham insistindo com os franceses para que adotassem uma política menos rígida, mais conciliatória, com a Alemanha, e não gostavam nada do que consideravam a intransigência gaulesa. Nos anos que se seguiram à tomada do poder por Hitler, tanto o governo britânico como o povo britânico demonstraram pouca simpatia pelo dilema de segurança francês. Mais especificamen-

te, a Grã-Bretanha desaprovava enfaticamente os compromissos militares franceses com os "estados sucessores" da Europa oriental, e quando a cooperação anglo-francesa tornou-se inevitável, pressionou Paris para que repudiasse tais obrigações. Antes mesmo da crise tcheca, a Grã-Bretanha tinha neutralizado e solapado a velha política francesa de linha dura para com Berlim — sem, porém, oferecer nada substantivo em seu lugar. Só na primavera de 1939 os dois países realmente se aproximaram numa aliança militar adequada, e mesmo então suas desconfianças políticas mútuas não desapareceram totalmente.¹⁰⁷ Como iremos ver adiante, parece justo dizer que Albion não era tanto "pérfida", era míope, otimista, e estava às voltas com vários problemas internos e imperiais. Isso, porém, apenas confirma o fato de que ela constituía um apoio fraco e incerto para a política francesa, para conter o expansionismo alemão.

Talvez o maior erro de cálculo da França tenha sido julgar que a Grã-Bretanha fosse, em fins da década de 1930, tão capaz de ajudar a conter o desafio alemão quanto em 1914. A Grã-Bretanha ainda era uma potência considerável, é claro, desfrutando muitas vantagens estratégicas e uma produção de manufaturados e de um potencial industrial duas vezes superior ao da França; mas sua posição também era menos substancial e segura do que duas décadas antes. Psicologicamente, a nação britânica tinha sido muito traumatizada pela Primeira Guerra Mundial e estava desencantada com a inutilidade (pelo que o povo podia perceber) da paz "cartaginesa" que se seguiu. Essa aversão do público pelo militarismo, pelo envolvimento continental e por qualquer preocupação com o equilíbrio de poderes coincidiu com o advento da democracia parlamentar plena (pelas extensões do direito de voto de 1918 e 1928) e com a ascensão do Partido Trabalhista. Talvez ainda mais do que na França, a política nacional nessas décadas parecia girar em torno da questão "social" — fato que se refletia no pequeno volume (10,5%) da despesa pública com as forças armadas em 1933, em comparação com as somas destinadas aos serviços sociais (46,4).¹⁰⁸ Não era o clima, como Baldwin e Chamberlain lembravam com frequência aos seus colegas de gabinete, no qual se poderiam ganhar votos interferindo nos insolúveis problemas da Europa centro-oriental, cujas fronteiras não tinham (aos olhos de Whitehall) nada de sagradas.

Até mesmo para os grupos políticos e os planejadores estratégicos que se preocupavam mais com os assuntos internacionais do que com as questões sociais ou as manobras eleitorais, o cenário internacional pós-1919 recomendava cautela e distância. Tão logo a guerra terminou, os domínios autônomos pressionaram por uma redefinição de seu *status*. Quando ela foi feita, através da Declaração Balfour de 1926 e da Lei de Westminster de 1931, eles se tinham transformado em estados praticamente independentes, com (se desejassem) uma política externa à parte. Nenhum deles estava interessado em lutar pelas questões européias; a alguns, como a Irlanda, África do Sul e até mesmo Canadá, repugnava lutar por qualquer coisa. Se a Grã-Bretanha quisesse manter a imagem da unidade imperial, segue-se que só poderia ir à guerra por uma questão que tivesse o apoio dos domínios; e mesmo quando esse separatismo se modificou com a intensificação da ameaça da Alemanha, Itália e Japão, Londres continuou consciente da importante dimensão *extra-européia* de todas as suas decisões de política externa.¹⁰⁹ Mais importantes ainda, em termos rigorosamente militares, eram as atividades de "policimento

imperial" em que o exército britânico e também a RAF (Royal Air Force) estavam empenhados na Índia, Iraque, Egito, Palestina e outros lugares. Durante grande parte dos anos entre as duas guerras, na verdade, o exército britânico viu-se reconduzido a um papel vitoriano: a ameaça russa à Índia era considerada como o maior perigo estratégico (embora bastante abstrato); e manter os nativos calmos era uma operação cotidiana.¹¹⁰ Finalmente, esse aspecto imperial da estratégia geral britânica era muito reforçado pela obsessão da Royal Navy com envio de "uma esquadra a Cingapura" e com a justificada preocupação de Whitehall em defender suas distantes e vulneráveis possessões contra os japoneses.¹¹¹

É certo que essa ambivalência estratégica do "Jano" britânico tinha séculos de idade, mas muito mais assustador era o fato de que agora tinha de ser sobre uma base industrial muito enfraquecida. A produção britânica de manufaturados tinha sido lenta na década de 1920, em parte devido ao retorno da libra esterlina ao padrão ouro em nível demasiado alto. Embora não sofresse tão dramaticamente quanto a Alemanha e os Estados Unidos, a combalida economia da Grã-Bretanha foi abalada até as raízes pela depressão mundial após 1929. A produção têxtil, que ainda representava 40% das exportações britânicas, foi cortada em dois terços; o carvão, que representava outros 10% das exportações, caiu em um quinto; a indústria naval foi tão atingida que em 1933 a produção caiu a 7% do que era antes da guerra; a produção do aço caiu em 45% em três anos de 1929-1932, e a de ferro-gusa, em 53%. Com a redução do comércio internacional e sua substituição por blocos de moeda, a parcela britânica do comércio global continuou a cair, passando de 14,5% (1913) a 10,75% (1929) e 9,8% (1937). Além disso, os ganhos *invisíveis* com transporte marítimo, seguros e investimentos no além-mar, que por mais de um século tinham coberto, e muito bem, a lacuna nas trocas *visíveis* já não podiam fazê-lo; em princípios da década de 1930, a Grã-Bretanha vivia do seu capital. O trauma da crise de 1931, envolvendo o colapso do governo trabalhista e a decisão de abandonar o padrão ouro, tornou os políticos demasiado conscientes da vulnerabilidade econômica do país.¹¹²

Até certo ponto, na verdade, a preocupação desses líderes pode ter sido exagerada. Em 1934 a economia começava lentamente a recuperar-se. Enquanto as indústrias mais antigas do norte feneciam, outras mais novas — aviões, automóveis, petroquímicos, produtos elétricos — cresciam.¹¹³ O comércio dentro do "bloco do esterlino" proporcionou um certo apoio aos exportadores britânicos. A queda nos preços dos alimentos e matérias-primas ajudou ao consumidor britânico. Mas esses paliativos não eram suficientes para um Tesouro preocupado com o delicado crédito britânico no exterior e com outras corridas ao esterlino. Em sua opinião, o mais importante era não endividar-se, o que significava equilibrar os livros do governo, manter os impostos no mínimo possível, e controlar os gastos do estado. Mesmo quando a crise da Manchúria fez com que o governo abrisse mão, em 1932, da famosa Regra dos 10 Anos*, o Tesouro insistiu logo em que "isso não deve ser

* Ou seja, a instrução pós-1919 de que as forças armadas deviam fazer suas estimativas com o pressuposto de que não travariam uma guerra importante nos próximos 10 anos.

considerado como justificativa de maiores despesas pelas forças de defesa sem consideração pela situação econômica e financeira muito séria que ainda predominava.”¹¹⁴

Essa combinação de pressões políticas internas e econômicas assegurou que, como a França, a Grã-Bretanha cortasse suas despesas com a defesa em princípios da década de 1920, exatamente quando as ditaduras estavam começando a aumentar as suas. Só em 1936, depois de vários anos de estudos das “deficiências defensivas” do país, e o duplo choque do rearmamento às claras de Hitler, seguido da crise da Abissínia, o dispêndio britânico com as forças armadas teve o seu primeiro aumento substancial. Ainda assim, as verbas da quele ano foram inferiores às da Itália, e apenas um terço, ou um quarto, das despesas da Alemanha. Mesmo naquela fase, os controles do Tesouro e as preocupações dos políticos sobre a opinião interna impediram um rearmamento completo, que só começou realmente no ano crítico de 1938. Muito antes dessa data, porém, as forças armadas advertiam sobre a impossibilidade de proteger “nosso comércio, território e interesses vitais contra a Alemanha, Itália e Japão ao mesmo tempo”, e instando o governo a “reduzir o número de nossos inimigos em potencial e conseguir o apoio de aliados potenciais”.¹¹⁵ Em outras palavras, a diplomacia — a diplomacia do apaziguamento — era necessária para defender esse império economicamente enfraquecido, estrategicamente demasiado extenso contra as ameaças no Extremo Oriente, Mediterrâneo e na própria Europa. Em nenhum teatro de guerra estrangeiro, achavam os chefes do estado-maior, era a Grã-Bretanha bastante forte; e até mesmo essa realidade preocupante era obscurecida pelo alarmante crescimento da Luftwaffe, que tornava os habitantes do Estado ilhéu diretamente vulneráveis, pela primeira vez, às operações militares de um inimigo.¹¹⁶

Há indícios de que os chefes do estado-maior britânico estavam excessivamente negativos em relação às perspectivas do país,¹¹⁷ como os militares profissionais de praticamente todos os estados; a Primeira Guerra Mundial tomara-os cautelosos e pessimistas.¹¹⁸ Mas não havia dúvidas de que a Grã-Bretanha tinha sido ultrapassada no ar pela Alemanha em 1936-1937, que seu minúsculo exército de serviço prolongado pouco podia fazer na Europa continental, e que sua marinha verificava a impossibilidade de controlar as águas europeias e mandar uma esquadra para Cingapura. E talvez ainda mais preocupante para os responsáveis pelas decisões britânicas fosse o fato de ser agora extremamente difícil encontrar os “aliados potenciais” sugeridos pelos chefes do estado-maior. As coalizões que a Grã-Bretanha havia formado para neutralizar Napoleão, as *ententes* e *rapprochements* bem-sucedidos realizados depois de 1900, já não existiam. O Japão deixara de ser aliado para tornar-se inimigo; o mesmo acontecera com a Itália. A Rússia, a outra potência “marginal” (para usarmos a expressão de Dehio)¹¹⁹ que se unira tradicionalmente à Grã-Bretanha na oposição a uma hegemonia continental, estava agora num isolamento diplomático e desconfiava profundamente das democracias ocidentais. Quase tão inescrutável e imprevisível, pelo menos para os frustrados espíritos de Whitehall, era a política dos Estados Unidos em princípios e meados da década de 1930; evitando compromissos diplomáticos e militares, recusando-se ainda a ingressar na Liga, vigorosamente contrários aos vários esforços britânicos de abrandar com oferecimentos os estados

revisionistas (por exemplo, reconhecendo a posição especial do Japão no leste da Ásia, ou oferecendo acordos especiais de pagamentos e câmbios com a Alemanha), e tornando impossível — pela legislação de neutralidade de 1937 — levantar empréstimos nos mercados americanos tal como a Grã-Bretanha tinha feito entre 1914 e 1917 para manter o seu esforço de guerra, os Estados Unidos estavam desorganizando a estratégia geral britânica, da mesma maneira — talvez inadvertida — que a Grã-Bretanha desorganizava a estratégia da França na Europa oriental.¹²⁰ Isso deixava, portanto, como aliado potencial apenas a própria França e o resto do Império Britânico. As necessidades diplomáticas da França, porém, levaram a Inglaterra a assumir compromissos na Europa central, que tinham a oposição dos domínios e que toda a estrutura da “defesa imperial” era incapaz de manter. Por outro lado, as preocupações *extra-européias* do império desviavam atenções e recursos necessários para conter a ameaça alemã. Em consequência, durante a década de 1930 os ingleses viram-se empenhados num dilema diplomático e estratégico global para o qual não havia solução satisfatória.¹²¹

Isto não significa que Baldwin, Chamberlain e seus colegas não pudessem ter feito mais, ou que os determinantes da política britânica de apaziguamento fossem tais que as políticas alternativas propostas por Churchill e outros críticos fossem impraticáveis. Havia, da parte do governo britânico, uma persistente disposição — apesar de todas as provas em contrário — de confiar em aproximações “razoáveis” com o regime nazista. A aversão emocional ao comunismo era tal que a possibilidade de ter a Rússia como aliado potencial da coalizão antifascista não foi lembrada, ou foi desprezada. Estados vulneráveis da Europa oriental, como a Tchecoslováquia e a Polónia, eram com demasiada frequência considerados como um peso morto, e a falta de simpatia pelos problemas da França evidenciava uma mesquinhez fatal. O poderio da Alemanha e da Itália era sempre exagerado, à base de precárias evidências, ao passo que as debilidades defensivas britânicas eram vistas como razão para a inação. As opiniões de Whitehall sobre o equilíbrio europeu de forças eram egoístas e imediatistas. Críticos da política de apaziguamento, como Churchill, eram sistematicamente neutralizados e censurados, mesmo quando o governo proclamou que podia apenas seguir (em lugar de liderar) a opinião pública.¹²² Apesar de todas as razões plausíveis, objetivamente válidas, pelas quais o governo britânico queria evitar o confronto com os estados ditatoriais, portanto, há muita coisa em sua atitude egoísta e estreita que parece dúvida, mesmo a esta distância no tempo.

Por outro lado, qualquer investigação das realidades econômicas e estratégicas também tem de reconhecer que em fins da década de 1930 os problemas básicos da estratégia geral britânica não podiam ser resolvidos simplesmente com uma mudança de atitude, ou mesmo de primeiros ministros. Na verdade, quanto mais Chamberlain era forçado — pelas novas agressões de Hitler, e pelo clamor da opinião pública — a abandonar o apaziguamento, mais evidente tornavam-se as contradições fundamentais. Embora os chefes do estado-maior insistissem em aumentos maciços dos gastos com a defesa, o Tesouro argumentava que essas despesas seriam economicamente ruinosas. Já em 1937, a Grã-Bretanha, como a França,

gastava mais de seu PNB com a defesa do que os países que tinham feito isso nos anos críticos antes de 1914, mas sem qualquer melhoria significativa em sua segurança — apenas devido ao gastos muito maiores em armamentos feitos pelo estado alemão, superaquecido e governado por um maníaco. Mas quando os gastos da Grã-Bretanha com a defesa aumentaram ainda mais — grosseiramente, de 5,5% do PNB em 1937 para 8,5% em 1938, e 12,5% em 1939 — sua delicada economia também começou a sofrer. Mesmo quando o dinheiro era liberado para aumentos de armas, a inadequação do parque industrial britânico e a escassez crítica de pessoal especializado retardou a es- perada produção de aviões, tanques e navios. Mas isso, por sua vez, levou as forças armadas a fazer encomendas cada vez maiores de lâminas de aço, ro- lamentos e outros itens aos países neutros como a Suécia e os Estados Unidos, que constituíram um novo ônus sobre as reservas em moeda estrangeira e o balanço de pagamentos. Quando as reservas de ouro e dólares do país dimi- nuíram, seu crédito internacional ficou mais abalado do que nunca. “Se esti- véssemos sob a impressão de que somos tão capazes de travar uma guerra pro- longada como em 1914”, observou friamente o Tesouro em resposta a novas medidas de rearmamento em abril de 1939, “estariamos enterrando a cabeça na areia.”¹²³ Não era uma previsão agradável para uma potência cujos plane- jadores estratégicos não acreditavam na possibilidade de vencer uma guerra curta, mas de alguma forma esperavam sair-se melhor num conflito prolongado.

Contradições igualmente sérias estavam também aflorando na esfera militar, às vésperas da guerra. Embora a decisão britânica de 1939 de aceitar mais uma vez um “compromisso continental” formal com a França, e sua decisão quase simultânea de dar prioridade a forças navais, solucionasse alguns de Cingapura em termos de distribuição de forças navais, solucionasse alguns dos antigos problemas estratégicos, também deixou os interesses britânicos no Extremo Oriente totalmente expostos à agressão japonesa. De uma maneira igualmente contraditória, as prontas garantias oferecidas pela Grã-Bretanha à Polônia na primavera de 1939, seguidas de novas garantias à Grécia, Romênia e Turquia, eram indícios da redescoberta, por Whitehall, da importância da Europa oriental e dos Bálcãs no equilíbrio continental de forças. Mas a verdade é que as forças armadas britânicas tinham poucas possibilidades de defender esses territórios contra um vigoroso ataque alemão.

Em suma, nem a política mais dura de Chamberlain contra a Alemanha, depois de março de 1939, e nem mesmo sua substituição por Churchill em maio de 1940, “resolveram” os dilemas estratégico e econômico da Grã-Bretanha; apenas redefiniram os problemas. A um império global extremamente extenso, numa etapa já avançada de sua história — ainda controlava um quarto do globo, mas tendo apenas 9 a 10% da força de manufatura e do “potencial de guerra” do mundo¹²⁴ — tanto o apaziguamento como o antiapaziguamento encerravam desvantagens: havia apenas a escolha de um mal menor.¹²⁵ Não há dúvidas de que em 1939 foi tomada a decisão acertada de resistir a mais uma agressão de Hitler. Àquela altura, porém, o equilíbrio de forças alinhadas contra os interesses britânicos na Europa e, ainda mais, no Extremo Oriente, se tinha tomado tão desfavorável que era difícil ver a possibilidade de uma vitória clara contra o fascismo sem a intervenção das grandes potências neutras. E também isso encerrava problemas.

Como dissemos acima, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos responsáveis pelas decisões na Grã-Bretanha e França, ao enfrentarem os desafios diplomáticos e estratégicos da década de 1930, era a incerteza que cercava a posição daquelas duas potências gigantes e algo distantes, a Rússia e os Estados Unidos. Valeria a pena fazer novos esforços para convencê-las a formar uma aliança contra os Estados fascistas, mesmo que isso exigisse substanciais concessões às exigências de Moscou e Washington e provocasse críticas internas? Qual dos dois deveria ser cortejado com mais ardor, e sob que aspectos? Uma aproximação aberta com a Rússia, por exemplo, serviria mais como uma provocação do que como um dissuasório para a Alemanha ou o Japão? Do ponto de vista de Berlim e Tóquio (e menos de Roma), as atitudes da Rússia e dos Estados Unidos eram igualmente importantes. Permaneceriam essas potências indiferentes enquanto Hitler reordenava os limites da Europa central? Como reagiriam elas a uma nova expansão japonesa na China, ou a operações contra os velhos impérios europeus no Sudeste asiático? Dariam os Estados Unidos pelo menos ajuda econômica às democracias ocidentais, como acontecera em 1914 e 1917? E poderia a U.R.S.S. ser comprada com concessões econômicas e territoriais? Finalmente, teriam realmente importância aquelas duas entidades enigmáticas, introspectivas? Qual era, na realidade, o seu poderio? Que importância tinham na ordem internacional em modificação?

Era mais difícil tentar responder a essas perguntas no caso de uma socie- dade “fechada” como a União Soviética. Não obstante, as linhas mestras do crescimento econômico e do poderio militar soviético, naquela ocasião, pa- recem agora evidentes. O primeiro e mais óbvio aspecto era que a Rússia so- ffrera uma terrível redução de forças, mais do que a sofrida por qualquer ou- tra grande potência, com o conflito de 1914-1918 e, em seguida com a revo- lução e a guerra civil. Sua população tinha caído de 171 milhões em 1914 pa- ra 132 milhões em 1921. A perda da Polônia, Finlândia e estados bálticos en- volvera muitas fábricas, ferrovias e fazendas, e a luta prolongada destruíra grande parte do que havia restado. O enorme declínio na indústria — reduzida em 1920 a 13% da produção de 1913 — ocultava o colapso ainda maior de certos produtos chave: “assim, apenas 1,6% do minério de ferro de antes da guerra estava sendo produzido, 2,4% do ferro-gusa, 4,0% do aço e 5% do algodão”.¹²⁶ O comércio exterior tinha desaparecido totalmente, a produção bruta da agricultura tinha sido de menos da metade do número anterior à guerra, e a renda nacional *per capita* tinha caído em mais de 60%, para um nível realmente horrendo. Mas como a extrema severidade dessas quedas tinha sido consequência, principalmente, do caos social e político dos anos 1917-1921, seguia-se que o estabelecimento do governo soviético (ou na ver- dade de *qualquer* governo) teria de provocar alguma recuperação. O desen- volvimento da indústria russa antes e durante a guerra tinha legado aos bolcheviques uma boa quantidade de fábricas, redes ferroviárias e usinas de aço. Havia uma infra-estrutura básica de estradas de ferro e de rodagem e de linhas telegráficas. Havia trabalhadores industriais que podiam voltar a essas fábricas, uma vez terminada a guerra civil. E havia um padrão consolidado de

produção agrícola, e a venda de alimentos às cidades grandes e pequenas, que poderia ser restabelecida quando Lenin decidiu (com a Nova Política Econômica de 1921) abandonar as infrutíferas tentativas de “comunizar” o campesinato e permitir, em lugar disso, a agricultura individual. Em 1926, portanto, a produção agrícola tinha voltado ao seu nível de antes da guerra, seguindo-se dois anos depois a produção industrial. A guerra e a revolução custaram à Rússia 13 anos de crescimento econômico, mas ela estava agora pronta a retomar seu crescimento.

Mas era improvável que esse “crescimento” fosse suficientemente rápido — sem dúvida, não o seria sob um Stalin cada vez mais autocrático — enquanto a Rússia enfrentava a sua tradicional debilidade econômica. Sem dispor de investimentos estrangeiros, era necessário levantar o capital de fontes internas, para financiar o desenvolvimento da indústria em grande escala e a criação de forças armadas substanciais, num mundo hostil. Dada a eliminação da classe média, que poderia ter sido estimulada a criar capital ou ser saqueada da riqueza de que dispusesse; dado, também, o fato de que 78% da população russa (1926) continuava no setor agrícola, o último da escala, e que estava predominantemente em mãos particulares, pareceu a Stalin que só havia uma maneira pela qual o estado poderia levantar recursos e ao mesmo tempo intensificar a transferência da agricultura para a indústria: ou seja, pela coletivização da primeira, forçando os camponeses em comunas, destruindo os *kulaks*, controlando a produção da terra e fixando os salários pagos aos trabalhadores do campo e os preços (muito mais altos) dos alimentos para revenda. De uma maneira terrivelmente draconiana, o estado inter pôs-se assim entre os produtores rurais e os consumidores urbanos, e arrancou dinheiro de cada um deles em proporções que o regime czarista não teria ousado. Isso foi acentuado pela deliberada inflação de preços, uma variedade dos tributos e taxas, e pela pressão para que se demonstrasse a fidelidade, comprando apólices do estado. O resultado geral, representado pelas grosseiras estatísticas macroeconômicas, foi que a parcela do PNB russo dedicado ao consumo privado, que em outros países que estavam na fase da “partida” para a industrialização estava em torno de 80%, foi rebaixada para o nível espantoso de 51 ou 52%.¹²⁷

Houve duas consequências econômicas contrárias, e não obstante previsíveis, dessa tentativa extraordinária de um “controle da economia” socialista. A primeira foi o declínio catastrófico na produção agrícola soviética, pois os *kulaks* (e outros) resistiram à coletivização forçada e foram então eliminados. A horrível matança preventiva de animais das fazendas — “o número de cavalos caiu de 33,5 milhões em 1928 para 16,6 milhões em 1935; e o de bovinos de 70,5 milhões para 38,4 milhões”¹²⁸ — produziu por sua vez um espantoso declínio na produção de carne e de cereais e no já miserável padrão de vida, que só se recuperaria na época de Krushev. Cálculos esotéricos foram tentados quanto à proporção da renda nacional que foi mais tarde devolvida à agricultura na forma de tratores ou eletrificação — em oposição ao volume desviado pela coletivização e pelos controles de preços¹²⁹ — mas isso constitui um exercício obscuro para nossos propósitos, já que (por exemplo) as fábricas de tratores, uma vez estabelecidas, foram planejadas para serem transformadas na produção de tanques leves; os camponeses, é claro,

não foram tão úteis na oposição à *Wehrmacht*. O incontestável é que, naquele momento, a produção agrícola soviética caiu. As baixas, em especial durante a escassez de 1933, podem ser contadas em milhões de vidas. Quando a produção começou a se recuperar em fins da década de 1930, foi apressada pelas centenas de milhares de tratores, hordas de cientistas agrícolas e exércitos de coletivas rigidamente controladas. Mas o custo, em termos humanos, foi imenso.

A segunda consequência foi bastante melhor, pelo menos para as finalidades do poder econômico-militar soviético. Tendo reduzido a parcela do consumo privado do PNB a um nível provavelmente desconhecido na história moderna — e certamente muito inferior, por exemplo, ao que os nazistas poderiam jamais esperar na Alemanha — a U.R.S.S. foi capaz de destinar a fantástica proporção de cerca de 25% do PNB ao investimento industrial e ainda dispor de somas consideráveis para a educação, ciência e as forças armadas. Enquanto o local de trabalho de grande parte do povo russo estava sendo transformado em ritmo surpreendente, com o número de empregados na agricultura baixando de 71% para 51% nos 12 anos de 1928-1940, essa população estava sendo também educada num ritmo sem precedentes. Isto era vital em dois níveis, já que a Rússia sempre sofrera — em comparação com a Alemanha ou Estados Unidos, por exemplo — por ter uma força de trabalho mal preparada e analfabeta, e por dispor de apenas um pequeno número de engenheiros, cientistas e administradores necessários à direção superior e à *melhoria constante* do setor de manufatura. Com milhões de trabalhadores sendo agora treinados, seja nas escolas de fábricas ou nos colégios técnicos, e em seguida (pouco depois) com uma enorme expansão no número de universidades, o país estava por fim adquirindo os dirigentes treinados necessários para o crescimento continuado; o número de engenheiros formados na “economia nacional” aumentou, por exemplo, de 47 mil em 1928 para 289 mil em 1941.¹³⁰ Muitos dos números anunciados pelos propagandistas soviéticos nesse período foram certamente inflacionados e ocultavam vários pontos fracos, mas a deliberada atribuição de recursos ao crescimento era indubitável. O mesmo se pode dizer da criação de enormes usinas novas de energia, de siderúrgicas e fábricas além dos Urais, invulneráveis a ataques do Ocidente ou do Japão.

O resultante aumento da produção de manufaturados e da renda nacional — mesmo se aceitarmos as estimativas mais cautelosas — foi algo sem precedentes na história da industrialização. Como o volume real e o volume da produção nos anos anteriores (por exemplo, 1913, para não falarmos de 1920) foi tão baixo, as modificações percentuais são quase insignificantes — mesmo que o Quadro 28 acima sirva ao propósito útil de mostrar como a produção de manufaturados na U.R.S.S. se estava expandindo durante a Grande Depressão. Mas se examinarmos apenas o período dos dois Planos Quinquenais, (1928 a 1937), a renda nacional russa aumentou de 24,4 para 96,3 bilhões de rublos, a produção de carvão aumentou de 35,4 para 128 milhões de toneladas e a produção de aço de 4 para 17,7 milhões de toneladas, a de eletricidade aumentou sete vezes, os números para as máquinas operatrizes em mais de 20 vezes, e o de tratores, em quase 40 vezes.¹³¹ Em fins da década de 1930, na verdade, a produção industrial russa não só tinha

passado de muito a francesa, japonesa e italiana, como também provavelmente alcançara a britânica.¹³²

Trás dessa impressionante acumulação, porém, havia ainda muitas deficiências. Embora a produção agrícola aumentasse lentamente em meados da década de 1930, a Rússia era menos capaz do que antes de alimentar sua população, para não falarmos em produzir um excedente para exportar; e o rendimento por acre era ainda espantosamente baixo. Apesar de novos investimentos em ferrovias, o sistema de comunicações continuava sendo primitivo e inadequado às necessidades crescentes do país. Em muitas indústrias, havia uma acentuada dependência de firmas e técnicos estrangeiros, em especial dos Estados Unidos. O “gigantismo” das fábricas e de todo o processo de manufatura tornava difíceis os ajustes rápidos da combinação dos fatores de produção ou a introdução de novos modelos. Houve inevitáveis engarrafamentos, também, porque a expansão planejada para certas indústrias não correspondia aos estoques existentes de matérias-primas ou à mão-de-obra qualificada. Depois de 1937 a reorientação da economia soviética no sentido de um maciço programa de armamentos iria afetar a continuidade industrial e deformar o planejamento anterior. Acima de tudo, houve os grandes expurgos. Quaisquer que fossem as razões para o maníaco, paranóico ataque de Stalin à tanta gente sua, os resultados econômicos foram sérios; “funcionários públicos, administradores, técnicos, estatísticos, até mesmo capatazes”¹³³ foram levados para os campos, tornando mais aguda do que nunca a escassez de pessoal preparado na Rússia. Enquanto o terror sem dúvida levou muitos a demonstrarem uma lealdade stakanovita ao sistema, também inibiu em muito a inovação, a experimentação, a discussão aberta e a crítica construtiva: “O mais simples a fazer era evitar responsabilidades, buscar a aprovação do superior para qualquer coisa, obedecer mecanicamente a qualquer ordem recebida, a despeito das condições locais”.¹³⁴ Isso podia salvar a pele, mas não ajudava o crescimento de uma economia complexa.

Tendo nascido de uma guerra, e sentindo-se seriamente ameaçada por inimigos em potencial — Polônia, Japão, Grã-Bretanha — a U.R.S.S. dedicou uma parte do orçamento estatal (12-16%) aos gastos com a defesa, durante parte da década de 1920. Essa parcela diminuiu nos anos iniciais do primeiro Plano Quinquenal, quando as forças armadas regulares soviéticas se fixaram em cerca de 600 mil homens, apoiados por uma grande, mas ineficiente, milícia de duas vezes esse tamanho. A crise da Manchúria e a subida de Hitler ao poder levaram a rápidos aumentos no tamanho do exército, para 940 mil homens em 1934, e 1,3 milhão em 1935. Com o aumento da produção industrial e da produção nacional propiciado pelos Planos Quinquenais, grande número de tanques foram também fabricados. Oficiais inovadores que cercavam Tukhachevski estavam desejosos de estudar (embora não aceitassem integralmente) as idéias de Douhet, Fuller, Liddle Hart, Guderian e outros teóricos ocidentais da guerra, e em princípios da década de 1930 a U.R.S.S. tinha não só um exército de tanques, mas também uma grande força de paraquedistas. Embora a marinha soviética permanecesse pequena e ineficiente, uma grande indústria de aviões foi criada em fins da década de 1920, que durante algum tempo produziu mais aviões anualmente do que todas as outras potências combinadas (ver Quadro 29).

Quadro 29. Produção de aviões das potências, 1932-1939¹³⁵

	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
França	(600)	(600)	(600)	785	890	743	1.382	3.163
Alemanha	36	368	1.968	3.183	5.112	5.606	5.235	8.295
Itália	(500)	(500)	(750)	(1.000)	(1.000)	(1.500)	1850	(2.500)
Reino Unido	445	633	740	1.140	1.877	2.153	2.827	7.940
Estados Unidos	596	466	437	459	1.141	949	1.800	2.195
U.R.S.S.	2.595	2.595	2.595	3.578	3.578	3.578	7.500	10.382

Mas também esses números ocultavam alarmantes fraquezas. O corolário previsível do “gigantismo” russo foi uma ênfase excessiva na quantidade. Dados os atributos de uma economia dirigida, isso resultou na produção de enorme número de aviões e tanques em princípios da década de 1930. Em 1932, na realidade, a U.R.S.S. estava produzindo mais de 3 mil tanques e mais de 2.500 aviões — muitíssimo mais do que qualquer outro país do mundo. Tendo em conta o tremendo crescimento do exército regular depois de 1934, deve ter sido extraordinariamente difícil encontrar número suficiente de oficiais e suboficiais treinados para supervisionar os batalhões de tanques e esquadrões aéreos. Foi ainda mais difícil, num país com um excedente de camponeses e escassez desesperada de trabalhadores habilitados, recrutar pessoal para o exército e a força aérea; apesar do maciço programa educacional, a principal debilidade do país na década de 1930 estava provavelmente na falta de preparo de muitos de seus trabalhadores e soldados. Além disso, a Rússia, como a França, foi vítima de um pesado investimento em tipos de aviões e tanques de princípios da década de 1930. Quando a Guerra Civil Espanhola mostrou os limites, em velocidade, facilidade de manobras, alcance e resistência, dessas armas de primeira geração, a corrida para a fabricação de aviões mais rápidos e tanques mais poderosos foi acelerada. Mas a indústria soviética de armas, como um grande navio no mar, não podia mudar rapidamente de rumo; e parecia loucura suspender a produção dos tipos existentes enquanto modelos mais novos estavam sendo fabricados e testados. (Quanto a isso, é interessante notar que “dos 24 mil tanques russos em operação em junho de 1941, apenas 967 eram de um novo modelo equivalente, ou superior, aos tanques alemães daquela época”.)¹³⁶ Além disso, ocorreram os expurgos. A decapitação do Exército Vermelho — 90% de todos os generais e 80% de todos os coronéis sofreram com as tendências maníacas de Stalin — não só teve o efeito geral de eliminar tantos oficiais preparados, como também resultados específicos atingiram duramente as forças armadas. Afastando Tukhachevski e os entusiastas da “guerra moderna”, eliminando os que tinham estudado os métodos alemães e as teorias britânicas, os expurgos deixaram o exército nas mãos de figuras politicamente seguras mas intelectualmente retardadas como Voroshilov e Kuluk. Um dos primeiros resultados foi o desmantelamento de sete corpos mecanizados, decisão influenciada pelo argumento de que a Guerra Civil Espanhola tinha mostrado que as formações de tanques não podiam desempenhar um papel ofensivo independente no campo de batalha e que os veículos deviam ser distribuídos aos batalhões de fuzileiros para a

infantaria. Da mesma maneira, decidiu-se que os bombardeiros estratégicos TB-3 seriam de pouco uso para U.R.S.S.

Com grande parte de sua força aérea obsoleta e suas unidades blindadas desmontadas, com as forças armadas atemorizadas e obedientes devido aos expurgos, a Rússia estava muito mais fraca em fins da década de 1930 do que fora cinco ou dez anos antes — e enquanto isso tanto a Alemanha como o Japão tinham aumentado muito sua produção de armas e se estavam tornando mais agressivos. O Plano Quinquenal pós-1937 previa evidentemente uma enorme acumulação de armas igual e em muitas áreas — como a produção de aviões — superior à da própria Alemanha. Mas até que esse investimento se traduzisse em forças armadas maiores e melhor equipadas, Stalin achou que a Rússia estava passando por uma “zona de perigo” pelo menos tão ameaçadora quanto os anos de 1919-1922. Essas circunstâncias externas ajudam a explicar as várias modificações na diplomacia soviética na década de 1930. Preocupado com a agressão japonesa na Manchúria e talvez mais ainda pela Alemanha de Hitler, Stalin enfrentou a perspectiva de uma potencial guerra em duas frentes, em teatros a milhares de quilômetros de distância (exatamente o dilema estratégico que paralisava os dirigentes britânicos). Mas o fato de ter voltado para o Ocidente o seu interesse diplomático, que levou à entrada na Liga das Nações em 1934 e aos tratados de 1935 com a França e a Tchecoslováquia, não trouxe o desejado aumento da segurança coletiva na U.R.S.S. Sem um acordo com a Polônia, a Rússia podia realmente muito pouco para ajudar a França ou a Tchecoslováquia — e vice-versa. E os ingleses viam com reservas esses esforços para criar uma “frente popular” diplomática contra a Alemanha, que em parte explica a cautela de Stalin durante a Guerra Civil Espanhola; uma república socialista triunfante na Espanha, temia Moscou, poderia levar a Grã-Bretanha e a França para a direita bem como envolver a Rússia num conflito aberto com os soldados aliados de Franco, a Itália e a Alemanha.

Em 1938-1939 a situação externa deve ter parecido mais ameaçadora do que nunca a Stalin (o que torna seus expurgos ainda mais tolos e inexplicáveis). O acordo de Munique não só parecia confirmar as ambições de Hitler na Europa centro-oriental, como também — o que era mais preocupante — mostrava não estar o Ocidente preparado para opor-se a elas e estar possivelmente inclinado a desviar as energias alemãs mais para o leste. Como esses dois anos viram também substanciais choques de fronteira entre os exércitos soviético e japonês no Extremo Oriente (exigindo pesados reforços das divisões russas na Sibéria), não era de surpreender que Stalin decidisse seguir uma política de “apaziguamento” para com Berlim, mesmo que isso significasse sentar-se ao lado de seu inimigo ideológico. Tendo em vista as ambições políticas da própria Rússia na Europa oriental, Moscou tinha muito menos reservas sobre o retalhamento dos estados independentes daquela região, desde que sua parcela fosse substancial. O inesperado pacto nazio-soviético de agosto de 1939 proporcionou à Rússia pela menos uma zona tampão em sua fronteira ocidental, e mais tempo para o rearmamento enquanto o Ocidente lutava contra a Alemanha em consequência do ataque de Hitler contra a Polônia. Dar bocados ao crocodilo (na frase de Churchill) parecia muito melhor do que ser devorado por ele.¹³⁷

Tudo isso torna excepcionalmente difícil medir o poderio soviético em fins da década de 1930, em especial porque as estatísticas sobre os “potenciais de guerra relativos”¹³⁸ não refletem o moral interno nem as qualidades das forças armadas ou a posição geográfica. Evidentemente, o Exército Vermelho já não se parecia com aquela “formidável força moderna de grande peso, com equipamento avançado e combatentes excepcionalmente resistentes” (exceto sob o último aspecto) que Mackintosh descreveu em 1936.¹³⁹ Mas não se sabia claramente quanto terreno ele havia perdido. A “Guerra do Inverno” de 1939-1940 contra a Finlândia parecia confirmar seu acentuado declínio, mas os choques menos conhecidos de 1939 com o Japão em Nomonhan mostraram uma força moderna e bem dirigida.¹⁴⁰ É evidente também que Stalin estava horrorizado com as vitórias ao estilo Blitzkrieg do exército alemão em 1940, e mais do que nunca empenhado em provocar uma guerra com Hitler. Sua outra grande e óbvia preocupação era o ponto em que o Japão atacaria no leste — não que ele fosse um inimigo tão mortal, mas a defesa da Sibéria era logicamente muito difícil e enfraqueceria ainda mais a capacidade russa contra a ameaça alemã. O rápido chamado do exército de Zhukov para participar da invasão da Polónia oriental em setembro de 1939, uma vez estabelecida uma trégua no leste com o Japão, foi ilustrativo desse ato de precário equilíbrio estratégico.¹⁴¹ Por outro lado, naquela época as perdas impostas ao Exército Vermelho estavam sendo apressadamente reparadas e seu número aumentado (para 4.320 mil homens em 1941), a economia soviética estava sendo ajustada para a produção de guerra, novas e maciças fábricas estavam sendo construídas na Rússia central e aviões e tanques aperfeiçoados (inclusive, entre os últimos, o formidável T-34) estavam sendo testados. Os 16,5% do orçamento destinados aos gastos com a defesa em 1937 tinham saltado para 32,6% em 1940.¹⁴² Como a maioria das outras grandes potências nesse período, portanto, a U.R.S.S. estava correndo contra o tempo. Ainda mais do que em 1931, Stalin precisou de concitar seus contrários a diminuir a distância produtiva com o Ocidente. “Diminuir o ritmo significaria atrasar-se. E os que se atrasam são vencidos...” A Rússia dos czares tinha sofrido “derrotas constantes” porque se atrasara na produtividade industrial e na força militar.¹⁴³ Sob seu líder ainda mais autocrático e impiedoso, o regime soviético estava disposto a alcançar o Ocidente rapidamente. Era impossível dizer se Hitler lhe permitiria isso.

O poder relativo dos Estados Unidos nos assuntos mundiais nos anos entre as duas guerras teve, curiosamente, uma proporção inversa do poder da União Soviética e da Alemanha. Isto é, foi excepcionalmente forte na década de 1920, mas a partir de então diminuiu mais que o de qualquer outra grande potência na década da pressão, a dos anos 30, recuperando-se apenas (e parcialmente) no fim desse período. A razão desse destaque na primeira daquelas décadas ficou claro acima. Os Estados Unidos foram o único grande país, com exceção do Japão, a beneficiar-se com a Grande Guerra. Tornaram-se a maior nação financeira e credora, além de já serem os maiores produtores de manufaturados e de alimentos. Tinham de longe o maior estoque de ouro. Tinham um mercado interno tão grande que maciças economias de escala podiam ser praticadas por firmas e distribuidoras gigantescas, especialmente na florescente indústria de automóveis. Seu alto padrão de vida e sua

disponibilidade de capital de investimento interagiam de maneira mutuamente benéfica para estimular novos investimentos pesados na indústria de manufatura, já que a procura pelo consumidor podia absorver praticamente todos os artigos, oferecidos pelo aumento de produtividade. Em 1929, por exemplo, os Estados Unidos produziram mais de 4,5 milhões de veículos motores, em comparação com os 211 mil da França, os 182 mil da Grã-Bretanha e os 117 mil da Alemanha.¹⁴⁶ Não é de surpreender que houvesse saltos fantásticos na importação de borracha, estanho, petróleo e outras matérias-primas para alimentar essa explosão de manufaturas. Mas as exportações, em especial de carros, máquinas agrícolas, equipamentos de escritório, e produtos semelhantes, também cresceram na década de 1920, sendo todo esse processo ajudado pelo rápido aumento dos investimentos americanos em além-mar.¹⁴⁷ Mesmo que isso seja um fato bem conhecido, ainda assim continua surpreendente notar que os Estados Unidos estavam, naqueles anos, produzindo “muito mais do que as seis outras grandes potências *tomadas em conjunto*” e que “sua esmagadora força produtiva era ainda mais ressaltada pelo fato de que o valor bruto dos manufaturados *per capita* da população do país era quase duas vezes maior do que na Grã-Bretanha ou Alemanha, e mais do que 10 a 11 vezes mais alto do que na U.R.S.S. ou Itália.”¹⁴⁸

Embora também seja verdade, como o autor das linhas acima observa rapidamente, “que a influência política dos Estados Unidos no mundo não correspondia, de modo algum, à sua extraordinária força industrial”,¹⁴⁷ isso pode não ter sido tão importante na década de 1920. Em primeiro lugar, o povo americano não queria ter, decididamente, um papel de liderança na política mundial, com todas as complicações diplomáticas e militares que tal posição invariavelmente produziria; desde que os interesses comerciais americanos não fossem negativamente afetados pelos atos de outros estados, não havia maior razão para envolver-se nos acontecimentos estrangeiros — em especial os da Europa oriental ou do Chifre da África. Em segundo lugar, apesar de todos os aumentos *absolutos* nas exportações e importações americanas, seu lugar na economia nacional não era grande, simplesmente por ser o país tão auto-suficiente; de fato, “a proporção de produtos manufaturados exportados em relação à produção total diminuiu de menos de 10% em 1914 para um pouco abaixo de 8% em 1929”, e o valor escritural dos investimentos estrangeiros diretos como parcela do PNB continuou inalterado.¹⁴⁸ — o que ajuda a explicar por que, apesar da aceitação generalizada de idéias de mercado mundial *em princípio*, a política econômica americana era muito mais sensível às necessidades internas. Exceto em relação a certas matérias-primas, o mundo exterior não tinha tanta importância para a prosperidade americana. Finalmente, os assuntos internacionais na década que se seguiu a 1919 não sugerem a existência de nenhuma ameaça séria aos interesses americanos: os europeus continuavam brigando, mas muito menos do que em princípios da década de 1920, a Rússia estava isolada, o Japão estava tranquilo. A rivalidade naval tinha sido contida pelos tratados de Washington. Nessas circunstâncias, os Estados Unidos podiam reduzir seu exército a proporções muito pequenas (cerca de 140 mil soldados regulares), embora permitissem a criação de uma força aérea razoavelmente grande e moderna, e a marinha pudesse desenvolver seus programas de porta-aviões e cruzadores pesados.¹⁴⁹

Embora os generais e almirantes previsivelmente se queixassem de recursos insuficientes do Congresso, de certas medidas prejudiciais à segurança nacional (como a decisão de Stimson, em 1929, de acabar com o serviço de decifração de códigos sob a alegação de que “cavalheiros não lêem as cartas dos outros”),¹⁵⁰ o fato é que nessa década os Estados Unidos ainda podiam permanecer como um gigante econômico, mas um peso médio militar. Talvez seja sintomático desse período de tranquilidade que os Estados Unidos ainda não tivessem um órgão civil-militar superior para o exame das questões estratégicas, como o Comitê de Defesa Imperial da Grã-Bretanha, ou o próprio Conselho de Segurança Nacional que mais tarde criaria. Que necessidade havia desse órgão, quando o povo americano tinha rejeitado, decisivamente, as idéias de guerra?

O papel importante dos Estados Unidos no colapso financeiro de 1929 foi descrito acima.¹⁵¹ O que é mais significativo, para o objetivo de medir o poderio nacional comparativo, é que a depressão e as guerras tarifárias subsequentes os atingiram muito mais do que a qualquer outra economia adiantada. Se isso ocorreu em parte devido à natureza incontrolada e volátil do capitalismo americano, foi em parte também resultado da decisão fatal de optar pelo protecionismo, tomada pelas tarifas Smoot-Hawley de 1930. Apesar das reclamações dos agricultores americanos e de alguns grupos de pressão industrial sobre a concorrência estrangeira desleal, a produtividade industrial e agrícola do país era tal — como o excedente das exportações sobre as importações mostrava claramente — que o fim da estrutura comercial mundial aberta prejudicaria mais as nações exportadoras do que quaisquer outras. “O PNB nacional caiu de \$98,4 bilhões em 1929 para cerca da metade disso, três anos depois. O valor dos produtos manufaturados em 1933 era de menos um quarto do que fora em 1929. Quase 15 milhões de trabalhadores tinham perdido seus empregos e estavam sem qualquer meio de vida... Durante esse mesmo período o valor das exportações americanas tinha diminuído de 5,24 bilhões de dólares para 1,61 bilhão, uma queda de 69%.”¹⁵² Com as outras nações refugiando-se apressadamente em protetores blocos de comércio, as indústrias americanas que dependiam muito das exportações foram devastadas. “As exportações de trigo, que tinham totalizado 200 milhões de dólares 10 anos antes, caíram para 5 milhões em 1932. As exportações de automóveis baixaram de 541 milhões de dólares em 1929 para 76 milhões em 1932.”¹⁵³ O comércio mundial sofreu um colapso geral, mas a parcela norte-americana do comércio exterior diminuiu ainda mais depressa, de 13,8% em 1929 para menos de 10% em 1932. E o que era mais, enquanto outras grandes potências recuperaram firmemente a produção de meados a fins da década de 1930, os Estados Unidos sofreram mais uma severa convulsão em 1937 que acarretou a perda de muito do terreno ganho nos cinco anos anteriores. Mas devido ao que foi chamado de “desarticulada economia mundial”¹⁵⁴ — isto é, a tendência para a formação de blocos de comércio muito mais auto-suficientes do que na década de 1920 — essa segunda depressão americana não atingiu outros países com a mesma severidade. A consequência geral foi que no ano da crise de Munique a parcela dos Estados Unidos na produção mundial de manufaturados era inferior a qualquer outro momento, desde cerca de 1910 (ver Quadro 30).

Quadro 30. Parcelas da produção manufatureira mundial, 1929-1938¹⁵⁵
(porcentagem)

	1929	1932	1937	1938
Estados Unidos	43,3	31,8	35,1	28,7
U.R.S.S.	5,0	11,5	14,1	17,6
Alemanha	11,1	10,6	11,4	13,2
Reino Unido	9,4	10,9	9,4	9,2
França	6,6	6,9	4,5	4,5
Japão	2,5	3,5	3,5	3,8
Itália	3,3	3,1	2,7	2,9

Devido à severidade dessa queda, e devido à queda da parcela do comércio exterior no PNB, a política americana sob Hoover e em especial sob Roosevelt tornou-se cada vez mais interiorizada. Tendo em vista a força da tendência isolacionista e os prementes problemas internos de Roosevelt, dificilmente se poderia esperar que ele desse aos assuntos internacionais a atenção concentrada que tanto Cordell Hull como o Departamento de Estado queriam dele. Não obstante, devido à posição crucial que os Estados Unidos continuavam ocupando na economia mundial, há certa substância na crítica à “preocupação com a recuperação interna” e ao “desejo de aparentar ação e resultados imediatos [e] ao hábito nacional de formação de política sem se preocupar muito com o impacto que os programas americanos poderiam ter sobre outras nações”.¹⁵⁶ A proibição de 1934 aos empréstimos a qualquer governo estrangeiro que tivesse deixado de pagar suas dívidas de guerra, o embargo de armas no caso de guerra, determinado em 1935, e, um pouco depois, a proibição de empréstimos a qualquer potência beligerante, simplesmente tornaram os ingleses e os franceses mais cautelosos do que nunca no enfrentamento dos estados fascistas. As denúncias da Itália, em 1935, foram acompanhadas de aumentos enormes dos fornecimentos de petróleo americano ao regime de Mussolini, para consternação do Almirantado britânico. As várias restrições comerciais à Alemanha e Japão, como uma reação parcial à sua agressão, “serviram para antagonizar [os dois] sem representar uma ajuda significativa aos adversários dessas nações. A diplomacia econômica de F. D. Roosevelt criou inimigos sem conquistar amigos ou sem apoiar possíveis aliados.”¹⁵⁷ Talvez a consequência mais séria — embora a responsabilidade deva ser partilhada — tenha sido as desconfianças mútuas que surgiram entre Whitehall e Washington precisamente na época em que os estados ditatoriais estavam fazendo o seu desafio.¹⁵⁸

Em 1937 e 1938, porém, Roosevelt começou a preocupar-se mais com as ameaças fascistas, embora a opinião pública e as dificuldades econômicas americanas tenham impedido que ele se manifestasse. Suas mensagens a Berlim e Tóquio tornaram-se mais firmes, seu encorajamento à Grã-Bretanha e França um pouco mais caloroso (embora isso pouco ajudasse as duas democracias, a curto prazo). Em 1938 conversações secretas anglo-americanas eram realizadas, versando sobre a maneira de enfrentar os desafios combinados do Japão e da Alemanha. O discurso da “quarentena” feito pelo presidente foi um indi-

cio precoce de que ele adotaria uma discriminação econômica contra os estados ditatoriais. Acima de tudo, Roosevelt pressionava agora pelos aumentos em grande escala nos gastos com a defesa. Como os números do Quadro 26 acima mostram, mesmo em 1938 os Estados Unidos estavam gastando menos em armamentos do que a Grã-Bretanha ou o Japão, e apenas uma fração das somas gastas pela Alemanha e a União Soviética. Não obstante, a produção de aviões praticamente dobrou entre 1937 e 1938, e nesse último ano o Congresso aprovou a Lei da “Primeira Marinha”, permitindo uma enorme expansão da esquadra. Também naquela época estava sendo submetido a provas o protótipo do bombardeiro B-17, o corpo de fuzileiros estava aperfeiçoando sua doutrina de guerra anfíbia, e o exército (que ainda não tinha um tanque decente) lutava com os problemas da guerra blindada e do planejamento para a mobilização de uma enorme força.¹⁵⁹ Quando a guerra estourou na Europa, nenhuma das forças armadas estava preparada; mas estavam em melhor forma, no que se relaciona com as exigências da guerra moderna, do que em 1914.

Mesmo essas medidas de rearmamento pouco perturbaram uma economia das proporções da norte-americana. O fato chave sobre ela, em fins da década de 1930, era estar grandemente *subutilizada*. O desemprego era de cerca de 10 milhões de pessoas em 1939, mas a produtividade industrial por hora-homem tinha sido muito melhorada com os investimentos em correias transportadoras, motores elétricos (em lugar das máquinas a vapor) e melhores técnicas administrativas, embora poucas dessas melhorias se evidenciassem em números *absolutos* de produção, devido à considerável redução das horas de trabalho do proletariado. Tendo em conta a menor demanda, que a recessão de 1937-1938 não contribuiu para melhorar, os vários esquemas do New Deal não foram suficientes para estimular a economia e aproveitar essa capacidade produtiva não utilizada. Em 1938, por exemplo, os Estados Unidos produziram 26,4 milhões de toneladas de aço, muito mais do que os 20,7 milhões da Alemanha, os 16,5 milhões da U.R.S.S. e os 6 milhões do Japão; mesmo assim, as indústrias do aço desses três últimos países operavam a plena capacidade, enquanto *dois terços* das usinas siderúrgicas americanas estavam ociosas. Essa subutilização seria modificada, dentro em pouco, pelos enormes programas de rearmamento.¹⁶⁰ A autorização de 1940 para a duplicação (!) da frota de combate da marinha, o plano da força aérea de criar 84 grupos com 7.800 aviões de combate, o estabelecimento (pela Lei do Serviço e Treinamento Seletivos) de um exército de cerca de 1 milhão de homens — tudo isso teve consequências para uma economia que não estava, ao contrário da Itália, França e Grã-Bretanha, sofrendo sérios problemas estruturais, mas simplesmente era subutilizada, devido à Depressão. Precisamente porque os Estados Unidos tinham uma enorme capacidade excedente, ao passo que as outras economias estavam superaquecidas, talvez as estatísticas mais significativas para compreendermos o resultado da futura luta não sejam os números de 1938 para a produção real do aço, ou a produção industrial, mas sim os que procuram medir a renda nacional (Quadro 31) e, embora imprecisamente, “o potencial de guerra relativo” (Quadro 32). Pois em cada caso eles nos lembram que se os Estados Unidos sofreram desproporcionalmente durante a Grande Depressão, ainda assim continuavam (nas palavras do almirante Yamamoto) um gigante adormecido.

Quadro 31. Renda nacional das potências em 1937 e gasto percentual com a defesa¹⁶¹

	Renda Nacional (bilhões de dólares)	Percentual da Defesa
Estados Unidos	68	1,5
Império Britânico	22	5,7
França	10	9,1
Alemanha	17	23,5
Itália	6	14,5
U.R.S.S.	19	26,4
Japão	4	28,2

Quadro 32. Potencial bélico relativo das potências em 1937¹⁶²

Estados Unidos	41,7%
Alemanha	14,4%
U.R.S.S.	14,0%
Reino Unido	10,2%
França	4,2%
Japão	3,5%
Itália	2,5%
(Sete potências 90,5%)	

O despertar desse gigante depois de 1938, e especialmente depois de 1940, constitui uma confirmação final da questão crucial da *adequação temporal* nas corridas de armas e cálculos estratégicos da época. Como a Grã-Bretanha e a União Soviética um pouco antes, os Estados Unidos estavam agora procurando a distância, em armamentos, que se tinha criado devido aos pesados gastos com a defesa realizados antes pelos estados fascistas. As estatísticas deixavam claro que eles poderiam gastar mais do que qualquer outro país, se houvesse a vontade política para isso internamente; ainda em 1939 a defesa dos Estados Unidos absorvia apenas 11,7% do total das despesas e apenas 1,6% do PNB¹⁶³ — porcentagens muito inferiores às de qualquer outra grande potência. Um aumento na parcela dos gastos com a defesa no PNB americano para aproximá-lo das proporções dedicadas aos armamentos pelos estados fascistas tornaria automaticamente os Estados Unidos o mais poderoso país do mundo, militarmente. Há, porém, muitos indícios de que Berlim e Tóquio compreenderam que isso limitaria suas oportunidades de expansão futura. No caso de Hitler, a questão se complica pelo seu desprezo pelos Estados Unidos como uma potência degenerada, miscigenada, mas também sentia que não ousava esperar até meados de 1940 para reiniciar suas conquistas, já que o equilíbrio militar teria, então, pendido decisivamente para o campo anglo-franco-americano.¹⁶⁴ Quanto ao lado japonês, como os Estados Unidos eram levados mais a sério, os cálculos eram mais precisos: assim, a marinha japonesa calculava que, enquanto sua força em cruzadores seria uns respeitáveis 70% da marinha americana em fins de 1941, “isso cairia a 65% em 1942, a 50% em 1943 e a desastrosos 30% em 1944”.¹⁶⁵ Como a Alemanha, o

Japão também tinha um poderoso incentivo estratégico para agir logo, para poder escapar de sua sorte de potência meio-pesada, num mundo cada vez mais obscurecido pelas superpotências.

O desdobramento da crise, 1931-1942

Quando as forças e debilidades relativas de cada uma das grandes potências são vistas em sua totalidade, e também integradas na dinâmica econômica e militar-tecnológica da época, o curso da diplomacia internacional da década de 1930 torna-se mais inteligível. Isso não significa que as raízes *locais* das várias crises — seja em Mukden, Etiópia, ou nos Sudetos — fossem completamente irrelevantes, ou que não teria havido problemas internacionais se as grandes potências vivessem em harmonia. Mas é claro que ao aparecimento de cada crise regional os estadistas em cada uma das capitais mais importantes eram obrigados a ver tais acontecimentos à luz do cenário diplomático mais amplo e, talvez mais especialmente, de seus prementes problemas internos. O primeiro ministro britânico, MacDonald, disse isso muito bem ao seu colega Baldwin, depois que o caso da Manchúria, de 1931, se combinara com a crise da libra esterlina e o colapso do segundo governo trabalhista:

Ficamos todos tão preocupados com os problemas do dia-a-dia que nunca tivemos a oportunidade de examinar o conjunto da situação e estabelecer uma política sobre ele, e sim de viver de agitação em agitação.¹⁶⁶

Isso nos mostra bem como as preocupações dos políticos eram com frequência imediatas e práticas, e não a longo prazo e estratégicas. Mesmo, porém, depois de ter o governo britânico recuperado seu fôlego, não há indícios de que pensasse numa modificação da sua circunspecta política para com a conquista da Manchúria pelo Japão. Além da constante necessidade de enfrentar os problemas econômicos, e inquebrantável aversão do público pelos envolvimento no Extremo Oriente, os líderes britânicos tinham consciência das pressões dos domínios em favor da paz e do estado precário das defesas imperiais numa região em que o Japão tinha a vantagem estratégica. De qualquer modo, havia britânicos que aprovaram a decisão de Tóquio de negociar com os irritantes nacionalistas chineses e muitos outros que desejavam manter boas relações com o Japão. Mesmo quando tais sentimentos desapareceram depois de novas agressões japonesas, a única maneira pela qual Whitehall poderia ser levada a uma ação mais forte seria em conjunto com a Liga e/ou as outras grandes potências.

Mas a própria Liga, por mais admiráveis que fossem os seus princípios, não tinha meios efetivos de impedir a agressão japonesa na Manchúria, a não ser pelas forças armadas de seus principais membros. Assim, seu recurso a uma comissão de investigações (a Comissão Lytton) apenas deu às potências a desculpa para retardar a ação, enquanto o Japão continuava sua conquista. Dos estados principais, a Itália não tinha interesses reais no Extremo Oriente. A Alemanha, embora tendo laços comerciais e militares com a China, preferia aguardar, enquanto observava se o “revisionismo” japonês poderia constituir

um precedente útil na Europa. A União Soviética estava preocupada com a agressão japonesa, mas era improvável que fosse convidada a cooperar com as outras potências e não tinha a intenção de ser empurrada para frente sozinha. Os franceses, como era presumível, foram colhidos num dilema: não desejavam ver a criação de precedentes para a modificação dos limites territoriais existentes, e o desprezo pelas resoluções da Liga; por outro lado, cada vez mais preocupados com o rearmamento clandestino da Alemanha, e a necessidade de manter o *status quo* na Europa, recebiam que as complicações militares, do problema alemão. Embora Paris adotasse uma posição pública firme de acordo com princípios da Liga, privadamente deixou transparecer a Tóquio que compreendia os problemas japoneses na China.¹⁶⁷ Em contraste, o governo dos Estados Unidos — ou pelo menos o Secretário de Estado, Stimson — não aprovava os atos do Japão, vendo neles, acertadamente, uma ameaça ao mundo de portas abertas do qual, pelo menos em teoria, o modo de vida americano tanto dependia. Mas as condenações de Stimson, baseadas em elevados princípios, não tiveram atração nem para Hoover — que temia os envolvimento das consequências — nem para o governo britânico, que preferia tergiversar a censurar. O resultado foi uma discussão entre Stimson e Hoover, em suas respectivas memórias, e (o que é mais significativo) um legado de desconfianças entre Washington e Londres. Tudo isso constituía um exemplo deprimente e convincente do que um estudioso chamou de “limites da política externa”.¹⁶⁸

Se a ação militar japonesa na Manchúria em 1931 foi, ou não, realizada sem o conhecimento de Tóquio,¹⁶⁹ era menos importante do que o fato de que teve êxito e foi ampliada, sem que o Ocidente pudesse fazer nada de substancial. As consequências mais amplas foram que a Liga se revelara um instrumento ineficiente para evitar a agressão, e que as três democracias ocidentais eram incapazes de uma ação unificada. Isso evidenciou-se também nas discussões contemporâneas em Genebra sobre o desarmamento em terra e no ar; os Estados Unidos estavam ausentes também ali, mas as discordâncias anglo-francesas sobre como reagir às exigências alemãs de “igualdade” e a continuada relutância britânica a oferecer quaisquer garantias que diminuíssem os receios da França significaram que o novo regime de Hitler podia abandonar as conversações e denunciar os tratados existentes, sem medo de qualquer represália.¹⁷⁰

O reaparecimento da ameaça alemã em 1933 criou novas tensões para a cooperação diplomática anglo-franco-americana, num momento em que a Conferência Econômica Mundial de dissolvera e as três democracias estavam estruturando seus blocos de moeda e trocas próprios. Embora a França fosse a mais ameaçada, diretamente, pela Alemanha, foi a Grã-Bretanha que sentiu ter sido a sua liberdade de manobras mais substancialmente restringida. Em 1934 tanto o gabinete como sua Comissão das Necessidades de Defesa admitiam, que embora o Japão fosse o perigo mais imediato, a Alemanha era o maior, a prazo mais longo. Mas como não era possível ser forte contra os dois, era importante conseguir reconciliação numa dessas regiões. Enquanto certos círculos eram favoráveis à melhoria das relações com o Japão, de modo a poder resistir melhor à Alemanha, o Foreign Office argumentava que um

entendimento anglo-japonês no Extremo Oriente arruinaria as delicadas relações de Londres com os Estados Unidos. Por outro lado, podia-se observar aos círculos imperiais e navais que queriam dar prioridade ao fortalecimento das defesas britânicas no Oriente, que era impossível voltar as costas à preocupação francesa com o revisionismo alemão e (depois de 1935) que seria fatal desconhecer a crescente ameaça representada pela Luftwaffe. No resto da década, os responsáveis pelas decisões em Whitehall procuraram escapar desse dilema estratégico de enfrentar inimigos potenciais nos extremos do globo.¹⁷¹

Em 1934 e 1935, porém, esse dilema parecia perturbador, mas não agudo. Se o regime de Hitler era evidentemente desagradável, ainda assim ele se tinha mostrado surpreendentemente disposto a negociar um acordo com a Polônia; de qualquer modo, a Alemanha ainda era muito mais fraca em termos militares do que a França ou a Rússia. Além disso, o esforço alemão para ficar com a Áustria depois do assassinato de Dolfuss em 1934 tinha levado Mussolini a enviar tropas para o passo de Brenner, como uma advertência. A perspectiva de uma associação da Itália com as potências do *status quo* era particularmente consoladora para a França, que buscou formar uma coalizão antigermânica na “Frente de Stresa” de abril de 1935. Quase que ao mesmo tempo, Stalin indicou que também ele desejava associar-se aos estados “amantes da paz”, e em 1935 a União Soviética não só tinha entrado para a Liga das Nações, como tinha também celebrado seus pactos de segurança com Paris e Praga. Embora Hitler tivesse deixado clara a sua oposição a um “Locarno no leste”, a Alemanha parecia ter sido bem contida por todos os lados. E no Extremo Oriente, o Japão estava tranquilo.¹⁷²

Na segunda metade de 1935, porém, esse cenário encorajador desintegrava-se rapidamente sem que Hitler tivesse levantado um dedo. As diferentes visões anglo-americanas do “problema de segurança” já se revelavam no consangüíneo britânico ante a renovação dos elos franceses com a Rússia de um lado, e o desânimo francês ante o acordo naval anglo-germânico de junho de 1935 do outro. As duas decisões foram tomadas unilateralmente para proporcionar mais alguma segurança. A França queria trazer a U.R.S.S. para o equilíbrio europeu, a Grã-Bretanha estava ansiosa para harmonizar suas necessidades navais nas águas européias e no Extremo Oriente, mas cada uma dessas medidas pareceu ao outro representar um sinal errôneo para Berlim.¹⁷³ Mesmo assim, tais contradições podiam ser prejudiciais, mas não eram catastróficas, o que não se pode dizer da decisão de Mussolini de invadir a Abissínia depois de uma série de choques locais e na tentativa inútil de realizar sua ambição de criar um novo Império Romano. Também isso foi um bom exemplo de uma questão regional que teve ramificações extraordinariamente mais amplas. Para os franceses, horrorizados com a idéia de transformar um novo aliado potencial contra a Alemanha em inimigo acerbado, todo o episódio da Abissínia foi um desastre sem salvação: tolerar uma transgressão flagrante dos princípios da Liga era perturbador, bem como o exercício de força que Mussolini fazia (pois onde poderia ele atacar em seguida?); por outro lado, levar a Itália para o campo alemão seria um espantoso ato de loucura em termos estritamente de *Realpolitik* — mas era pouco provável que esta última consideração pesasse com os britânicos idealistas.¹⁷⁴ Não obstante, o proble-

ma de Whitehall era pelo menos das mesmas proporções, já que não só tinha de enfrentar uma reação pública ainda maior contra a flagrante transgressão italiana dos princípios da Liga, como também tinha de preocupar-se com o que o Japão poderia fazer no Extremo Oriente, se o Ocidente se envolvesse num *imbroglio* mediterrâneo. Enquanto a França temia que um desentendimento com a Itália tentasse Hitler na Renânia, a Grã-Bretanha desconfiava que isso estimularia o Japão a expandir-se mais pela Ásia, sobretudo porque, naquele exato momento, Tóquio estava na iminência de denunciar os tratados navais e empenhar-se numa ilimitada ampliação de sua frota.¹⁷⁵ Num sentido mais amplo, ambas tinham razão; a dificuldade, como sempre, estava em conciliar o problema imediato com a implicação a prazo mais longo.

Os receios franceses foram os primeiros a se realizarem. A oferta anglo-francesa de 1935, de uma reformulação territorial no nordeste da África a favor da Itália (o pacto Hoare-Laval) provocou uma explosão de indignação na opinião pública britânica. Mas enquanto os governos de Londres e Paris se dividiam na reação àquele estado de espírito, ao mesmo tempo que em sigilo continuavam a enfrentar razões estratégicas e econômicas esmagadoramente plausíveis pelas quais não deviam ir à guerra com a Itália, Hitler preferiu ordenar a recuperação da Renânia desmilitarizada (março de 1936). Em termos rigorosamente militares, isso não foi um golpe muito sério; era muito improvável que a França pudesse, então, ter lançado uma ofensiva contra a Alemanha, e totalmente impossível aos ingleses fazer a mesma coisa.¹⁷⁶ Esse novo abalo no acordo de Versalhes — e o total abandono do Tratado de Locarno — suscitou a questão geral do que era, ou não era, uma maneira internacionalmente aceitável de modificar o *status quo*. Devido à incapacidade de seus principais membros de deter a agressão de Mussolini em 1935-1936, a Liga estava agora muito desacreditada: teve um papel muito reduzido, ou nenhum, na Guerra Civil Espanhola ou no ataque frontal do Japão à China em 1937. Para conter novas modificações na ordem territorial existente, ou pelo menos para controlá-las, só seriam eficazes as medidas decididas contra os Estados "revisionistas", tomadas pelas principais potências do *status quo*.

Mas para nenhuma destas a ameaça de recorrer às armas parecia uma possibilidade realizável. Na verdade, no momento em que os países fascistas se aproximavam (em novembro de 1937 Alemanha e Japão firmaram seu pacto anti-Comintern, pouco depois de ter Mussolini proclamado o eixo Roma-Berlim), seus adversários potenciais voltavam-se cada mais para problemas internos, e tornavam-se cada vez mais desunidos.¹⁷⁷ Apesar dos ressentimentos americanos pela invasão japonesa da China e o bombardeio do U.S.S. Panay, o ano de 1937 não foi muito bom para que Roosevelt desse passos decisivos nas questões de além-mar, mesmo que o tivesse desejado: a economia tinha sido atingida por uma nova recessão, e o Congresso aprovava uma legislação neutralizante ainda mais rígida. Como tudo o que Roosevelt podia oferecer eram palavras de condenação, sem qualquer promessa de agir, suas políticas apenas "tenderam a fortalecer as dúvidas anglo-francesas sobre a confiabilidade da América".¹⁷⁸ De maneira bastante diferente, Stalin também se concentrava nos assuntos internos, já que seus expurgos e julgamentos públicos estavam então no auge. Embora ele prestasse cautelosa ajuda à República Espanhola na Guerra Civil, sabia que muitos, no Ocidente, gostavam ainda menos dos

"camisas vermelhas" do que dos "camisas negras", e que seria muito perigoso ser levado a um conflito aberto com o Eixo. A ação do Japão no Extremo Oriente e a assinatura de um pacto anti-Comintern tornaram-no ainda mais cauteloso.

Mas a potência mais afetada, negativamente, por tudo isso, nos anos de 1936-1937, foi sem dúvida a França. Não só sua economia estava abalada e o cenário político tão dividido que alguns observadores a consideravam próxima da guerra civil, como também seu complicado sistema de segurança na Europa tinha sido quase que totalmente destruído numa série de golpes fulminantes. A reocupação alemã da Renânia eliminou qualquer possibilidade restante de que o exército francês pudesse empreender ações efetivas para pressionar Berlim; o país parecia agora perigosamente vulnerável à Luftwaffe, exatamente quando a força aérea francesa se estava tornando obsoleta. A questão da Abissínia e o eixo Roma-Berlim transformaram a Itália de aliado potencial em inimigo imprevisível e ameaçador; a retirada da Bélgica para o isolamento deslocava os planos existentes para a defesa das fronteiras setentrionais da França, e não havia como (devido ao custo) estender a Linha Maginot para cobrir essa lacuna; a Guerra Civil Espanhola criava a sombra perspectiva de um Estado fascista, pró-Eixo, na retaguarda francesa, e na Europa oriental, a Iugoslávia estava mais próxima da Itália e a Pequena *Entente* parecia moribunda.¹⁷⁹

Nessas circunstâncias sombrias e quase paralisantes, o papel da Grã-Bretanha adquiriu importância crítica, enquanto Neville Chamberlain substituiu (em maio de 1937) Baldwin como primeiro-ministro. Preocupado com a vulnerabilidade econômica estratégica de seu país, e horrorizado pessoalmente com a perspectiva de guerra, Chamberlain estava disposto a afastar qualquer futura crise na Europa com ofertas "positivas" para satisfazer as reivindicações dos ditadores. Desconfiando da União Soviética, desdenhando a "verborragia" de Roosevelt, impaciente com o que lhe parecia ser a confusa diplomacia da França, de intransigência e passividade, e considerando a Liga como totalmente ineficiente, o primeiro-ministro adotou sua própria estratégia para assegurar uma paz duradoura pelo apaziguamento. Mesmo antes disso, Londres vinha acenando para Berlim com concessões comerciais e coloniais; a contribuição de Chamberlain foi de aumentar o ritmo, dispondo-se a examinar modificações territoriais na própria Europa. Ao mesmo tempo, e precisamente por ver na Alemanha o perigo maior, o primeiro-ministro estava ansioso para melhorar as relações com a Itália, na esperança de separar esse país do Eixo.¹⁸⁰ Tudo isso tinha de ser controverso — e provocou, *inter alia*, a renúncia do secretário do exterior de Chamberlain (Eden) em princípios de 1938, e críticas de um número pequeno, mas crescente, de antiapaziguadores internamente, bem como aumentou as desconfianças em Washington e Moscou — mas por outro lado bem se poderia dizer que muitas ações diplomáticas ousadas na história também foram controversas. A verdadeira falha da estratégia de Chamberlain, compreendida por alguns observadores, mas nem todos, na Europa, era ser Hitler fundamentalmente *inapaziguável* e estar disposto a estabelecer uma futura ordem territorial que não podia ser satisfeita apenas por ajustes de pequena escala.

Se essa conclusão tornou-se clara em 1939, e mais ainda em 1940-1941,

ela não era evidente para o governo britânico, ou mesmo para o francês, no ano crítico de 1938. A tomada da Áustria na primavera daquele ano foi um exemplo desagradável da predileção de Hitler por gestos inesperados, mas seria possível fazer objeções ao princípio de juntar alemães com alemães? Ela apenas intensificou a convicção de Chamberlain de que a questão da minoria de língua alemã na Tchecoslováquia tinha de ser solucionada antes que a crise levasse as potências até a beira, e além, da guerra. Reconhecidamente, a questão dos Sudetos era muito mais delicada — também a Tchecoslováquia tinha direitos a uma soberania garantida internacionalmente, e o desejo das potências ocidentais de satisfazer Hitler parecia agora mais influenciado pelos negativos medos egoístas do que por ideais positivos — mas a verdade era que o Führer era o único líder, na época, preparado para lutar, e estava realmente irritado com a perspectiva de ser o esmagamento da Tchecoslováquia impossibilitado pelas concessões obtidas na conferência de Munique. Como sempre, eram necessários dois para haver uma guerra de grandes potências, e em 1938 não havia nenhum adversário disposto a enfrentar Hitler.¹⁸¹

Como faltava no Ocidente a vontade política e a vontade popular de guerra, não há razão para nos ocuparmos aqui do velho debate sobre o que poderia ter acontecido se a Grã-Bretanha e a França tivessem lutado em favor da Tchecoslováquia, embora valha a pena notar que o equilíbrio militar não era tão favorável à Alemanha quanto sugeriram os vários apologistas do apaziguamento.¹⁸² O que é claro, porém, é que tal equilíbrio pendeu ainda mais a favor de Hitler depois do acordo de Munique. A eliminação da Tchecoslováquia como uma substancial força europeia de peso médio, em março de 1939, a aquisição, pela Alemanha, das armas, fábricas e matérias-primas tchecas e a crescente desconfiança de Stalin em relação ao Ocidente superaram os fatores que pesavam em favor de Londres e Paris, como o considerável aumento na produção britânica de armas, a cooperação militar anglo-francesa mais íntima ou a modificação da opinião pública na Grã-Bretanha e nos domínios, agora favorável a um enfrentamento com Hitler. Ao mesmo tempo, Chamberlain falhou (janeiro de 1939) em sua tentativa de separar a Itália do Eixo, ou evitar suas agressões nos Balcãs — mesmo que Mussolini, por prementes razões próprias, não lutasse imediatamente ao lado de seu colega ditador numa guerra de grandes potências contra as nações ocidentais.

Quando Hitler começou a pressionar a Polônia, em fins da primavera de 1939, portanto, as possibilidades de evitar um conflito eram menores do que no ano anterior — e as perspectivas de uma vitória anglo-francesa, em caso de guerra, eram *muito* menores. A anexação, pela Alemanha, do “mutilado” estado da Tchecoslováquia, em março de 1939, e a invasão da Albânia pela Itália um mês depois, levaram as democracias, sob crescente pressão da opinião pública, a “conter Hitler”, a oferecer garantias à Polónia, Grécia, Romênia e Turquia, ligando dessa forma a Europa ocidental à sorte da Europa oriental, em proporções que pelo menos os ingleses não tinham previsto jamais. Mas a Polónia não podia ser ajudada diretamente pelos países ocidentais, e qualquer assistência *indireta* seria pequena num período em que o exército francês tinha assumido a defesa estratégica e os ingleses estavam concentrando uma proporção tão elevada de seus recursos na melhoria das defesas áreas do país. A única ajuda direta que podia ser prestada à Polónia

tinha de vir do leste, e se o governo de Chamberlain não via com entusiasmo os acordos com Moscou, os poloneses, por sua vez, eram claramente contra a presença do Exército Vermelho em seu território. Como a preocupação esmagadora de Stalin era ganhar tempo e evitar uma guerra, e a necessidade de Hitler era aumentar a pressão sobre as nações ocidentais para que abandonassem a Polónia, os dois ditadores tinham interesse em realizar uma “transação” às expensas de Varsóvia, apesar de suas diferenças ideológicas. O surpreendente anúncio do pacto Molotov-Ribbentrop (23 de agosto de 1939) não só melhorou a posição estratégica da Alemanha como também tornou praticamente inevitável a guerra com a Polónia. Dessa vez, o “apaziguamento” não era uma opção possível a Londres e Paris, mesmo que as circunstâncias econômicas e militares aconselhassem (mais, talvez, do que nos anos anteriores) que se evitasse um conflito de grandes potências.¹⁸³

A deflagração da Segunda Guerra Mundial encontrou, portanto, a França e a Inglaterra mais uma vez contra a Alemanha e, como em 1914, uma força expedicionária britânica foi mandada para o outro lado do canal da Mancha, enquanto a marinha anglo-francesa impunha seu bloqueio marítimo.¹⁸⁴ Sob muitos outros aspectos, porém, os contornos estratégicos dessa guerra foram muito diferentes dos da anterior, e desvantajosos para os Aliados. Não só a inexistência de uma frente oriental, como também o acordo político entre Berlim e Moscou para retalhar a Polónia, levou também a arranjos comerciais, de modo que um fluxo crescente de matérias-primas procedente da Rússia aliviou os efeitos que o bloqueio poderia ter sobre a economia alemã. É certo que no primeiro ano da guerra os estoques de petróleo e outras matérias-primas ainda eram desesperadamente baixos na Alemanha, mas a produção de *ersatz*, o minério de ferro sueco e os crescentes fornecimentos da Rússia ajudaram a preencher a lacuna. Além disso, a inércia aliada na frente ocidental significou uma pequena pressão apenas sobre as reservas de petróleo e munições da Alemanha. Finalmente, não havia aliados difíceis de carregar, para a Alemanha, como a Áustria-Hungria na guerra de 1914-1918. Se a Itália tivesse entrado no conflito em setembro de 1939, suas deficiências econômicas poderiam ter representado um peso excessivo sobre os mínguados estoques do Reich e, talvez, reduzido as possibilidades do ataque alemão no oeste em 1940. Na verdade, a participação da Itália teria complicado a posição anglo-francesa no Mediterrâneo, mas talvez não muito, e a neutralidade de Roma fez dela um canal conveniente para o comércio alemão — razão pela qual muitos dos planejadores em Berlim esperavam que Mussolini permanecesse nos bastidores.¹⁸⁵

Embora a “falsa guerra” não tenha posto à prova a vulnerabilidade econômica da Alemanha, permitiu-lhe aperfeiçoar os elementos da estratégia nacional nos quais a *Wehrmacht* era tão superior — isto é, doutrina operacional, combinação das diferentes armas, poder aéreo tático e guerra ofensiva descentralizada. A campanha polonesa, em especial, confirmou a eficácia da guerra de Blitzkrieg, revelou várias debilidades (que puderam então ser corrigidas) e fortaleceu a confiança alemã na sua capacidade de vencer os inimigos com ataques rápidos, de surpresa, e a concentração adequada de poderio aéreo e blindado. Isso se evidenciou facilmente, outra vez, na rápida vitória sobre a Dinamarca e Holanda, embora a geografia tornasse a Noruega

inacessível às divisões panzer alemãs e sujeita à influência do poder marítimo britânico, razão pela qual essa campanha permaneceu indecisa por algum tempo, até que se estabelecesse o predomínio da Luftwaffe. O melhor exemplo, porém, da superioridade da doutrina militar alemã e da sua capacidade operacional tática foi dado pela campanha da França de maio-junho de 1940, quando a infantaria e as forças blindadas aliadas, maiores mas menos organizadas, foram destruídas pelos tanques e a infantaria motorizada de Guderian. Em todos esses encontros, o atacante dispunha de considerável superioridade aérea. Ao contrário das batalhas de 1914-1916, portanto, nas quais nenhum dos lados revelou muita habilidade em usar as novas condições de guerra, essas campanhas de 1940 revelaram vantagens alemãs que pareciam compensar a vulnerabilidade econômica da Alemanha a uma guerra mais prolongada.¹⁸⁶

E o que era mais, vencendo de maneira tão decisiva em 1939-1940, a máquina de guerra alemã ampliou de muito os recursos de que dispunha em petróleo e matérias-primas. Não só pôde (e realmente o fez) saquear intensivamente seus inimigos derrotados, como a eliminação da França e a incapacidade óbvia de a Inglaterra lançar uma grande campanha militar também significavam que não seriam feitas exigências sérias aos estoques da Wehrmacht numa campanha prolongada. Uma ligação terrestre tinha sido estabelecida para as matérias-primas procedentes da Espanha, os minérios da Suécia estavam agora a salvo das expedições aliadas, e a Rússia, secretamente atemorizada com os rápidos sucessos de Hitler, aumentava seus fornecimentos. Nessas circunstâncias, a entrada da Itália na guerra, exatamente no momento do colapso da França, não foi o peso econômico que poderia ter sido — e, na verdade, desviou recursos britânicos da Europa para o Oriente Próximo, embora o desastre espetacular da campanha da Itália mostrasse como sua força tinha sido exagerada durante toda a década de 1930.¹⁸⁷

Se a guerra tivesse continuado simplesmente com esses beligerantes, é difícil dizer quanto tempo poderia ter continuado. O Império Britânico, sob Churchill, estava disposto a continuar a luta e mobilizava grande número de homens e estoques de munições — superando a Alemanha tanto na produção de tanques como de aviões, em 1940, por exemplo.¹⁸⁸ E embora as reservas britânicas de ouro e dólares fossem então insuficientes para custear os fornecimentos americanos, Roosevelt conseguiu desfazer a prejudicial legislação neutralizante e convencer o Congresso de que era do interesse da segurança do país ajudar a Grã-Bretanha — pelo empréstimo e arrendamento, pela troca de “destróiers por bases”, pela proteção de comboios e assim por diante.¹⁸⁹ O resultado geral deixaria os dois principais combatentes na posição de serem incapazes de desfechar um golpe decisivo contra o adversário. Se a batalha da Inglaterra tornou impossível uma invasão alemã através do canal da Mancha, o desequilíbrio das forças tornou um desembarque militar na Europa impossível. As incursões dos bombardeiros Command sobre a Alemanha eram boas para o moral britânico, mas àquela altura causaram poucos danos. Apesar de ataques ocasionais no Atlântico Norte, a frota de superfície alemã não tinha condições de enfrentar a Royal Navy; por outro lado, a campanha dos submarinos era ameaçadora graças às novas táticas de Doenitz e a mais submarinos em operação. Na África do Norte, Somália e Abissínia, as forças

do Império Britânico tiveram facilidade em tomar posições ocupadas pelos italianos, mas grande dificuldade em enfrentar a forma explosiva de guerra praticada pelo *Afrika Korps* de Rommel, ou pelas forças alemãs que invadiram a Grécia. O segundo ano do que foi chamado de “a última guerra europeia” caracterizou-se, portanto, por vitórias defensivas e pequenos ganhos, e não por encontros e conquistas épicas.¹⁹⁰

Inevitavelmente, portanto, a fatídica decisão de Hitler de invadir a Rússia em 1941 modificou todas as dimensões do conflito. Estrategicamente, isso significou que a Alemanha tinha agora de lutar em várias frentes e, com isso, voltar ao seu dilema de 1914-1917 — constituindo isso um peso muito grande para a Luftwaffe, que teve seus esquadrões dispersos entre oeste, leste e Mediterrâneo. Fez também com que a posição do Império Britânico no Oriente Médio — que teria sido certamente conquistado se Hitler tivesse enviado um quarto de seus soldados e aviões usados na Operação Barbarossa — continuaria sendo, bem como algumas ilhas no Canal, um trampolim para uma contra-ofensiva no futuro. E, mais importante, a simples extensão geográfica e as exigências logísticas de uma campanha a centenas de quilômetros no interior da Rússia acabaram com a maior vantagem da Wehrmacht: sua capacidade de lançar ataques fulminantes dentro de espaços limitados, de modo a superar o inimigo antes que suas reservas acabassem e sua máquina de guerra diminuísse de ritmo. Em contraste com a estúpida disposição de forças de combate reunidas pela Alemanha e seus aliados em junho de 1941, os recursos de apoio e avanço eram mínimos, especialmente devido ao precário sistema de estradas; nenhuma reflexão se fizera sobre a guerra no inverno, pois se supunha que a luta terminasse em três meses. A produção alemã de aviões era, em 1941, significativamente menor do que a da Grã-Bretanha ou Rússia, para não falarmos dos Estados Unidos. A Wehrmacht tinha menos tanques do que a Rússia; e os abastecimentos de petróleo e munição foram rapidamente esgotados pela campanha extensa.¹⁹¹ Mesmo quando a Wehrmacht obtinha êxitos espetaculares — e a distribuição das forças ordenada por Stalin ante o iminente ataque permitiu aos alemães matar ou capturar 3 milhões de russos nos primeiros quatro meses de guerra — isso, em si, não resolvia o problema. A Rússia podia sofrer perdas tremendas de homens e equipamentos, e ceder 1 milhão de quilômetros quadrados de território, sem ser derrotada; a tomada de Moscou, ou talvez mesmo do próprio Stalin, poderia não ter provocado a rendição, devido às reservas extraordinariamente grandes do país. Em suma, era uma guerra sem limites, e o Terceiro Reich, com todos os seus imponentes sucessos e brilhantismo operacional, não estava adequadamente equipado para ela.

Se a Rússia podia ter sobrevivido ao exército alemão às portas de Moscou e a um pesado ataque do Japão à Sibéria, em dezembro de 1941, é outra questão, sobre a qual é fascinante especular, mas para a qual é impossível encontrar uma resposta. Ao assinar o Pacto Tripartite (setembro de 1940) com a Alemanha e Itália e, mais tarde (abril de 1941), o tratado de neutralidade com a União Soviética, o Japão esperava conter esta última para poder concentrar-se em sua expansão para o sul; mas muitos, em Tóquio, sentiram-se tentados a uma nova guerra contra a Rússia, ao ser divulgada a notícia do avanço alemão sobre Moscou. Se realmente o exército japonês tivesse atacado seu tradicional

ESTRATÉGIA E ECONOMIA NO PRESENTE E NO FUTURO

inimigo na Ásia, em lugar de concordar com operações ao sul, poderia ter sido difícil a Roosevelt persuadir o povo americano a participar plenamente de tal guerra, e a assistência que os ingleses poderiam ter dado à Rússia no Extremo Oriente (se Churchill tivesse sido o único a entrar no conflito) teria sido mínima. Em lugar de enfrentar aquela terrível perspectiva de duas frentes, Stalin pôde desviar da Sibéria, em fins de 1941, suas divisões bem treinadas e preparadas para a guerra no inverno, a fim de ajudar a conter a ofensiva alemã e fazê-la recuar.¹⁹² Do ponto de vista de Tóquio, porém, a decisão de expandir-se para o sul era absolutamente lógica. O embargo ocidental ao comércio com o Japão e o congelamento de seus bens em julho de 1941 (depois da tomada da Indochina francesa pelo Japão) deu ao exército e à marinha a perfeita consciência de que se não cedessem às exigências políticas da América, ou tentassem apossar-se do petróleo e matérias-primas do sudeste da Ásia, ficariam economicamente arruinados em poucos meses. A partir de julho de 1941, portanto, uma guerra no norte contra a Rússia tornou-se praticamente impossível, e as operações ao sul praticamente inevitáveis — mas como não se esperava que os americanos permanecessem indiferentes enquanto o Japão tomava Bornéu, Malásia e as Índias Orientais holandesas, então as suas instalações militares no Pacífico ocidental — e sua base em Pearl Harbor — também precisavam ser eliminadas. Simplesmente para manter o impulso do seu “incidente chinês”, os generais japoneses passaram a considerar necessárias as operações em grande escala a milhares de quilômetros de sua pátria, contra alvos dos quais mal tinham ouvido falar.¹⁹³

Dezembro de 1941 marcou o segundo ponto crucial de uma guerra que se tinha, já então, tornado mundial. Os contra-ataques russos ao redor de Moscou, no mesmo mês, confirmaram que pelo menos ali a Blitzkrieg tinha falhado. E se a espantosa coleção de êxitos japoneses nos seis primeiros meses da guerra no Pacífico constituíram pesados golpes para os Aliados, nenhum dos territórios perdidos (nem mesmo Cingapura ou as Filipinas) era realmente vital, em termos estratégicos gerais. Foi muito mais importante o fato de que as ações japonesas e a gratuita declaração de guerra de Hitler aos Estados Unidos tivessem finalmente levado ao conflito o mais poderoso país do mundo. Na verdade, a produtividade industrial, por si só, não podia assegurar a eficiência militar — e a capacidade operacional alemã, em particular, significava que as simples comparações de homem a homem e dólar a dólar eram tolice¹⁹⁴ — mas a Grande Aliança, como Churchill gostava de chamá-la, era tão superior em termos materiais ao Eixo, e suas bases produtivas estavam tão distante das forças armadas alemãs e japonesas, que ela tinha recursos e a oportunidade para acumular uma esmagadora força militar que nenhum dos adversários anteriores da agressão fascista podia ter esperanças de possuir. Dentro de mais um ano, de fato, a previsão de Tocqueville de 1835 sobre o aparecimento de um mundo bipolar estava, finalmente, a ponto de tornar-se realidade.

- World War* (Londres, 1965); *idem*, *War and Social Change in the Twentieth Century*, caps. 2-3.
234. Esse tema está em todos os livros de Kennan; por exemplo, ver *Decline of Bismarck's European Order*, p. 3. De tendência semelhante é Holzle, psicológico, referindo-se à bibliografia mais detalhada, ver Schmitt e Vedeler. *World in the Crucible*, p. 476 ss., e J. Joll. *Europe Since 1870* (Londres, 1973), esp. cap. 11.
235. Ver as anedotas em M. Middlebrook. *The Kaiser's Battle: 21 March 1918* (Londres, 1978).
236. Números sobre as despesas de guerra de Hardach. *First World War*, p. 153; total de forças mobilizadas, de Barracough (org.). *Atlas of World History*, p. 252.

Capítulo 6

O advento de um mundo bipolar e a crise das "potências médias": segunda parte, 1919-1942

1. Sobre os acordos de 1919-1923, ver os exames gerais em *NCMH*, vol. 12, cap. 8; Albrecht-Carrié. *Diplomatic History of Europe*, p. 360 ss.; Ross. *The Great Powers and the Decline of the European States System 1914-1945* (Londres, 1983), cap. 3; R.J. Sontag. *A Broken World 1919-1939* (New York, 1971), caps. 1 e 4; M.L. Dockrill e J.D. Goolld. *Peace Without Promise: Britain and the Peace Conferences 1919-23* (Londres, 1981), passim; S. Marks. *The Illusion of Peace: International Relations in Europe 1918-1933* (Londres, 1976), cap. 1.
2. Ross. *Great Powers*, cap. 4; Marks. *Illusion of Peace*, cap. 3; A.J.P. Taylor. *The Origins of the Second World War* (Harmondsworth, 1964), ed., 1964), cap. 3; J. Jacobsen. *Locarno Diplomacy: Germany and the West 1925-1929* (Princeton, M.J., 1972); e G. Grun. "Locarno, Ideal and Reality", *International Affairs*, vol. 31 (1955), p. 477-85, são os melhores, sobre isso.
3. A bibliografia sobre as indenizações e as dívidas de guerra transformou-se numa enchente. Entre os trabalhos recentes mais importantes estão M. Trachtenberg. *Reparation in World Politics: France and European Diplomacy 1916-1923* (New York, 1980); W.A. McDougall, *France's Rhineland Diplomacy 1914-1924* (Princeton, N.J. 1978); H. Rupieper. *The Cuno Government and Reparations 1922-1923* (Londres, 1979); S.A. Shuker. *The end of French Predominance in Europe: The Financial Crisis of 1924 and the Adoption of the Dawes Plan* (Chapel Hill, N.C., 1976); D.P. Silverman. *Reconstructing Europe After the Great War* (Cambridge, Mass., 1982). Marks. *Illusion of Peace*, cap. 2, também é útil, havendo um bom sumário em Kindleberger. *Financial History of Western Europe*, pt. 4.
4. D.H. Aldcroft. *From Versailles to Wall Street, 1919-1929* (Londres, 1977), p. 13. Trata-se de um bom sumário de todos os estudos pós-1919

- (patrocinados, com frequência, pela Fundação Carnegie) sobre "os custos da guerra", bem como da bibliografia mais recente.
5. Aldcroft. *From Versailles to Wall Street*, p. 14.
 6. Aldcroft. *The European Economy 1914-1980* (Londres, 1978), p. 19.
 7. Aldcroft. *From Versailles to Wall Street*, p. 34-35, 98 ss.
 8. Rostow. *World Economy*, p. 194-200, tem um bom sumário; mas ver também Kenwood e Lougheed. *Growth of the International Economy*, cap. 11; A.S. Milward. *The Economic Effects of the World Wars in Britain* (Londres, 1970), passim; Landes. *Unbound Prometheus*, cap. 6.
 9. I. Svennilson. *Growth and Stagnation in the European Economy* (Genebra, 1954), p. 204-05.
 10. Farar. *Arrogance and Anxiety*, p. 39, nota 17.
 11. Aldcroft. *From Versailles to Wall Street*, cap. 1 e p. 99-101; Kenwood e Lougheed. *Growth of the International Economy*, p. 176 ss. Para detalhes do colapso dos preços agrícolas americanos depois de 1919, ver Robertson. *History of the American Economy*, p. 515.
 12. Para um bom sumário, ver Hardach. *First World War*, cap. 6; também Aldcroft. *From Versailles to Wall Street*, p. 30 ss.
 13. Ver as referências na nota 3 *supra*; e Aldcroft. *From Versailles to Wall Street*, cap. 4.
 14. Ver sobre isso os ensaios em Rowland (org.). *Balance of Power or Hegemony: The Inter-War Monetary System*; C.P. Kindleberger. *The World in Depression 1929-1939* (Califórnia, 1973), passim, mas especialmente caps. 1 e 4; Fishlow. "Lessons from the Past: Capital Markets During the 19th Century and the Interwar Period", *International Organization*, vol. 39, n° 3 (1985), espec. p. 415-27. Há também uma análise muito boa em Kennedy. *Over Here*, p. 34-47.
 15. Para uma análise desses acontecimentos ver Aldcroft. *From Versailles to Wall Street*, caps. 7-11; Kindleberger. *World in Depression*, cap. 3-9; *idem* *Financial History of Western Europe*, cap. 20.
 16. Kindleberger. *World in Depression* p. 231; Rowland. "Preparing the American Ascendancy: The Transfer of Economic Power from Britain to the United States, 1933-1944", em Rowland (org.). *Balance of Power or Hegemony*, p. 198 ss. Para a citação de Chamberlain, ver D. Reynolds. *The Creation of the Anglo-American Alliance, 1937-61* (Londres, 1981), p. 16 passim; também C.A. MacDonald. *The United States, Britain and Appeasement 1936-1939* (Londres, 1980).
 17. A.J.P. Taylor. *The Trouble-Makers: Dissent over Foreign Policy 1789-1939* (Londres, ed. 1969), caps. 4-6; Z.S. Steiner. *The Foreign Office and Foreign Policy 1898-1914* (Cambridge, 1969), passim; G.A. Craig e A.L. George. *Force and Statecraft: Diplomatic Problems of Our Time* (Oxford, 1983), cap. 5.
 18. Ver, por exemplo, L. Martin. *Peace Without Victory — Woodrow Wilson and the English Liberals* (New York, ed. 1973); Taylor. *Trouble-Makers*, cap. 5.
 19. A.J. Mayer. *Political Origins of the New Diplomacy* (New York, ed. 1970), passim; S.R. Grabaud. *British Labour and the Russian Revolution 1917-1924* (Cambridge, Mass., 1956); F.S. Northedge e A. Wells. *Britain and Soviet Communism: The Impact of a Revolution* (Londres, 1982), cap. 8.

20. G. Schmidt. "Wozu noch politische Geschichte?", *Aus Politik im Zeitgeschichte*, B17/75 (abril 1975), p. 32 ss.
21. Mayer. *Politics and Diplomacy of Peacemaking: Containment and Counter-Revolution at Versailles 1918-1919* (Londres, 1968); Joll. *Europe Since 1870*, cap. 9, "Revolution and Counter-Revolution". Há também bons detalhes sobre esses medos de revolução em C.S. Maier. *Recasting Bourgeois Europe* (Princeton, N.J., 1975), esp. cap. 1.
22. Joll. *Europe Since 1870*, caps. 9-12; Sontag. *Broken World*, p. 24 ss.
23. Schmitt e Vedeler. *World in the Crucible*, p. 476 s.; B. Bengozi. *Heroes' Twilight* (New York, 1966); P. Fussell. *The Great War and Modern Memory* (New York, 1975); cf. Barnett. *Collapse of British Power*, p. 426 ss.
24. Ver novamente Joll. *Europe Since 1870*, p. 262 ss.; Gollwitzer. *Geschichte des Weltpolitischen Denkens*, vol. 2, p. 538 ss.; A. Hamilton. *The Appeal of Fascism* (Londres, 1971); P. Hayes, *Fascism* (Londres, 1973), passim; R.A.L. Waite. *Vanguard of Nazism: the Free Corps Movement in Postwar Germany* (Cambridge, Mass., 1952), passim; J. Dihel. *Paramilitary Politics in Weimar Germany* (Bloomington, Ind., 1977).
25. D. Caute. *The Fellow Travellers* (Londres, 1973); Northedge e Wells. *Britain and Soviet Communism*, caps. 6-8.
26. Sobre o que se segue, ver a excelente análise em Barracough. *Introduction to Contemporary History*, cap. 6, "The Revolt Against the West"; e os mapas em Barracough (org.). *Atlas of World History*, p. 248, 260-61. Ver também Gollwitzer. *Geschichte des Weltpolitischen Denkens*, vol. 2, p. 575 ss.; NCMH, vol. 12, caps. 10-12; Bull e A. Watson. *The Expansion of International Society* (Oxford, 1984), esp. pt. 3; R.F. Holland. *European Decolonization 1918-1981* (Londres, 1985), cap. 1; H. Gröml. *Decolonization: The British, French, Dutch and Belgian Empires 1919-1963* (Londres, 1978), caps. 1-3.
27. Para um bom exemplo sobre o lado britânico, ver B.R. Tomlinson. *The Political Economy of the Raj 1914-1947* (Cambridge, 1979), passim; mais geralmente, Tomlinson. "The Contraction of England: National Decline and the Loss of Empire", *Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 11 (1982), p. 58-72; Thornton. *Imperial Ideas and Its Enemies*, caps. 4-6; Beloff. *Imperial Sunset*, vol. 1, cap. 6.
28. Barracough. *Introduction to Contemporary History*, p. 156-58.
29. Storey. *Japan and the Decline of the West in Asia*, p. 107 ss.; Greenville. *World History of the Twentieth Century*, p. 117 ss.; Keylor. *Twentieth-Century World*, p. 229 ss.; Gollwitzer. *Geschichte des Weltpolitischen Denkens*, vol. 2 p. 575 ss.
30. A. Triye. *After Imperialism: The Search for a New Order in the Far East 1921-1931* (New York, ed. 1978) passim.
31. Kiernan. *European Empires from Conquest to Collapse*, cap. 13; NCMH, vol. 12, p. 319, 325-25; C.M. Andrew e A.S. Kanya-Forstner. *The Climax of French Imperial Expansion 1914-1924* (Stanford, Calif. 1981), p. 246.
32. Howard. *Continental Commitment*, p. 56 ss.; B. Bond. *British Military Policy Between the Two World Wars* (Oxford, 1980), caps. 1, 3-4.
33. Para análises dessa "continuidade" na política alemã depois de 1919, ver

- o tratamento geral em Calleo. *German Problem Reconsidered*, passim; Gruné. *Die deutsche Frage*, p. 126 ss.; Hillgruber. *Germany and the Two World Wars*, passim. Ver também dois importantes trabalhos novos: C. Stokas. *Hitler and the Quest for World Dominion: Nazi Ideology and Foreign Policy in the 1920s* (Leamington Spa, Warwickshire, 1986); M. Lee e W. Michalka. *German Foreign Policy 1917-1933: Continuity or Break?* (Leamington Spa, Warwickshire, 1987).
34. Taylor. *Origins of the Second World War*, p. 48.
35. Ibid. Para outros estudos do "equilíbrio" pós-1919, ver DePorte. *Europe Between the Super-Powers*, cap. 3; Thomas. *Europe Since Napoleon*, p. 622 ss.; Ross. *Great Powers and the Decline of the European States System*, caps. 3-6.
36. E.M. Bennett. *German Rearmament and the West, 1932-1933* (Princeton, N.J., 1979), p. 92 ss., é o melhor, no caso.
37. P. Wandycz. *France and Her Eastern Allies 1919-25* (Minneapolis, Minn., 1962), passim; e a obra clássica, mais antiga, A. Wolfers. *Britain and France Between Two Wars* (New York, 1966), esp. cap. 8. Esforços franceses posteriores para conter a Alemanha na Europa oriental são examinados em L. Radice. *Prelude to Appeasement, East Central European Diplomacy in the early 1930s* (New York, 1981), caps. 3-4.
38. W.N. Medlicott. *British Foreign Policy Since Versailles 1919-1963* (Londres, 1968) p. 61-63; Ross. *Great Powers*, p. 57; A. Orde. *Britain and International Security 1920-1926* (Londres, 1978), passim. Sobre a continuidade dessa política, ver P.W. Schroeder. "Munich and the British Tradition", *Historical Journal*, vol. 19 (1976), p. 223-43.
39. A. Teichova. *An Economic Background to Munich* (Cambridge, 1974) passim; D. Kaiser. *Economic Diplomacy and the Origins of the Second World War* (Princeton, N.J., 1980), passim; B.J. Wendt. "England und der deutsche 'Drang nach Südosten' ". em I. Geiss e B.J. Wendt (orgs.). *Deutschland in der Weltpolitik des 19. und 20. Jahrhunderts* (Dusseldorf, 1983), p. 483-512.
40. Citado em Northedge. *Troubled Giant*, p. 220. Há um bom e sucinto exame das atividades da Liga em NCMH, vol. 12, cap. 9; e em Ross. *Great Powers*, cap. 7.
41. E.H. Carr. *The Twenty Years Crisis 1919-1939* (Londres, 1939); Sontag. *Broken World*, passim; A. Adamthwaite. *The Lost International Relations in Europe 1918-1939* (Londres, 1980), passim.
42. D. Mack Smith. *Mussolini: A Biography* (New York, 1982) é um bom retrato do homem, embora menos da política e economia italianas sob seu regime. Sobre esses aspectos, ver M. Knox. *Mussolini Unleashed 1939-1941* (Cambridge, 1982), cap. 1; J. Whittam. "The Italian General Staff and the Coming of the Second World War" em A. Preston (org.). *General Staffs and Diplomacy Before the Second World War* (Londres, 1978) p. 77-97; A. Raspin. "Wirtschaftliche und politische Aspekte der italienischen Aufrüstung Anfang der dreissiger Jahre bis 1940", em F. Forstmeier e H.E. Volkman (orgs.). *Wirtschaft und Rüstung am Vorabend des Zweiten Weltkrieges* (Dusseldorf, 1975), p. 202-21; B.R. Sullivan. "The Italian Armed Forces, 1918-1940" em Millett e Murray (orgs.). *Military Effectiveness*, vol. 2 (a sair).

43. S. Ricossa. "Italy", em Cipolla (org.). *Fontana Economic History of Europe*, vol. 6, n° 1, p. 272 ss.; R. Higham *Air Power: A Concise History* (Manhattan, Kan. ed. 1984), p. 48; J. W. Thompson. *Italian Civil and Military Aircraft 1930-1945* (Falbrook, Calif., 1963).
44. Knox. *Mussolini Unleashed*, p. 20.
45. Citado de Ricossa. "Italy", p. 266; ver também Knox. *Mussolini Unleashed*, p. 30-31, 43.
46. Ricossa. "Italy", p. 270.
47. Knox. *Mussolini Unleashed*, cap. 1; Mack Smith. *Mussolini's Roman Empire*, cap. 13; Raspin, "Wirtschaftliche un Politische Aspekte", passim; W. Murray. *The Change in the European Balance of Power, 1938-1949* (Princeton, N.J., 1984), p. 110 ss.
48. Knox. *Mussolini Unleashed*, p. 48.
49. Ibid. p. 73. Mais geralmente, ver McNeil. *Pursuit of Power*, p. 350 ss.; Murray. "German Air Power and the Munich Crisis", em B. Bond e I. Roy (orgs.). *War and Society*, vol. 1 (1976), p. 107-18.
50. Os números sem parênteses nem colchetes vêm de Hillman. "Comparative Strength of the Powers", em A.J. Toynbee e F. T. Ashton-Gwatkin (orgs.). *The World in 1939* (Londres, 1952), Quadro VI, p. 454, com conversões de moedas a taxas de câmbio dadas por ele em nota ao pé da página. Os números entre parênteses vêm de "Correlates of War". É de suspeitar que modificações na moeda sejam responsáveis por algumas das discrepâncias, bem como as diferentes práticas contábeis nacionais. No caso do Japão a complexidade é maior devido às distinções entre dispêndios regulares e "extraordinários" com a defesa, e entre "forças no país" e "outros" (por exemplo, a guerra da China). Os números entre colchetes vêm de K. Ohkawa e M. Shinohara (orgs.). *Patterns of Japanese Economic Development* (New Haven, Conn. 1979) e não incluem "outros".
51. MackSmith. *Mussolini's Roman Empire*, p.177-78.
52. Knox. *Mussolini Unleashed*, p. 9-16; idem, "Conquest, Foreign and Domestic, in Fascist Italy and Nazi Germany", *Journal of Modern History*, vol. 56 (1986), p. 1-57.
53. Sobre isso, Mack Smith. *Mussolini*, é definitivo.
54. Ver *infra*, p. 327-29
55. Essas atitudes raciais/culturais são bem examinadas em Thorne. *The Issue of War: States, Societies and the Far Eastern Conflict of 1941-1945* (Londres, 1985), passim. Ver também Storry. *Japan and the Decline of the West in Asia*, passim.
56. Howarth. *Fighting Ships of the Rising Sun*, p. 199 ss.
57. Allen. *Short Economic History of Modern Japan*, p. 100 ss.
58. League of Nations. *World Economic Survey* (Genebra, 1945) Quadro III, p. 134.
59. Allen. *Economic History*, p. 101-13; Storry. *Japan and the Decline of the West in Asia*, p. 115.
60. Sobre esse importante tema, ver esp. J.B. Crowley. *Japan's Quest for Autonomy: National Security and Foreign Policy 1930-1958* (Princeton, N.J. 1966), passim; M.A. Barnhart. "Japan's Economic Security and the

- Origins of the Pacific War", *Journal of Strategic Studies*, vol. 4, n° 2 (1981), p. 105-24; J.W. Morley (org.). *Dilemmas of Growth in Prewar Japan* (Princeton, N.J., 1971).
61. Allen. *Economic History of Modern Japan*, p. 141.
62. Howarth. *Fighting Ships of the Rising Sun*, pt 4; H.P. Willmott. *Empires in the Balance* (Annápolis, Md, 1982), cap. 3; A.J. Marder. *Old Friends, New Enemies: The Royal Navy and the Imperial Japanese Navy* (Oxford, 1981), cap. 11; S.E. Pelz. *Race to Pearl Harbor* (Cambridge, Mass. 1974), esp. pts. 1 e 5; C. Bateson. *The War with Japan* (East Lansing, Mich. 1968), cap. 2.
63. Willmott. *Empires in the Balance*, p. 89 ss.; R.H. Spector. *Eagle Against the Sun: The American War with Japan* (New York, 1985), caps. 2 e 4; S. Hayashi com A. Coox. *Kogun: The Japanese Army in the Pacific War* (Westport, Conn., 1978), cap. 1.
64. Willmott. *Empires in the Balance*, p. 55; P.M. Kennedy. "Japan's Strategic Decisions 1939-45" em Kennedy. *Strategy and Diplomacy 1870-1945*, p. 182 ss. C. Boyd. "Military Organizational Effectiveness: Imperial Japanese Armed Forces Between the World Wars" em Millet e Murray (orgs.). *Military Effectiveness*, vol. 2. Pelz. *Race to Pearl Harbor*, cap. 12, é muito bom sobre os desentendimentos entre o exército e a marinha. A Guerra da China é estudada em F. Dorn. *The Sino-Japanese War 1937-1941* (New York, 1974).
65. Barnhart "Japan's Economic Security", p. 112-16.
66. Barnhart. "Japan's Economic Security", p. 114, de onde são extraídas as citações. Ver também B. Martin "Agressionspolitik als Mobilisierungsfaktor: Der militärische und wirtschaftliche Imperialismus Japans 1913 bis 1941" em F. Forstmeier H.-E. Volkmann (orgs). *Wirtschaft und Rüstung am Vorabend des Zweiten Weltkrieges* (Dusseldorf, 1975), p. 234-35.
67. Hayashi e Coox. *Kogun*, 14-17; M.A. Barnhart. "Japanese Intelligence Before the Second World War", em Maly (org.). *Knowing One's Enemies*, p. 435-37; e esp. A. Coox. *Nomonhan*, 2 vols. (Stanford, Calif., 1985), passim.
68. Wright. *Study of War*, p. 672; *Air War*, p. 151; Bairoch. "World Industrialization Levels", p. 299.
69. Sobre a decisão em si, ver Willmott. *Empires in the Balance*, cap. 3; Hayashi e Coox. *Kogun*, p. 19 ss.; Barnhart. "Japan's Economic Security", p. 116 ss.; I. Nobutaka (org.). *Japan's Decision for War* (Stanford, Calif., 1967), passim; Spector. *Eagle Against the Sun*, cap. 4; R.J. Butow. *Tojo and the Coming of War* (Princeton, N.J., 1961).
70. Para estudos gerais, ver Craig. *Germany 1866-1945*, p. 396 ss.; A.J. Nicholls. *Weimar and the Rise of Hitler* (Londres, ed. 1979), passim. Para sumários da maciça historiografia, e debates acalorados sobre a Alemanha na era nazista, ver I. Kershaw. *The Nazi Dictatorship* (Londres, 1985); e K. Hildebrand. *The Third Reich* (Londres/Boston, 1984).
71. Taylor. *Origins of the Second World War*, passim; J. Hiden. *Germany and Europe 1919-1939* (Londres, 1977), esp. cap. 7; F. Fischer. *Bündnis der Eliten* (Dusseldorf, 1979). Sobre detalhes da "contigüidade entre as forças armadas, ver G. Schreiber. *Revisionismus und Weltmachtstreben*

- (Stuttgart, 1978), passim; J. Dülffer, *Weimar, Hitler und die Marine: Reichspolitik und Flottenbau 1920-1939* (Dusseldorf, 1973); M. Geyer, *Aufrüstung oder Sicherheit* (Wiesbaden, 1980). Também importante para o que se segue é *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg*, vol. I, *Ursachen und Voraussetzungen der Deutschen Kriegspolitik*, (orgs.) W. Deist et al. (Stuttgart, 1979).
72. A. Bullock, *Hitler: A Study in Tyranny* (Londres, ed. 1962); A. Hillgruber, *Germany and the Two World Wars* (Cambridge, Mass. 1981), espec. cap. 5 e 8; N. Rich, *Hitler's War Aims*, 2 vols. (Londres, 1973-74); G. Weinberg, *The Foreign Policy of Hitler's Germany*, 2 vols. (Chicago, 1970 e 1980); e a bibliografia em M. Hauner, "A Racial Revolution?", *Journal of Contemporary History*, vol. 19 (1984), p. 669-87; Calleo, *The German Problem Reconsidered*, p. 85-95; Gruner, *Die deutsche Frage*, p. 145 ss.; A. Kuhn, *Hitlers aussenpolitisches Programm* (Stuttgart, 1970); E. Jäckel, *Hitler's Weltanschauung* (Middletown, Conn., 1982).
73. A expressão vem de E.N. Petersen, *The Limits of Hitler's Power* (Princeton, N.J. 1969); mas ver também Craig, *Germany 1860-1945*, cap. 17; Kershaw, *Nazi Dictatorship*, caps. 4 e 7; Hildebrand, *Third Reich*, p. 83 ss., 152 ss.; também I. Kershaw, *Popular Opinion and Political Dissent in the Third Reich: Bavaria 1933-1945* (Oxford, 1983).
74. Murray, *Change in the European Balance of Power*, p. 20-21; Hillman, "Comparative Strength of the Great Powers", p. 454.
75. Citado em A. Seaton, *The German Army 1933-45* (Londres, 1982), p. 55. Ver também Craig, *Politics of the Prussian Army*, p. 397, ss.
76. Seaton, *German Army 1933-45*, caps. 3-4, estuda essa expansão extremamente rápida, o mesmo fazendo W. Deist, *The Wehrmacht and German Rearmament* (Londres, 1981), caps. 3 e 6, com referências à ampla bibliografia.
77. Para maiores detalhes, ver Deist, *Wehrmacht*, cap. 4; Overy, *Air War*, p. 21; W. Murray, *Luftwaffe* (Baltimore, Md., 1985), cap. 1; E.L. Homze, *Arming the Luftwaffe* (Lincoln, Neb., 1976); K.-H. Volker, *Die deutsche Luftwaffe 1933-1939* (Stuttgart, 1967).
78. Deist, *Wehrmacht*, p. 81; com muito mais detalhes em Dülffer, *Weimar, Hitler und die Marine*, passim; e M. Salewski, *Die deutsche Seekriegsleitung 1935-1945*, 3 vols. (Frankfurt, 1970-75).
79. R.J. Overy, *The Nazi Economic Recovery 1932-1938* (Londres, 1932), p. 19 ss.
80. Ibid. p. 28 ss. A breve obra de Overy contém referências completas a outros estudos sobre a economia alemã sob os nazistas.
81. *Die Wehrmacht*, p. 89-91 e passim; A.S. Milward, *The German Economy at War* (Londres, 1965), p. 17-24.
82. Murray, *Change in the European Balance of Power*, p. 4 ss., é o melhor sumário, no caso; mas ver também Hillman, "Comparative Strength of the Powers", p. 368 ss.
83. Murray, *Balance of Power* p. 15.
84. Ibid., p. 15-16. Ver também o importante capítulo de H.-E. Volkmann, "Die NS-Wirtschaft in Vorbereitung des Krieges" em Deist et al. *Ursachen und Voraussetzungen der deutschen Kriegspolitik*, esp. p. 349 ss.

85. Deist, *Wehrmacht*, p. 90; Seaton, *German Army*, p. 93-96.
86. Citado em Murray, *Luftwaffe*, p. 20; idem "German Air Power and the Munich Crisis", em Bond e Roy (orgs.), *War and Society*, vol. 1, passim; Deist, *Wehrmacht*, p. 66-69.
87. B.R. Posner, *The Sources of Military Doctrine: France, Britain and Germany Between the World Wars* (Ithaca, N.Y., 1984), passim; W. Murray, "German Army Doctrine 1918-1939 and the Post-1945 Theory of Blitzkrieg Strategy", em C. Fink et al. (orgs.), *German Nationalism and the European Response 1890-1945* (Chapel Hill, N.C., 1985), p. 71-94; Dupuy, *Genius for War*, cap. 15.
88. Murray, *Balance of Power*, p. 150-51; e Volkmann, "Die NS-Wirtschaft in Vorbereitung des Krieges", p. 323 ss. Detalhes sobre a relação entre as dificuldades econômicas da Alemanha e a política "avançada" de Hitler encontram-se em B.A. Carroll, *Design for Total War: Arms and Economics in the Third Reich* (Haia, 1968); T.W. Mason, "Innere Krise und Angriffskrieg 1938/39" em S. Forstmeier e Volkmann (orgs.), *Wirtschaft und Rüstung am Vorabend des zweiten Weltkrieges*, p. 158-88; J. Dülffer, "Der Beginn des Krieges 1939", *Geschichte und Gesellschaft*, vol. 2 (1976), p. 443-70.
89. T.W. Mason, "Some Origins of the Second World War", p. 125, em E. M. Robertson (org.), *The Origins of the Second World War* (Londres, 1971); idem, "Innere Krise und Angriffskrieg 1938/39", passim. Murray, *Balance of Power*, p. 290 ss., detalhes do saque de 1938 e 1939.
90. R.J. Overy, "Hitler's War and the German Economy: A Reinterpretation", *Economic History Review*, 2ª série, vol. 35 (1982), p. 272-91, é importante, no caso.
91. Hillgruber, *Germany and the Two World Wars*, passim; Deist, *Wehrmacht*, cap. 7; Murray, *Luftwaffe*, p. 81 ss.; M. Hauner, "Did Hitler Want a World Dominion?" *Journal of Contemporary History*, vol. 13, p. 15-32; J. Thies, *Architekt der Weltherrschaft: Die "Endziele" Hitlers* (Dusseldorf, 1976), passim; e ver a discussão historiográfica em Kershaw, *Nazi Dictatorship*, cap. 6.
92. Sobre isso ver as duas obras mais antigas. A. Wolfers, *Britain and France Between the Wars* (New York, 1940); e W.M. Jordan, *Britain and France and the German Problem* (Londres, 1943); bem como os ensaios em N. Waites (org.), *Troubled Neighbours: Franco-British Relations in the Twentieth Century* (Londres, 1971); e N. Rostov, *Anglo-French Relations 1934-1936* (Londres, 1984), passim.
93. C. Fohlen, "France", em Cipolla (org.), *Fontana Economic History of Europe*, vol. 6, n° 1, p. 80-86; T. Kemp, *The French Economy 1913-39: The History of a Decline* (New York, 1972), caps. 5-7; G. Ziebur, "Determinanten der Aussenpolitik Frankreichs 1932-1939" em K. Rohe (org.), *Die Westmächte und das Dritte Reich 1933-1939* (Paderborn, 1982), p. 136 ss. Há muitos detalhes (e também comentários tendenciosos) em A. Szaudy, *Histoire économique de la France entre les deux guerres*, 2 vols. (Paris, 1965-67); e maior equilíbrio em *Histoire économique et sociale de la France*, vol. 4, pt. 2, 1914-1950, orgs. F. Braudel e E. Labrousse (Paris, 1980).

94. Fohlen, "France", p. 88.
95. Ibid., p. 86-91; Landes, *Unbound Prometheus*, p. 388 ss.; Kemp, *French Economy 1913-39*, caps. 8-12 (com detalhes muito bons); Caron, *Economic History of Modern France*, p. 258 ss.
96. A melhor fonte, no caso, é R. Frankenstein. *Le Prix du réarmement français 1935-1939* (Paris, 1939), passim, mas p. 303 para os totais dos gastos. O dado sobre a renda nacional é extraído de A. Adamthwaite, *France and the Coming of the Second World War* (Londres, 1977), p. 164. Ver também B.A. Lee, "Strategy, Arms and the Collapse of France 1939-1940" em R.T.B. Langhorne (org.), *Diplomacy and Intelligence During the Second World War* (Cambridge, 1985), p. 63 ss.
97. R.J. Young, *In Command of France: French Foreign Policy and Military Planning 1933-1940* (Cambridge, Mass. 1978), cap. 1; ver também os ensaios em *Les Relations franco-allemandes 1933-1939* (Paris, 1976).
98. Frankenstein. *Le Prix du réarmement français*, p. 317; idem, "The Decline of France, and French Appeasement Policies, 1936-1939", em Mommsen e Kettenacker (orgs.), *Fascist Challenge and the Policy of Appeasement*, p. 238; Overly, *Air War*, p. 21. O tratamento relativamente generoso da marinha — e a ingratidão dessa arma — é detalhado em R. Chalmers Hood, *Royal Republicans: The French Naval Dynasties Between the World Wars* (Baton Rouge, La., 1985).
99. Frankenstein. *Le Prix du réarmement français*, p. 319; Murray, *Change in the European Balance of Power*, p. 107-8. A força da marinha, na época, é estudada em P. Masson, "La Marine française en 1939-40", *Revue historique des armées*, n.º 4 (1979), p. 57-77.
100. Não procuraremos cobrir aqui toda a bibliografia sobre a política e a sociedade francesas na década de 1930 e sua relação com a "estranha derrota" de 1940. Há estudos importantes em J. B. Duroselle, *La Décadence 1932-1939* (Paris, 1979); R. Hohne, "Innere Desintegration un äusserer Machtzerfall: Die französische Politik in den Jahren 1933-36" em Rohe (org.), *Die Westmächte und das Dritte Reich*, p. 157 ss.; H. Dubief, *Le Déclin de la III^e République 1929-1938* (Paris, 1976); J. Joll (org.), *The Decline of the Third Republic* (New York, 1959). Há também um útil sumário em J.C. Cairns, "Some Recent Historians and the 'Strange Defeat' of 1940", *Journal of Modern History*, vol. 46 (1974), p. 60-85.
101. Para detalhes, ver A. Horne, *The French Army and Politics, 1870-1970* (Londres, 1984); cap. 3; P.C.F. Bankwitz, *Maxime Weygand and Civil-Military Relations in Modern France* (Cambridge, Mass., 1967); detalhes mais técnicos em Frankenstein. *Le Prix du réarmement français*, e H. Dutailly, *Les Problèmes de l'Armée de terre française 1933-1939* (Paris, 1980); e os comentários mais cautelosos em R.A. Doughty, "The French Armed Forces, 1918-1940" em Millett e Murray (orgs.), *Military Effectiveness*, vol. 2.
102. Adamthwaite, *France and the Coming of the Second World War*, p. 166; Gorce, *French Army: A Military-Political History*, p. 270 ss. Young, "French Military Intelligence and Nazi Germany" em May (org.), *Knowing One's Enemy*, p. 271-309.
103. Posen, *Sources of Military Doctrine*, cap. 4; Doughty, "French Armed Forces, 1918-1940", passim; Murray, *Change in the European Balance of Power*, p. 97 ss.; L. Myszyrowicz, *Autopsie d'une Défaite: Origines de l'échec du développement militaire français de 1940* (Lausanne, 1973). Mas a análise mais completa é hoje R.A. Doughty, *The Seeds of Disaster: The Development of French Army Doctrine 1919-1939* (Hamden, Conn., 1985).
104. A diplomacia francesa naqueles anos críticos é examinada melhor em Adamthwaite, *France and the Coming of the Second World War*, passim; Duroselle, *La Décadence*, passim e P. Wandycz, *The Twilight of the French Eastern Alliances, 1926-1936* (a sair).
105. Ver R. Girault, "The Impact of the Economic Situation on the Foreign Policy of France, 1936-9", em Mommsen e Kettenacker (orgs.), *Fascist Challenge and the Policy of Appeasement*, p. 209-26.
106. Em particular, ver Young, "La Guerre de Longue Durée: Some Reflections on French Strategy and Diplomacy in the 1930s", em Preston (org.), *General Staffs and Diplomacy Before the Second World War*, p. 41-64; e Posen, *Sources of Military Doctrine*, p. 112 ss., 127 ss. Para detalhes diplomáticos completos, ver Adamthwaite, *France and the Coming of the Second World War*, esp. pt. 3; as colaborações em *Les Relations Franco-Britanniques 1935-39* (Paris, 1975); e Young, *In Command of France*, caps. 8-9.
107. Além dos detalhes nos livros de Adamthwaite e Young, ver também Barnett, *Collapse of British Power*; Howard, *Continental Commitment*; e por fim, mas nem por isso menos importante, J.C. Cairns, "A Nation of Shopkeepers in Search of a Suitable France", *American Historical Review*, vol. 79 (1974), p. 710-43.
108. Números de Kennedy, *Realities Behind Diplomacy*, p. 240. É impossível relacionar sequer um décimo dos estudos sobre as políticas de "apaziguamento" britânicas na década de 1930; há, porém, ensaios concisos muito úteis em Mommsen e Kettenacker (orgs.), *Fascist Challenge and the Power of Appeasement*, caps. 6-13 e 19-25; e muitos detalhes (bem como uma enorme bibliografia) em G.S. Schmidt, *England in der Krise: Grundzüge und Grundlagen der britischen Appeasement-Politik, 1930-1937* (Opladen, 1981).
109. Ver especialmente R. Ovensdale, *Appeasement and the English-Speaking World* (Cardiff, 1975), bem como seu cap. 23 em Mommsen e Kettenacker (orgs.), *Fascist Challenge*; R.F. Holland, *Britain and the Commonwealth Alliance, 1918-1939* (Londres, 1981).
110. B. Bond, *British Military Policy Between Two World Wars* (Oxford, 1980), esp. caps. 1 e 4, é o melhor no caso.
111. R. Meyers, "British Imperial Interests and the Policy of Appeasement", e W.R. Louis, "The Road to Singapore: British Imperialism in the Far East 1932-1942", ambos em Mommsen e Kettenacker (orgs.), *Fascist Challenge*; A.J. Marder, *Old Friends, New Enemies: The Royal Navy and the Imperial Japanese Navy* (Oxford, 1981); L.R. Pratt, *East of Malta, West of Suez: Britain's Mediterranean Crisis* (Londres, 1975); S. W. Roskill, *Naval Policy Between the wars*, vol. 2 (Londres, 1976).
112. Kennedy, *British Naval Mastery*, cap. 10. Para detalhes sobre as implicações dessa política, ver as várias avaliações em G.C. Peden, *British Rearmament and the Treasury 1932-1939* (Edinburgh, 1979); R.P. Shay,

- British Rearmament in the Thirties: Politics and Profits* (Princeton, N.J., 1977); Barnett. *Collapse of British Power*, cap. 5; e N.H. Gibbs. *Grand Strategy*, vol. 1 (Londres, 1976), passim.
113. Sobre a recuperação econômica e as indústrias mais novas, ver Pollard. *Development of the British Economy*, cap. 3; H.W. Richardson. *Economic Recovery in Britain, 1932-1939* (Londres, 1967); B.W.E. Alford. *Depression and Recovery? British Economic Growth 1919-1939* (Londres, 1972).
114. Citado em Howard. *Continental Commitment*, p. 99. Para maiores detalhes, ver Peden. *British Rearmament and the Treasury*, caps. 3-4 (ver também R. Meyers. *Britische Sicherheitspolitik 1934-1938* (Düsseldorf, 1976); e Gibbs. *Grand Strategy*, vol. 1, cap. 4.
115. Howard. *Continental Commitment*, p. 120-21.
116. Detalhes em U. Bialer. *The Shadow of the Bomber: The Fear of Air Attack and British Politics 1932-1939* (Londres, 1980); M. Smith. *British Air Strategy Between the Wars* (Oxford, 1984), esp. pt. 2.
117. Sobre esse argumento, ver especialmente Barnett. *Collapse of British Power*, e Murray. *Change in the European Balance of Power*.
118. D.C. Watt. *Too Serious a Business: European Armed Forces and the Approach of the Second World War* (Londres, 1975), é a obra mais importante, no caso.
119. Ver novamente Dehio. *Precarious Balance*. Para bons estudos sobre a consciência que o gabinete britânico tinha do dilema estratégico do país, ver Barnett. *Collapse of British Power*; Howard. *The Continental Commitment*; Posen. *Sources of Military Doctrine*, cap. 5; D. Dilks. "The Unnecessary War? Military Advice and Foreign Policy in Great Britain 1931-1939", em Preston (org.). *General Staffs and Diplomacy Before the Second World War*, p. 98-132; e o ponderado ensaio de G. Schmidt, em Rohe (org.). *Die Westmächte und das Dritte Reich*, p. 29-56.
120. Schmidt, em Rohe (org.). *Die Westmächte*, p. 46 ss.; C.A. MacDonald. *United States, Britain and Appeasement, 1936-1939*, passim.
121. Schmidt. *England in der Krise*, cap. 1, é o melhor no caso; mas ver também as obras mencionadas acima, de Howard, Bond, Barnett, Dilks, Gibbs e Meyers; e o bom sumário em G. Niedhart. "Appeasement: Die Britische Antwort auf die Krise des Weltreichs und des internationalen Systems vor dem Zweiten Weltkrieg", *Historische Zeitschrift*, vol. 226, (1978), p. 68-88.
122. Barnett. *Collapse of British Power*, passim; Murray. *Change in the European Balance of Power*, passim; Kennedy. *Realities Behind Diplomacy*, p. 290 ss.; A. Adamthwaite. "The British Government and the Media, 1937-1938", *Journal of Contemporary History*, vol. 18 (1938), p. 281-97.
123. Citado em Barnett. *Collapse of British Power*, p. 564.
124. Hillmann. "Comparative Strength of the Great Powers, em Toynbee (org.). *World in March 1939*, p. 439, 446.
125. Para maiores detalhes sobre esse argumento, ver Kennedy. "Strategy versus Finance in Twentieth-Century Britain", em *Strategy and Diplomacy*, p. 100-6; e para uma visão ainda mais determinista, Porter. *Britain, Europe and the World*, p. 86 ss., 95 ss.
126. Números de Pollard. *Peaceful Conquest*, p. 294; mas ver também

- Munting; *Economic Development of the USSR*, p. 45 ss; *Economic History of Russia*, caps. 6-10; e a interessante análise em Grossmann. "The Industrialization of Russia and the Soviet Union" em Cipolla (org.), *Fontana Economic History of Europe*, vol. 4, pt. 2, p. 501 ss.
127. S.H. Cohn. *Economic Development in the Soviet Union* (Lexington, Mass., 1970), p. 70-71; F.D. Holzmann. "Financing Soviet Economic Development", em Blackwell (org.). *Russian Economic Development from Peter the Great to Stalin*, p. 259-76; Kochan e Abram. *Making of Modern Russia*, p. 361 ss. Ver também M. Lewin. *Russian Peasants and Soviet Power* (Evanston, Ill. 1968).
128. W.A. Lewis. *Economic Survey 1919-1939* (Londres, 1949), p. 131; Nove. *Economic History*, cap. 7; Munting. *Economic Development of the USSR*, p. 99; H.J. Ellison. "The Decision to Collective Agriculture" em Blackwell (org.). *Russian Economic Development from Peter the Great to Stalin*, p. 241-55.
129. Sobre isso ver Munting. *Economic Development of the USSR*, p. 106 ss.
130. Nove. *Economic History*, p. 232; Lewis. *Economic Survey*, p. 133; M. McCauley. *The Soviet Union Since 1917* (Londres, 1981), p. 85-87.
131. Munting. *Economic Development of the Soviet Union*, p. 93; *Economic History*, p. 187 ss.; Blackwell. *Industrialization of Russia*, p. 132 ss.; Lewis. *Economic Survey*, p. 125.
132. Ver Hillmann. "Comparative Strength of the Great Powers" em Toynbee (org.). *World in March, 1939*, p. 439, 446; Black et al. *Modernization of Japan and Russia*, p. 195-97; S.H. Cohn. "The Soviet Economy: Performance and Growth", em Blackwell (org.). *Russian Economic Development from Peter the Great to Stalin*, p. 321-51.
133. Nove. *Economic History*, p. 236. Para maiores detalhes, ver Kochan e Abraham. *Making of Modern Russia*, p. 382 ss.; R. Conquest. *The Great Terror* (Londres, 1968).
134. Nove. *Economic History*, p. 236.
135. Números de Overy. *Air War*, p. 21. Os números italianos para os anos de 1932-37 (não encontráveis em Overy) foram fornecidos pelo meu colega Brian Sullivan, mas constituem apenas estimativas; o mesmo ocorre com os números franceses de 1932-34, geralmente considerados como sendo de 50 por mês — ver Young. *In Command of France*, p. 164. A indiferença relativa pela marinha é examinada em Mitchell. *History of Russia and Soviet Sea Power*, cap. 17.
136. McNeill. *Pursuit of Power*, p. 350, n. 77. Sobre os comentários subsequentes sobre os aspectos militares soviéticos em geral, ver J. Erickson. *The Soviet High Command, 1918-1941* (Londres, 1962), passim; E.F. Ziemke. "The Soviet Armed Forces in the Interwar Periods", em Millett e Murray (orgs.). *Military Effectiveness*, vol. 1; B.H. Liddell Hart (org.). *The Red Army* (New York, 1956), caps. 3-9. Os gastos russos com a defesa estão detalhados em Nove. *Economic History*, p. 227-28; e Munting. *Economic Development of the USSR*, p. 114.
137. Ulam. *Expansion and Coexistence*, caps. 5-6; J. Haslam. *The Soviet Union and the Struggle for Collective Security in Europe 1933-39* (New York, 1984); e J. Hochmann. *The Soviet Union and the Failure of Collective Security 1934-1938* (Ithaca, N.Y. 1984), são os melhores no caso.

138. Hillmann. "Comparative Strength of the Great Powers", p. 446.
139. M. Mackintosh. "The Red Army 120-36" em Liddell Hart (org.). *Red Army*, p. 63.
140. Erickson. *Soviet High Command*, p. 532 ss., 542 ss.; K. Dittmar e G. J. Antonov. "The Red Army in the Finnish War", em Liddell Hart (org.). *Red Army*, p. 79-92. Acima de tudo, Coox. *Nomonhan*, passim.
141. As obras de Erickson — *The Soviet High Command: The Road to Stalingrad*, primeiros capítulos; e "Threat Identification and Strategic Appraisal by the Soviet Union, 1930-1941", em May (org.). *Knouting One's Enemies*, p. 375-423 — são as melhores sobre isso. Sobre o plano de fundo diplomático, ver W. Carr. *Poland to Pearl Harbor* (Londres, 1985), caps. 3-4.
142. Números de Nove. *Economic History*, p. 228.
143. Citado em Munting. *Economic Development of the USSR*, p. 86; ver também Ziemke. "Soviet Armed Forces", passim, para os frenéticos preparativos em 1939-1941.
144. Rostow. *World Economy*, p. 210.
145. Ver a excelente análise em M.P. Leffler. "Expansionist Impulses and Domestic Constraints, 1921-1932", em Becker e Wells (orgs.). *Economics and World Power*, p. 246-48.
146. Hillmann. "Comparative Strength of the Great Powers", em Toynbee (org.). *World in March 1939*, p. 421-22.
147. *Ibid.*, p. 422.
148. Leffler. "Expansionist Impulses and Domestic Constraints", em Becker e Wells (orgs.). *Economics and World Power*, p. 258.
149. Para um bom e sucinto exame da política americana de defesa entre as guerras, ver Millett e Maslowski. *For the Common Defense*, cap. 12.
150. H. Yardley. *The American Black Chamber* (New York, 1931), p. 262-63.
151. Ver *supra*, p. 272-74.
152. R.M. Hathaway. "Economic Diplomacy in a Time of Crisis", em Becker e Wells (orgs.). *Economics and World Power*, p. 277-78.
153. L. Silk. "Protectionist Mood: Mounting Pressure", *New York Times*, 17 set. 1985, p. D1; Robertson. *History of the American Economy*, p. 516 ss.
154. Kindleberger. *World in Depression*, cap. 12 e p. 280-87.
155. Quadro de Hillmann. "Comparative Strength of the Great Powers", em Toynbee (org.). *World in March 1939*, p. 439.
156. Hathaway. "Economic Diplomacy in a Time of Crisis", em Becker e Wells (orgs.). *Economics and World Power*, p. 285.
157. *Ibid.*, p. 309, 312. Para um breve exame, ver Schulzinger. *American Diplomacy in the Twentieth Century*, p. 147 ss.
158. Isso é bem examinado em MacDonald. *United States, Britain and Appeasement 1936-1939*, passim; e Carr. *Poland to Pearl Harbor*, cap. 1. Ver também D. Reynolds. *Creation of the Anglo-American Alliance 1937-1941*, caps. 1-2; A. Offner. *American Appeasement. United States Foreign Policy and Germany 1933-1938* (Cambridge, Mass., 1969); e N. Graebner. *American as a World Power* (Wilmington, Del., 1984), cap. 2.
159. Millett e Maslowski. *For the Common Defense*, p. 386 ss.; Mills, *Arms and Men*, p. 237 ss.; J.A. Iseley e P.A. Crowl. *The U.S. Marines and Amphibious War* (Harrisburg, Pa., 1947); M.S. Watson. *Chief of Staff: Pre-war Plans and Preparations* (Washington, D.C., 1950); J. Major. "The Navy Plans for War, 1937-1941", em Hagan (org.). *In Peace and War*, p. 416ss.

160. Robertson. *History of the American Economy*, p. 709 ss. As estatísticas sobre o aço vêm de Hillman. "Comparative Strength of the Great Power", em Toynbee (org.). *World in March 1939*, p. 443 e nota.
161. Números de Wright. *Study of War*, p. 672.
162. Números de Hillmann. "Comparative Strength of the Great Powers" em Toynbee (org.). *World in March 1939*, p. 446.
163. M.S. Kendrick. *A Century and a Half of Federal Expenditures* (New York, 1955), p. 12.
164. A bibliografia sobre as opiniões de Hitler sobre os Estados Unidos é convenientemente resumida em Herwig. *Politics of Frustration*, p. 179 ss. Ver também os comentários em Weinberg. *Foreign Policy of Hitler's Germany*, vols. 1-2; *idem*. *World in the Balance* (New Hampshire/Londres, 1981), p. 53-136.
165. Citado em Wilmott. *Empires in the Balance*, p. 62; ver também Pelz. *Race to Pearl Harbor*, p. 217-218, 224.
166. Citado em Thorne. *Limits of Foreign Policy*, p. 90 — livro que torna supérfluos todos os estudos anteriores da crise da Manchúria.
167. *Ibid.*, p. 148 ss., 231 ss.
168. *Ibid.*, passim; Crowley. *Japan's Quest for Autonomy*, p. 161 ss.; A. Rappaport. *Henry L. Stimson and Japan 1931-1933* (Chicago, 1963); Schulzinger. *American Diplomacy*, p. 148 ss.
169. Crowley. *Japan's Quest for Autonomy*, cap. 2; Storry. *History of Modern Japan*, p. 186. ss.
170. Bennet. *German Rearmament and the West*, é o melhor sobre o assunto.
171. Ver *supra*, p. 304-8; e Howard. *The Continental Commitment*, cap. 5. Os argumentos de 1934 a favor e contra um entendimento anglo-nipônico estão bem examinados em W.R. Louis. "The Road to Singapore: British Imperialism in the Far East 1932-42", em Mommsen e Kettenacker (orgs.). *Fascist Challenge and the Policy of Appeasement*, p. 359 ss.
172. Ross. *The Great Powers and the Decline of the European States System*, p. 85-87; Clam. *Expansion and Coexistence*, cap. 5.
173. O assunto está agora bem coberto por Rostow. *Anglo-French Relations 1934-1936*, esp. cap. 5; mas ver também Taylor. *Origins of the Second World War*, cap. 5; Ross, *Great Powers*, p. 90 ss. O acordo naval anglo-alemão está examinado em E. Haraszti. *Treaty-Breakers or "Realpolitiker"?* *The Anglo-German Naval Agreement of June 1935* (Boppard, 1974).
174. F. Hardie. *The Abyssinian Crisis* (Londres, 1974), passim; A.J. Marder. "The Royal Navy in the Italo-Ethiopian War 1935-36", *American Historical Review*, vol. 75 (1970), p. 1327-56; R.A.C. Parker. "Great Britain, France and the Ethiopian Crisis 1935-1936", *English Historical Review*, vol. 89 (1974), p. 293-32; Mack Smith. *Mussolini's Roman Empire*, cap. 5; F.D. Laurens. *France and the Italo-Ethiopian Crisis, 1935-6* (Haia, 1967); G. Ber. *Test Case: Italy, Ethiopia, and the League of Nations* (Stanford, Calif. 1976).
175. Pelz. *Road to Pearl Harbor*, pt. 4.
176. O assunto está agora estudado em J.T. Emmerson. *The Rhineland Crisis*

(Londres, 1977), e E. Haraszti, *The Invaders: Hitler Occupies the Rhineland* (Budapeste, 1983). Ver também Rostow, *Anglo-French Relations 1914-36*, p. 233 ss.

177. Ver novamente Rohe (org.). *Die Westmächte und das Dritte Reich*, passim.

178. Ross, *Great Power*, p. 98; ver também MacDonald. *The United States Great Britain and Appeasement*, passim.

179. Ver *supra*, p. 302-3

180. Embora ainda esperemos o segundo volume da abalizada biografia de D. Dilks, a bibliografia sobre Chamberlain e o "apaziguamento" já é enorme. Ver os capítulos relevantes em Mommsen e Kettenacher (orgs.) *Fascist Challenge and the Policy of Appeasement*; K. Middlemas, *Diplomacy of Illusion. The British Government and Germany 1937-39* (Londres, 1972); M. Cowling, *The Impact of Hitler: British Politics and British Policies, 1933-1940*, passim; Barnett, *Collapse of British Power*, cap. 5; também muito importante é M. Gilbert, *Winston Churchill*, vol. 5, 1923-1939 (Londres, 1976).

181. A análise mais abrangente é, sem dúvida, T. Taylor, *Munich: The Price of Peace* (New York, 1979); mas ver também A.J.P. Taylor, *Origins of the Second World War*, cap. 8; Middlemas, *Diplomacy of Illusion*, p. 211 ss.; Weinberg, *Foreign Policy of Hitler's Germany*, vol. 2 caps. 10-11; K. Robbins, *Munich, 1938* (Londres, 1968).

182. W. Murray, "Munich, 1938: The Military Confrontation", *Journal of Strategic Studies*, vol. 2 (1979), p. 282-302; Barnett, *Collapse of British Power*, p. 505 ss.; Kennedy, *Realities Behind Diplomacy*, p. 291-93.

183. A sucessão dos acontecimentos de 1939 está coberta em Murray, *Change in European Balance of Power*, caps. 8-10; Taylor, *Origins of the Second World War* (Londres, 1973); Weinberg, *Foreign Policy of Hitler's Germany*, vol. 2, p. 465 ss.; Barnett, *Collapse of British Power*, p. 554 ss.; H. Graml (org.), *Summer 1939: Die Grossmächte und der europäische Krieg*, (Stuttgart, 1979); D. Kaiser, *Economic Diplomacy and the Origins of the Second World War*, p. 263 ss.

184. Sobre a dimensão estratégica geral em 1939-1940, ver Kennedy, *Rise and Fall of British Naval Mastery*, p. 300 ss.; Murray, *Change in the European Balance of Power*, p. 310 ss.; B.H. Liddell Hart, *History of the Second World War* (Londres, 1970), p. 16 ss.; *Grand Strategy*, vols. 1 (Gibbs) e 2 (Butler).

185. Murray, *Change in the European Balance of Power*, p. 314-21; cf. Pratt, *East of Malta, West of Suez*, cap. 6; Gibbs, *Grand Strategy*, p. 664 ss.; G. Schreiber et al., *Der Mittelmeerraum und Südosteuropa*, vol. 3 de *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg* (Stuttgart, 1984), cap. 1.

186. K.A. Maier et al., *Die Errichtung des Hegemonie auf dem europäischen Kontinent*, vol. 2 de *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg* (Stuttgart, 1979), passim; Murray, *Change in the European Balance of Power*, cap. 10; idem, *Luftwaffe*, cap. 2; Overy, *Air War*, p. 26-30; Posen, *Sources of Military Doctrine*, cap. 3; J.A. Gunsberg, *Divided and Conquered: The French High Command and the Defeat of the West, 1940* (Westport, Conn. 1979). Para uma boa análise das razões da inércia aliada e da

decisão alemã de atacar, ver também J. Mearsheimer, *Conventional Deterrence* (Ithaca, N.Y., 1983), caps. 3-4.

187. Knox, *Mussolini Unleashed*, é o melhor sobre os repetidos desastres italianos, mas ver também Schreiber et al., *Mittelmeerraum*, pts 2-3 e 5. Para um exame mais simpático das fragilidades italianas, ver J.L. Sadkovich, "Minerals, Weapons and Warfare: Italy's Failure in World War II", aceito por *Storia contemporanea*.

188. Overy, *Air War*, p. 28; Kennedy, *Rise and Fall of British Naval Mastery*, p. 309.

189. Carr, *Poland to Pearl Harbor*, p. 99 ss.; Reynolds, *Creation of the Anglo-American Alliance*, p. 108 ss. Ver também J. Leutze, *Bargaining for Supremacy: Anglo-American Naval Relations 1937-1941* (Chapel Hill, N.C., 1977).

190. J. Lukács, *The Last European War, September 1939/December 1941* (Londres, 1977); H. Baldwin, *The Crucial Years 1939-1941* (New York, 1976); Carr, *Poland to Pearl Harbor*, passim. Sobre o lado alemão, A. Hillgruber, *Hitler's Strategie: Politik und Kriegsführung 1940-41* (Frankfurt, 1965).

191. Van Greveld, *Supplying War*, cap. 5; Murray, *Luftwaffe*, caps. 3-4; Millward, *German Economy at War*, p. 39 ss. Para detalhes completos do início da campanha, ver H. Boog et al., *Der Angriff auf die Sowjetunion*, vol. 4 de *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg* (Stuttgart, 1983); e A. Clark, *Barbarossa: The Russo-German Conflict 1941-1945* (Londres, 1965), p. 71-216. Sobre o lado russo, Erickson, *Road to Stalingrad*, passim; A. Seaton, *The Russo-German War 1941-45* (Londres, 1971).

192. Erickson, *Stalingrad*, p. 237 ss.; Carr, *From Poland to Pearl Harbor*, p. 150 ss.

193. Willmott, *Empires in the Balance*, p. 68 ss, é o melhor sobre o assunto; mas ver também J. Morley (org.), *The Fateful Choice: Japan's Advance into Southeast Asia, 1939-1941* (New York, 1980).

194. Dupuy, *Genius for War*, apêndice E.

Capítulo 7

Estabilidade e mudança num mundo bipolar, 1943-1980

1. Citado em Spector, *Eagle Against the Sun*, p. 123.

2. Para um rápido sumário, ver Liddell Hart, *History of the Second World War*, p. 230-33; J. Neidpath, *The Singapore Naval Base and the Defense of Britain's Eastern Empire 1919-41* (Oxford, 1981), cap. 8; Barclay, *Empire Is Marching*, caps. 8-9.

3. Spector, *Eagle Against the Sun*, caps. 8-12; Liddell Hart, *History of the Second World War*, caps. 23 e 29.

4. Liddell Hart, *History of the Second World War*, caps. 20-22, e 25.

5. Ibid., cap. 24; S.W. Roskill, *The War at Sea*, 3 vols. (Londres, 1954-1961); F.H. Hinsley et al., *British Intelligence in the Second World War*, vol. 2